

FICHA TÉCNICA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretor Geral do CEFET-RN

Francisco das Chagas de Mariz Fernandes

Diretor da Unidade Sede de Natal do CEFET-RN

Enilson Araújo Pereira

Diretor de Ensino

Belchior de Oliveira Rocha

Diretor de Pesquisa

José Yvan Pereira Leite

Coordenador da Editora do CEFET-RN

Samir Cristino de Souza

Chefe do Departamento Acadêmico da Gestão, Comércio e Serviços

Aurir Marcelino dos Santos

Capa

Marcus Vinícius de Faria Oliveira

Tania Carvalho da Silva

Editoração

Marcus Vinícius de Faria Oliveira

Tania Carvalho da Silva

Revisão

Carmem Daniella Spínola

Maria Isabel Brandão de Souza Mendes
Lerson Fernando dos Santos Maia
Marcus Vinícius de Faria Oliveira

Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces
na construção de políticas de esporte e lazer

2007

PODER PÚBLICO, TERCEIRO SETOR E CONTROLE SOCIAL: interfaces na construção de políticas de esportes e lazer

Copyright 2007 da Editora do CEFET-RN

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora do CEFET-RN.

**Divisão de serviços Técnicos
Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – CEFET/RN**

PODER PÚBLICO. TERCEIRO SETOR E CONTROLE SOCIAL: interfaces na construção de políticas de esportes e lazer. (1.: Natal: 2007: Rio Grande do Norte. RN)/ Lerson Fernando dos Santos Maia / Marcus Vinícius de Faria Oliveira / Maria Isabel Brandão de Souza Mendes.
160p.

ISBN 978-85-89571-23-4

1. Lazer. 2. Esporte. 3. Políticas Públicas. 4. Cidadania. 5. Terceiro Setor.
I. Maia, Lerson Fernando dos Santos. II. Oliveira, Marcus Vinícius de Faria. III. Lima, Dália Maria Maia Cavalcanti de.

CEFET/RN/BSF

CDD – 306

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
Políticas Públicas de Esporte e Lazer: o papel do poder público e do terceiro setor.....	9
Políticas Públicas de Esporte e Lazer: o papel do poder público e do terceiro setor.....	25
EXERCÍCIO FAZ BEM PARA O CORPO E PARA A ALMA: AS PRÁTICAS CORPORAIS NA CIDADE DE NATAL/RN...	42
ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.....	59
CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER.....	77
REFLEXÕES POLÍTICAS E PARTICIPAÇÃO DO EU TRANSFORMADOR estudo de caso: Programa Multicultural em Recife.....	98
ATIVISMOS SOCIAIS EM PARQUES DE CURITIBA: A HORA E A VEZ DOS USUÁRIOS	123
ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MARANHÃO: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER.....	134
OS LIMITES DO CORPO NO TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	149

APRESENTAÇÃO

O livro "PODER PÚBLICO, TERCEIRO SETOR E CONTROLE SOCIAL - INTERFACES NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER" é fruto de discussões sobre a participação do terceiro setor, principalmente das organizações não-governamentais (Ong's) e da relação com o poder público, buscando-se compreender o real poder de cada um desses na construção, implementação e avaliação das políticas públicas em esporte e lazer.

No momento em que o Brasil vem consolidando estudos e experiências de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, este livro expressa produções de apresentações e reflexões oriundas do VII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, realizado em Natal/RN, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte/CEFET-RN, de **01 a 04 de agosto de 2007**, através do Departamento Acadêmico da Gestão, Comércio e Serviços e do Curso Superior de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida, tendo como eixos articuladores sua Base de Pesquisa em Políticas Públicas de Lazer e o Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer (REDE CEDES/CEFET-RN), vinculados ao Ministério do Esporte.

Nelson Carvalho Marcellino e Marcelo Paula de Melo abrem o livro com discussões sobre o papel do poder público e do terceiro setor para as políticas de esporte e lazer. Marcellino chama a atenção para que a discussão sobre o papel da Administração Pública, com relação às políticas de lazer, leve em consideração um entendimento amplo de lazer e esteja atenta aos limites da Administração Pública Governamental e à necessidade de fixação de prioridades, a partir da análise de cada situação específica.

No artigo de Melo, os papéis do Estado e do chamado terceiro setor são analisados buscando-se a relação com a política neoliberal e as implicações para o esporte e a educação física. O autor denuncia que a exacerbação de campanhas de voluntariado e as supostas parcerias entre organismos da sociedade civil no campo do trabalho e

os organismos do capital favorecem o abandono da noção de direito social.

Terezinha Petrucia da Nóbrega e Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima tecem reflexões em torno das relações entre corpo, cidade e lazer, buscando contribuições para as políticas públicas. Nóbrega apresenta idéias e reflexões sobre a gestão do corpo e da alma na cidade, com ênfase nos interesses e motivações dos sujeitos que participam de práticas corporais na cidade do Natal. No decorrer de suas análises, a autora demonstra que o corpo, além de ser objeto de vigilância e controle, também é capaz de criar espaços de resistência, e ressalta que para se configurar políticas públicas no campo do lazer, é preciso pensar sobre as condições sociais objetivas e subjetivas dessa prática por meio da invenção de novas formas de estar junto, tendo a cidade como espaço de convivência.

No artigo de Lima, os espaços públicos de lazer urbano são enfatizados e relacionados às questões referentes às desigualdades sociais. A autora destaca a importância do espaço público de lazer urbano como possibilidade material para a democratização das oportunidades de lazer nas cidades atuais e ressalta, ainda, o papel do Estado para o planejamento do espaço urbano, numa perspectiva de resistência à reprodução social que seja capaz de se contrapor à lógica mercantilista.

Cláudia Regina Bonalume focaliza seu texto para a importância do controle social das políticas de esporte e lazer. Para a autora, a participação popular nesse processo requer oportunidades igualitárias de acesso à informação e de capacitação, para que as discussões sejam feitas entre pessoas com entendimento claro das questões para a construção de alternativas e decisões que contribuam para o avanço coletivo. Numa perspectiva que ultrapassa a tradição autoritária, Bonalume defende uma concepção democrática, capaz de favorecer a valorização da participação ativa, no sentido de contribuir com os governos na consideração dos interesses dos setores populares socialmente construídos.

A participação popular nas atividades de esporte e lazer é contemplada a partir de reflexões sobre experiências realizadas em Recife e em Curitiba. Abel Araújo Nunes de Carvalho analisa o Programa Multicultural em Recife, objetivando destacar a ação de uma política pública sociocultural e seu viés inclusivo. O autor apresenta reflexões relacionadas ao significado do agenciamento individual como fator de mudança planetária e traz como exemplo a compreensão de que, até dentro de uma eficaz política governamental, a diferença só surge em contextos pessoais e suas reverberações coletivas.

Simone Rechia e Rodrigo França discutem o conceito de “ativismos sociais”, distinguindo do que é denominado de “movimentos sociais”, buscando identificar essas organizações na população que mora em volta de parques públicos em Curitiba e tecer relações com a gestão pública. Dos 31 parques da cidade observados pelos autores, apenas o Parque São Lourenço, o Parque Barigüí e o Parque Bacacheri contam com um grupo de ativistas organizados que buscam a melhoria desses espaços para a vivência do lazer. Apesar da pouca quantidade de grupos de ativistas organizados em Curitiba, a análise qualitativa da pesquisa demonstra que a forma de atuação desses grupos trouxe várias conquistas para os usuários. Além disso, o estudo aponta a idéia de que os moradores do entorno desses espaços citados, uma vez organizados em Associações de Moradores e Usuários no lazer, podem colaborar para diminuir as distâncias entre o poder público e a população.

O artigo de Silvana Martins de Araújo, Kytania Lindoso Dominici, Marconi Neto da Silva, Nilza Cleide Gama dos Reis, Samyr Rodrigues Bezerra, Sylvianne Dias Gomes e Rafael Carlos Araújo da Silva traz uma discussão sobre a atuação do poder público nas atividades de esporte e lazer, tendo como base o município de São José de Ribamar, no Maranhão. Os resultados preliminares do estudo apontam a necessidade da atual gestão do referido município adotar políticas capazes de reestruturar o esporte e lazer existentes, através de um planejamento de ações que invistam na capacitação e formação de agentes e profissionais da área e busque uma ampliação

numérica e diversificada de seus espaços como forma de garantir o esporte e lazer como direito social.

Para finalizar o livro, apresentamos uma discussão sobre as atividades produtivas e de lazer, buscando identificar a percepção de estudantes sobre as políticas públicas de lazer instauradas em suas comunidades. Essa pesquisa foi realizada com jovens e adultos em aulas de Educação Física, no sentido de destacar a importância de se tematizar, no cenário escolar, reflexões sobre as potencialidades e os limites do corpo no trabalho e sobre os momentos em que os profissionais não estão trabalhando, através da ideia de que o lazer é um dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Não poderíamos encerrar esta apresentação sem antes agradecer ao Ministério do Esporte e à Editora do CEFET-RN pela oportunidade de publicar este livro, socializando o conhecimento produzido com vistas a encurtar a distância entre as universidades e o poder público, contribuindo assim, com elementos para o planejamento das gestões públicas no âmbito do esporte e lazer.

Convidamos a todos para que se deleitem com essa pluralidade de textos e desejamos uma ótima leitura!

(Maria Isabel Brandão de Souza Mendes; Lerson Fernando dos Santos Maia e Marcus Vinícius de Faria Oliveira)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: O PAPEL DO PODER PÚBLICO E DO TERCEIRO SETOR¹

Nelson Carvalho Marcellino²

A questão do lazer, quando é enfocada, quase sempre se restringe a um dos seus conteúdos culturais (DUMAZEDIER, 1980), com, por exemplo, o esporte, o turismo, as artes, não contemplando, assim, as discussões nas diferentes esferas do fazer cultural. Dessa forma, quando ela é abordada, principalmente relacionada à formulação de políticas de atuação, um *primeiro aspecto* a considerar é exatamente a abrangência do lazer e seu entendimento parcial e limitado, que pode ser destacado na ação de órgãos públicos, na pesquisa, na legislação, etc. (MARCELLINO, 2007a).

Nunca é demais repetir que a incorporação do termo “lazer” ao vocabulário comum é relativamente recente, em termos históricos, e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. O que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes, implica na redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restrita, que pode ser constatada na linguagem popular, pela simples observação assistemática, é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades, via de regra ligadas ao esporte e à arte, e só mais recentemente distinguindo o lazer, quase sempre associado a manifestações de massa, ao ar livre, com conteúdo recreativo. Nem mesmo na denominação órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de 70, do século passado, incorporou-se o tema para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente

¹ Releitura dos textos publicados em MARCELLINO (1996, 2001)

² Docente dos Cursos de Graduação e Mestrado em Educação Física, da Faculdade de Ciências da Saúde-FACIS, da Universidade Metodista de Piracicaba, onde é líder do GPL, Grupo de Pesquisas em Lazer, e Coordenador do Núcleo da Rede CEDES-Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, do Ministério do Esporte. É pesquisador do CNPq.

associando-o, restritivamente, a setores específicos. Não são poucas, nos âmbitos federal, estadual e principalmente municipal as Secretarias e Divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”, Turismo e Lazer” (MARCELLINO, 2007a).

Esse caráter parcial e limitado que se observa quanto ao conteúdo, *dificulta o estabelecimento de ações específicas*, e é verificado também quando se procura detectar os valores associados ao lazer. No senso comum, os mais comumente relacionados são o descanso e o divertimento, deixando de lado os de desenvolvimento pessoal e social, que podem ser propiciados pelo lazer.

Um *segundo aspecto* a abordar é a necessidade de “procurar o entendimento da totalidade das relações sociais, nas quais o trabalho ocupa posição fundamental, mas sem excluir uma compreensão articulada com as dimensões do não trabalho” (OLIVEIRA, 1986, p. 35-37). E se essa abordagem for efetuada não a partir do pensamento liberal, mas a partir de uma Economia Política do tempo disponível (OLIVEIRA, 1986) é preciso questionar as afirmações correntes de que o brasileiro trabalha pouco.

Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6º., como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º, e último parágrafo do item IV – “O Poder Público incentivará o lazer como *forma de promoção social*” (BRASIL, 1988) - grifo a expressão por considerá-la carregada de vícios assistencialistas, e que não dá conta do direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de “utilidade”-. Nota-se, ainda, a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte), conforme abordado no aspecto já anteriormente analisado.

Tudo isso contribui para dificultar o entendimento do lazer como objeto de estudo, campo de atuação profissional, e como esfera de atuação do poder público.

Pretendendo-se que o lazer não constitua apenas a oportunidade de recuperação da força de trabalho, ou que possa ser

caracterizado como instância de consumo alienado, ou “válvula de escape”, que ajude a manter o quadro social in justo, *o âmbito municipal é apenas um dos que deve ser considerado, na esfera da Administração Pública: é preciso que seja levado em conta, mas é fundamental que diferencie sua atuação das demais iniciativas, desde as espontâneas, até as da chamada “indústria cultural”.*

Aqui, Administração Pública é identificada, essencialmente, como uma função, ou como atividade fim (condicionada a um objetivo), e com organização, isto é, como uma atividade voltada para assegurar a distribuição e coordenação do trabalho dentro de um escopo coletivo (BOBBIO, 1986, p.11).

Um *terceiro e último aspecto* a considerar é a relevância da problemática do lazer nos grandes centros urbanos, sua *ressonância* (MAGNANI, 1984), onde merece destaque a questão do espaço para o lazer, a ser considerado numa política urbana.

É interessante observar que as pesquisas de opinião realizadas pelos veículos de comunicação, e não destinadas a focar diretamente o lazer como tema principal, acabam revelando, de forma indireta, a importância que ela representa na vida das pessoas das grandes cidades (MARCELLINO, 2007b)

Mas, a “ressonância social” do lazer é diferente da dos chamados *temas sérios*. Magnani somente pôde constatar a importância do lazer na cidade, e mais propriamente na periferia, baseando sua pesquisa na observação: dessa forma, convivendo com a população no seu cotidiano, verificou uma diferença acentuada no peso dado à questão comparativamente aos relatórios de pesquisa baseados em instrumentos formais do tipo questionário, por exemplo (MAGNANI, 1984; MARCELLINO, 2007b).

Hoje, com o grande avanço do lazer mercador, veiculado pela indústria cultural, a necessidade de oferecer oportunidades de lazer de uma outra perspectiva, vem se transformando numa questão de exercício de cidadania, de participação cultural. Entendo por participação cultural a atividade não-conformista, mas crítica e criativa, de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, a

participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural, do social e do econômico, mas tão-somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa.

Tudo isso amplia ainda mais o leque das discussões do papel da Administração Pública, com relação à formulação de Políticas de Lazer, e que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência de explicitação, ou falta de identidade, sendo substituídas pelos “Calendários de eventos”, ou “pacotes” baixados dos gabinetes “técnicos”.

Proponho que a discussão passe: 1) pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo sociocultural; pela consideração de seu duplo aspecto educativo, levando em conta além de suas possibilidades de descanso e divertimento, também as de desenvolvimento pessoal e social, e as de instrumento de mobilização e participação cultural; as barreiras socioculturais verificadas para seu acesso, e 2) por outro lado, pelos limites da Administração Pública Governamental³ e a necessidade de fixação de prioridades, a partir da análise de situação.

Vamos levar em conta cada um desses aspectos levantados, separadamente:

- a) Considerar o entendimento amplo em termos de conteúdo, significa levar em conta a abrangência dos diferentes interesses (analisados por DUMAZEDIER, 1980), todos inter-relacionados, o que requer, no âmbito público governamental municipal, observar as interfaces com os

³ Pereira e Grau supõem “a existência de quatro esferas ou formas de propriedades relevantes no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa e a privada. A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo Direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado”. (PEREIRA; AGRAU, 1998)

demais departamentos da própria Secretaria ou Órgão onde esteja centralizada a ação relativa à política de lazer:

b) Considerar o seu duplo aspecto educativo – objeto e instrumento de educação, (MARCELLINO, 2007a), significa entender o lazer para além do descanso e do divertimento (fundamentais), nas suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social, o que requer, no âmbito público governamental municipal, observar a interface com as políticas públicas de Educação, Saúde, Promoção Social, etc.;

c) Considerar as possibilidades do lazer enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, requer 1. de um lado, integrar esforços de grupos populares da cidade, atuando a partir de suas manifestações culturais, considerando os níveis de participação, e procurando através de uma política de animação sociocultural, superar esses níveis, de conformistas para críticos e criativos, sem descaracterizar a participação 2. de outro lado, a atuação conjunta, com grupos e organizações ligados ao setor cultural e ao setor público não governamental, com as ONGs e corporativo, como Clubes e Sistema S⁴.

d) Considerar as barreiras socioculturais verificadas. Como sabemos, tendo como pano de fundo a questão econômica, existe uma série de barreiras de gênero, faixa etária, de espaços e equipamentos, de estereótipos, etc., portanto intra e inter-classes sociais, que limitam o lazer qualitativa e quantitativamente (MARCELLINO, 2004), o que requer, no âmbito municipal, que se enfatize a atuação objetivando minimizar seus efeitos, priorizando ações que facilitem o acesso às camadas da população que, normalmente, não são atendidas;

⁴ Sistema que engloba o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), além de outras Organizações, mantidas pelo patronato dos setores produtivos, em benefício dos seus empregados, e da comunidade.

f) Considerar os limites da Administração Pública Governamental significa levar em conta que a questão do lazer só pode ser entendida na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os executivos, como jornada de trabalho, ocupação do solo urbano, por exemplo, o que requer incentivar e participar das discussões e ações que envolvam a questão de modo amplo, junto aos órgãos de classe, ao poder legislativo, ao setor público não-governamental, e outros setores constituídos da sociedade civil. Se considerarmos o lazer de uma perspectiva ampla, como cultura vivenciada no tempo disponível, com determinadas características próprias (MARCELLINO, 2007a), as diretrizes gerais de uma política municipal de lazer não podem se restringir apenas a uma política de atividades, mas contemplar também questões relativas à formação e desenvolvimento de quadros para atuação, aos espaços e equipamentos, e critérios de reordenação do tempo (REQUIXA, 1980)

Finalmente, no âmbito público governamental, existe a necessidade de fixação de prioridades, a partir da análise de situação, confrontados com os valores que orientam a Política Geral da Administração, o que envolve a resposta a algumas questões, dentre elas:

- Há equipamentos específicos subutilizados?
- Como os equipamentos estão distribuídos?
- Como são gerenciados?
- Há possibilidade de adaptação e utilização de equipamentos não-específicos?
- Existe uma estrutura de animação capacitada e atuante?

É importante que o assunto seja examinado a partir da problemática da política pública em países da periferia do capitalismo,

vista em seu “movimento pendular” (FREITAG, 1987). Para Freitag, essa problemática deve ser vista:

[...] em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro(FREITAG, 1987, p.33).

Assim, se por um lado é preciso considerar que a questão do lazer não pode ser enfrentada de modo isolado da questão sociocultural na sua totalidade, é preciso também considerar as possibilidades de ações específicas, na área, que considerem o lazer na totalidade das relações sociais e os limites e possibilidades de políticas públicas setoriais.

Diante do exposto anteriormente, pode surgir a pergunta: Onde o lazer deve ficar? Em que departamento, serviço, assessoria, secretaria, ministério? Do meu ponto de vista, no atual estágio em que nos encontramos, isso não tem a menor importância. A experiência tem demonstrado que o “status” de secretaria é mais adequado do ponto de vista de estrutura, em termos de estados e municípios. E aí, a vinculação se dá com o Esporte, até por um preceito constitucional, como já vimos: Secretaria de Esporte e Lazer. Quando o Lazer é vinculado à Cultura, o ranço que a palavra carrega tende a valorizar apenas artes e espetáculos e o lazer acaba sendo relegado à quinta categoria. Nesse ponto, o pessoal do Esporte, e mesmo o do Turismo, talvez por sofrer o mesmo preconceito, é mais aberto.

Onde deve ficar, agora, é o menos importante. Como deve ficar é o “x” da questão. O ponto de vista que defendo é que o lazer seja um programa de governo, não só contemplado nas Propostas de campanha, mas integrante do governo mesmo, com as interfaces que requer.

Tratar o lazer como programa de governo requer uma mudança de mentalidade. O seu não isolamento num “feudo”, geralmente das “festinhas”, do “pessoal alegre”, mas ganhos e facilidades de trabalho para cada órgão que compõe o Governo, em suas várias temáticas,

do Transporte à Promoção Social, passando pela Educação e a Saúde, incluindo a Habitação, etc.

Há necessidade, conforme já dissemos anteriormente, de um trabalho integrado em Políticas Setoriais de Lazer, pela transversalidade do tema – e por isso um programa de governo se justifica a partir da consideração de, pelo menos, quatro eixos

1. a partir dos conteúdos culturais – requer trabalho integrado inter secretarias ou órgãos da chamada área cultural (artes, cultura, esporte, meio ambiente, turismo, patrimônio, etc.)

2.a partir dos valores associados ao lazer -- requer trabalho integrado inter secretarias ou órgãos que extrapolem a questão cultural (Educação, Saúde)

3.a partir das barreiras para a sua prática - requer trabalho integrado inter secretarias ou órgãos que também extrapolem a questão cultural (Promoção Social, Transporte, Parques e Jardins)

4.a partir das circunstâncias que o cercam – política de reordenação do solo urbano, do tempo (necessidade de relação com o legislativo)

Esse programa de governo deverá ser pautado, num primeiro momento, pela ação numa dupla frente:

-ampliar a visão restrita do lazer

-buscar superar o conformismo, pela crítica e pela criatividade, ou seja, entre outras coisas, continuar com os programas de difusão cultural, mas acrescentar programas de participação e criação culturais.

E deve ser respaldado por uma necessidade imperiosa e urgente:

A quebra da política de hierarquia de necessidades, que seja colocada pelas ações, e não só pelo discurso, da população.

Os pilares básicos em que uma política de lazer, nestes moldes, precisa se assentar, são, entre outros:

1. respeito e incentivo às manifestações espontâneas da população, partindo delas, e junto com elas, tendo o devido cuidado para que o respeito não signifique "purismos", ou para usar uma expressão gramsciana, partir do "humus" da cultura do povo, "humus" que é seiva, que alimenta, que faz crescer e florescer, mas que vem da impureza;
2. trabalho conjunto com grupos organizados (parcerias), buscando sua autonomia, e respeitando-a;
3. trabalho conjunto com a iniciativa privada, sem abrir mão da participação no processo decisório (parcerias atentas, digamos assim);
4. trabalho conjunto com outros setores públicos (ONGs) e corporativos(Sistema S, clubes), etc.
5. trabalhar na perspectiva de regiões metropolitanas - consórcios. É impossível ficar restrito aos âmbitos municipais, inclusive com a série de impactos que políticas de lazer podem trazer para regiões inteiras.
6. trabalhar com o Estado (planos municipal, estadual e federal integrados).

Infelizmente, de modo geral, a importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligada à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público governamental, com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto a outros setores públicos (ONGs), corporativos (Clubes e Sistema S) e à iniciativa privada.

Muito pouco tem sido feito no setor, o que, em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido à

ausência de parâmetros norteadores da ação. O que se verifica, na maioria das vezes, é uma mistura do preconceito, ainda existente em algumas áreas, com a incompetência, muitas vezes mascaradora de discursos até ditos “transformadores”.

Nem todas as ações setoriais da área de cultura e lazer, dos órgãos governamentais brasileiros são orientadas por políticas públicas elaboradas e explicitadas. Apesar de ser um direito constitucional, conforme já registramos anteriormente, desde 1988, somente no atual governo, com a criação dos Ministérios do Esporte e da Cultura desvinculados, é que foram iniciados processos de discussão mais sistemáticos e abrangentes, das políticas públicas nos dois setores, diretamente ligados aos órgãos governamentais federais, do plano cultural, mais afetos ao lazer.

Como parte desse processo, já foram realizadas a I Conferência Nacional da Cultura⁵, e a I e II Conferências Nacionais do Esporte⁶, instrumentos que reuniram governo e sociedade civil, em busca de subsídios para elaboração de políticas públicas setoriais, e que deram início à implantação do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Portanto, são ainda incipientes as discussões no âmbito federal, e necessitam de tempo de maturação, para que os Sistemas passem a ter consistência e se configurem como tal em Estados e Municípios.

Alguns setores ligados ao Esporte, presentes à II Conferência Nacional defenderam a retirada do termo *lazer* do Sistema. Essa atitude, se por um lado mostra avanço no entendimento da amplitude do âmbito do lazer, e seu caráter transversal em termos de políticas públicas, por outro lado, ignora que, como as políticas governamentais são formuladas, ainda, de forma departamentalizada, dissociar o lazer do esporte, agora, diferentemente do que faz a Constituição, as constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios, seria retirá-lo também do âmbito das políticas públicas.

⁵ Disponível em http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/conferencia_nacional_de_cultura/index.php?p=12913&more=1&c=1&pb=1- acesso 10.06.2007

⁶ Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>- acesso 10.06.2007

Muito ainda precisa ser feito antes que o lazer seja vivido plenamente como um direito social pela nossa população; para que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer se consolide e funcione enquanto sistema, ou para que o lazer se torne um programa de governo, ligado a uma Secretaria Especial, por exemplo.

Entre as propostas aprovadas na Plenária final da II Conferência Nacional do Esporte⁷, consta no eixo 1- “Estrutura: organização, agentes, competência” para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, nas Competências, na letra a)1 - Aos órgãos gestores Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer:

a) Promover a articulação entre as escolas públicas e particulares e comunidades com intuito de abranger várias classes sociais, junto às ligas, associações e federações escolares ou não, sempre que possível, ONGs e OSCIPs ligadas ao segmento; (grifo meu). Quanto trata da organização dos agentes que compõem o Sistema, o documento coloca as ONGs, tanto entre os Gestores, quanto entre os Usuários.

Não há clareza, ainda, de qual deve ser o papel de cada um dos âmbitos governamentais na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, exatamente pela não solidificação dos Sistemas Nacionais de Cultura e de Esporte e Lazer. Algumas poucas propostas de Estados, no entanto, se diferenciam das dos municípios, pela criação de instrumentos que enfatizam exatamente a relação estado-municípios, muito mais do que o atendimento direto à população (TERRA, 2001).

É nos municípios, através da ação das Prefeituras, que a ação governamental se faz sentir, mais de perto.

Alguns fatores, porém dificultam o desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no Brasil:

⁷Disponível em http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp - acesso em 10.06.2007

1. É ainda muito recente, no país, a proliferação de Secretarias, órgãos específicos para gestão das questões ligadas ao plano cultural (Cultura - geralmente entendida enquanto artes e espetáculos, Esporte, Lazer-geralmente entendido como recreação, Turismo, etc.). Em muitas Prefeituras, principalmente nas pequenas cidades, esses órgãos ainda não existem. O mesmo acontece com os organismos de Controle Social de Políticas Públicas – Os Conselhos Comunitários de Esporte, Lazer, Cultura, etc; os instrumentos de Controle são fundamentais tanto entre os Gestores como entre os Usuários do Sistema Nacional de Esporte e Lazer: as ONGs se enquadram em ambos, como vimos.

2. A não existência, na maioria dos municípios, de políticas públicas, no plano cultural, em decorrência da ainda recente implantação dos Sistemas Nacionais de Cultura, e de Esporte e Lazer;

3. A grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento à população. A pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001) aponta que, em quase metade da região metropolitana de Campinas⁸ não há espaços culturais e de lazer construídos, embora o perfil apresentado para a região esteja acima da média brasileira em oferta de serviços de lazer e cultura.

Quanto a esse último fator é preciso destacar que iniciativas particulares vêm sendo tomadas e devem merecer apoio. Mas o poder público não pode ficar ausente. O espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. E para que as cidades deixem

⁸ A Região Metropolitana de Campinas, situa-se no interior do Estado de São Paulo, e é uma das mais desenvolvidas do país.

de possuir somente a função de circulação é necessário o estabelecimento de políticas públicas que contemplem essa questão:

Um dos canais possíveis para isso é a implantação de políticas setoriais de lazer, devidamente conectadas com as demais áreas socioculturais. A manutenção e animação sociocultural de equipamentos de lazer e esporte (do plano cultural, em geral) podem ser instrumentos importantes na re-significação do espaço urbano, mas os investimentos na área, no país, são insignificantes.

O estudo de Capi (2006) aponta para a importância do clube como espaço privilegiado para a concretização do associativismo, e como um dos componentes do setor corporativo que pode fazer parte de uma política pública de esporte e lazer. Se os Clubes⁹, com toda a estrutura clubística existente no país, conseguissem se estruturar em Movimento¹⁰, boa parte da política pública de esporte e lazer estaria definida, pelo seu componente corporativo, que inclui também o Sistema S.

As políticas dos órgãos governamentais de esporte e lazer têm demonstrado a viabilidade e a fecundidade da área, no âmbito municipal¹¹, em muitas localidades do país. No entanto, o grande problema que se coloca é a falta de continuidade das ações com a mudança das Administrações, uma vez que as políticas são de governo e não de Estado.

Além de dar vida aos programas e projetos, o pessoal que compõe os quadros que desenvolvem a animação sociocultural, dentro dessas políticas, representaram também, em alguns

⁹ Segundo a Confederação Brasileira dos Clubes, em todo o Brasil há 13.826 clubes com sede própria. Para a CBC, esse total de clubes tem em média mil sócios titulares; multiplicando cada título pelo número médio de quatro pessoas, deve haver cerca de 53 milhões de pessoas vinculadas aos clubes, quase um terço da população nacional. (CONFEDERAÇÃO, 2005).

¹⁰ Os Clubes, enquanto associações estão no penúltimo degrau do associativismo. O último seria o Movimento: 1. Relações interpessoais, 2. Grupos, 3. Associações (Clubes), 4. Movimentos. OLIVEIRA (1981).

¹¹ Alguns exemplos podem ser citados, como as Administrações populares e democráticas de São José dos Campos-SP, Diadema-SP, Piracicaba-SP, Santo André-SP, Porto Alegre-RS, Caxias do Sul-RS, Belém-PA, e atualmente Recife-PE

municípios, a possibilidade de garantia de sua continuidade, para além dos mandatos dos governos.

Nesses casos, não se isolou o profissional mais ligado ao atendimento direto à população, do que, inspirado em Dumazedier (s.d), pode ser chamado de estrutura de animação, composta por: 1. animadores socioculturais dirigentes – de competência geral mais apurada; 2. animadores socioculturais profissionais de competência específica, sem deixar de lado, no entanto a competência geral, e funcionando, no caso de políticas públicas, como educadores, e não como “mercadores”, como é quase regra, em amplos setores da indústria cultural; 3. animadores socioculturais voluntários, necessários para a vinculação com a cultura local - anseios, aspirações, gostos, etc.- da população que se pretende atingir; e 4. quadros profissionais de apoio – pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais, que precisam estar conscientes da área onde trabalham, e do serviço final prestado. Todos os componentes da estrutura se inter-relacionam: observam, pesquisam, planejam, gerenciam, atendem, e dividem conhecimento em todas essas áreas, mas têm responsabilidades específicas em termos de ação.

No caso dos profissionais, os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento foram atrelados à área de atuação (lazer, esporte, cultura, em sentidos abrangentes), mas foi fundamental a ênfase no significado do serviço público, nos valores que orientavam a política geral de Governo, nos que davam base de sustentação à política setorial da área, e na necessidade de articulação com as demais políticas setoriais. Para isso foi imprescindível uma fase de sensibilização, dos profissionais chamados “de carreira”, e dos novos que se engajaram no processo.

Para a busca da ligação entre a ação técnica e a base da população, minimizando os riscos de atuação dos “especialistas”, foi necessário o trabalho voluntário.

Para Paiva esse trabalho deve ser entendido:

[...] como uma responsabilidade de cada pessoa que independe de sua classe social e ganha a dimensão de uma ação que deve ser inerente a todo cidadão que juntamente com os demais membros da sua comunidade, seja ela qual for, envidará esforços para superar os problemas vividos e alcançar seus anseios (PAIVA, 2003, p. 159).

O futuro das políticas públicas em Esporte e Lazer desenvolvidas pelo setor público governamental, no Brasil, está na dependência da Consolidação dos Sistemas Nacionais de Cultura e de Esporte e Lazer, o que implica na consideração também dos setores público não governamental (ONGs) e corporativo (Clubes, Sistema S), na transformação das políticas de governo em políticas de Estado, e na definição de competências dos três âmbitos de atuação do executivo: Federal, Estadual e Municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL – *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988* – Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 10 de jun. 2007

BOBBIO, B. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.

CAPI, A.H.C. *Lazer e esporte nos clubes social-recreativos de Araraquara*. Dissertação de Mestrado. Unimep, Curso de Mestrado em Educação Física-FACIS, 2006.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS CLUBES. *Quem somos: plano estratégico da CBC 2005/2008*. Disponível em: <http://www.cbc-clubes.com.br>. Acesso em 02 mai. 2005.

DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do lazer*. São Paulo. SESC, [s.d.].

_____. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo, SESC, 1980

FREITAG B. *Política Educacional e Indústria Cultural*. São Paulo, Cortez, 1987.

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*, 2001. Disponível em : < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 02 de maio 2005.

MAGNANI, J.G.C. *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCELLINO, N.C. *Lazer e Humanização*. 8. ed. Campinas, Papirus, 2004

_____. *Lazer e Humanização*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2007a.

_____. *Pedagogia da animação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007 b.

MARCELLINO.N.C.(Org.) *Lazer & Esporte*:políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. *Políticas Públicas Setoriais de Lazer-o papel das Prefeituras*. Campinas, Autores Associados, 1996.

OLIVEIRA P. S. *É o brasileiro associativo?* São Paulo: CELAZER, 1981. p. 1-6 (Cadernos de Leituras, n. 13).

_____. "Tempo livre, trabalho e lutas sociais", In: *Revista Reflexão*. PUCCAMP : Campinas, vol.35, pp.7-14, 1986.

PAIVA, J. L. Por um voluntariado local. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

PEREIRA, L. C. B. GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado: O público não-estatal. In: _____. *O público não-estatal na reforma do Estado*. Caracas: CLAD: Paidós, 1998, p.2.

REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

TERRA, Rodrigo. Esporte e Lazer: uma experiência no Estado do Pantanal. In: MARCELLINO.N.C.(Org.) *Lazer & Esporte*:políticas públicas. Campinas, Autores Associados, 2001

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: O PAPEL DO PODER PÚBLICO E DO TERCEIRO SETOR

Marcelo Paula de Melo¹²

Os tempos atuais guardam uma característica muito peculiar. Como parte da luta política e embate de concepções de mundo entre as classes sociais fundamentais, constituídas por suas frações de classe, muitos termos e conceitos são apropriados por forças políticas com projetos de sociedade muitas vezes antagônicos. Conceitos como cidadania, formação humana, trabalho, sociedade civil, Estado, entre outros, têm sido alvo de intensas disputas políticas.

A menção a tais conceitos não esclarece muito das concepções e projetos políticos daqueles que o fazem. A disputa semântica, longe de ser algo de menor relevo na luta política, pode indicar o grau de consolidação da hegemonia de uma determinada classe e suas frações em torno do seu projeto de sociedade.

Tais considerações indicam como a burguesia, ainda que hegemonizada pela burguesia financeira, tem obtido sucesso na busca do consenso em torno do atual projeto histórico, o neoliberalismo, tomado não apenas como uma série de mudanças econômicas, mas um novo reordenamento do projeto societário capitalista, incidindo nos mais variados planos da sociabilidade, buscando adequar o conjunto da população às suas bases principais.

Esse projeto de sociedade não se cristaliza, podendo ser observados em seu interior e na sua execução as alterações influenciadas pela lutas políticas das classes sociais fundamentais e suas frações. Apreender as mudanças e estratégias de convencimento do bloco no poder acerca da validade do seu projeto societário, bem como identificar os mecanismos de disseminação desses elementos na vida cotidiana pode ser de grande valia.

¹²Doutorando em Serviço Social (UFRJ). Pesquisador do Coletivo de Estudos de Política Educacional (FioCruz).

Nesse processo a transmutação do conceito de sociedade civil em “terceiro setor” pode ser apontada como umas das dimensões e características centrais do atual projeto histórico dominante (MONTAÑO, 2002, NEVES, 2005, DURIGHETTO, 2005). A aceitação da lógica de atuação do chamado terceiro setor implica na aceitação e naturalização do processo de delegação da execução das políticas sociais ao conjunto de organismos na sociedade civil, ainda que guardadas as especificidades de cada tipo de organismo, como uma ONG, Fundação empresarial, Associação de moradores, sindicatos ou outros.

A própria defesa da existência de um chamado terceiro setor, como nova forma de expressar os organismos privados na sociedade civil, já se apresenta como instância de luta política posta pelos defensores, diretos ou indiretos, do projeto neoliberal. Embora o conceito do chamado terceiro setor se mostre com pouca substância teórica, como bem mostra Montaño (2002), a realidade é que inegavelmente seu uso ganhou a vida social. É notória a fragilidade teórico-conceitual da existência de uma terceira esfera da vida social, diferente da esfera política e da esfera econômica, onde os sujeitos históricos- grupos e classes sociais- mover-se-iam imbuídos do espírito solidário e participativo, diferindo assim das duas esferas anteriormente apontadas.

Por conta disso, não é possível separar a atuação dos organismos do chamado terceiro setor na execução das políticas públicas da emergência do projeto neoliberal de novo tipo. São processos que estão intimamente ligados, ainda que não reconhecidos pelos partidários do terceiro setor. A defesa apaixonada por parte dos organismos internacionais do capital como Banco Mundial (1997), Garrison, (2000), UNESCO/ONU (2003), ou então dos teóricos intimamente ligados ao projeto neoliberal não deve ser ignorada.

Assim, analisar os papéis do Estado e do chamado terceiro setor implica necessariamente um enfrentamento da questão acerca das mudanças no papel do Estado a atual fase do capitalismo e como o chamado terceiro setor se insere nesse processo.

A educação física é amplamente influenciada por esse momento histórico. A batalha política no campo das idéias apresenta-se como um dos principais campos de manifestação da penetração dos postulados neoliberais.

É possível observar um grande aumento das iniciativas privadas no que se refere à execução e implementação de ações sociais em diversas áreas. Sejam ONGs, Fundações e Institutos empresariais, de artistas e atletas, todos parecem estar imbuídos da chamada missão social. Isto tem se dado no exato momento em que a natureza de atuação do Estado capitalista se altera.

PAPEL DO ESTADO E DO TERCEIRO SETOR OU DA PENETRAÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO COTIDIANO POLÍTICO

Perguntar-se acerca dos papéis do Estado e do chamado terceiro setor, de alguma forma, já indica a penetração da ideologia do neoliberalismo de terceira via ou novo tipo na vida política dessa formação social. Como já apontado, a umbilical ligação da emergência do chamado terceiro setor como o novo papel do Estado no projeto neoliberal não pode ser minimizada.

A penetração dessa ideologia pode ser observada na naturalização expressa na concepção das políticas públicas, onde é pouco ou nada questionado o porquê da execução dessa política ficar a cabo de um organismo da sociedade civil, equivocadamente chamado de terceiro setor. O sucesso ideológico, tomado enquanto difusão de uma concepção de mundo, pode ser observado claramente.

Tal concepção se funda na representação de que o conjunto dos organismos na sociedade civil comporiam um bloco único portador de uma vontade política coletiva unificada em torno de um suposto compromisso na prestação de serviços sociais. Assim, sindicatos de trabalhadores e de empresários, associações de moradores, movimentos sociais, fundações e institutos empresariais – divulgadores/promotores da ideologia da responsabilidade social –, ONGs, em sentido restrito, supostamente passam a compor o mesmo

campo político, compartilhando concepções de mundo e projetos societários. Até admiti-se diversidade de posições, agora antagonismo de concepções e projetos societários é completamente descartado (COUTINHO, 2006, NEVES, 2005; MELO, 2005, DURIGHETTO, 2005).

Essa pedagogia da hegemonia se manifesta no incentivo, por parte das classes dominantes, cada vez maior de uma mobilização do conjunto dos cidadãos para atuação política absolutamente circunscrita ao projeto societário em vigor. As manifestações concretas desse movimento são as intensas campanhas de difusão do trabalho voluntário, da atuação dos organismos da sociedade civil no campo do trabalho em “parceria” com os organismos do capital, e, sobretudo, o conseqüente e pedagógico abandono da noção de direito social. Trata-se de uma das principais características do atual projeto de sociedade dominante. Essa relação de educação para o consenso se apresenta através de uma pedagogia da hegemonia dominante, consubstanciada pela ação política e pedagógica de uma série de intelectuais orgânicos individuais e coletivos das classes dominantes (NEVES, 2005).

Consubstanciando e radicalizando esse processo, a atuação do que se convencionou chamar de Organização não-governamental (ONG), são emblemáticas da despolitização e repolitização pelo consenso em torno do projeto societário dominante. A explosão do número de organizações na sociedade civil a partir dos anos 1990 e sua vinculação direta com a implementação de políticas sociais no bojo do projeto neoliberal de novo tipo – EM QUE PESEM POSSÍVEIS EXCEÇÕES – delineiam um papel político muito próprio para o conjunto desses organismos em nosso tempo.

O passado de alguns desses organismos na sociedade civil como partícipes da luta pela volta do sufrágio no Brasil e pela garantia/ampliação de direitos de grupos sociais representava um certo vestígio de luta política no campo progressista, ainda que não socialista. O empresariamento de muitas dessas organizações antigas e a criação de novos significou a entrada definitiva e incontestada das

ONG's na gestão da pobreza nos anos de neoliberalismo. Como defende Fontes (2005, p. 115).

ao atuarem de maneira focalizada, restrita e competitiva, favorecem a penetração e expansão das atividades voltadas para a mais valia relativa, apoiando muitas vezes a expropriação de conquistas de cunho universalizantes, isto é, a expropriação dos limites impostos ao capital pelas lutas históricas dos trabalhadores. Sua atuação fragmentária e eventualmente contestadora traveste-se facilmente de controle social da atuação pública, legitimando-se como valorização plena dos recursos investidos, exatamente no sentido de valorização do valor. [...] Trata-se de impor a mesma disciplina despótica, porém fora da fábrica, sem a mediação do contrato, mas com a centralidade onipresente da valorização do capital.

Talvez a explosão do trabalho precário/informal no âmbito das ONG's seja um indício do processo radicalizado de subsunção do trabalho ao capital apontado por Virgínia Fontes, mesmo em áreas onde a penetração e expansão da mais valia relativa não era tão intensa.

A difusão de uma concepção de sociedade civil como um bloco portador de um único projeto político supostamente contra um Estado – também este abstraído das lutas entre as classes sociais – tem sido uma importante trincheira dos defensores do atual projeto histórico.

Não por acaso Gramsci (2001a) lembra que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, a partir do consenso ativo obtido do conjunto da população, ou pelo menos de uma maioria significativa, sendo este consenso sempre provisório, demandando estratégias permanentes de conquista e/ou manutenção. O marxista italiano defende ser preciso não limitar o termo pedagógico às relações escolares, mas amplia a todas as relações sociais entre e intraclasses sociais, uma vez que “esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército” (2001b, p. 399).

Por isso, Gramsci aponta que “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (neste sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção) [...]” (2001b, p. 244). Além disso, alerta que “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também os aparelhos privados de hegemonia ou sociedade civil” (p. 254-5).

Essa ampliação do Estado, para Gramsci uma questão metodológica e não uma questão orgânica (2001b, p. 47), significa que o centro de disputa de poder deixar de concentrar-se unicamente no aparelho estatal/sociedade política. Para o marxista italiano, o grupo/classe social que deseja ser governante, deve antes ser dirigente, ou seja, obter a hegemonia através da luta política que se trava cotidianamente na sociedade civil, através dos aparelhos privados de hegemonia.

A partir do conceito de Estado ampliado em Gramsci pode-se apreender a importância da sociedade civil nas lutas políticas contemporâneas. Longe de considerar a sociedade civil como um bloco portador de vontade e concepção política única, a riqueza do pensamento do marxista sardo é apontar que as classes sociais fundamentais e suas frações também disputam a hegemonia na sociedade civil. Isto indica que esta esfera do ser social constitutiva do Estado ampliado é também atravessada pelos conflitos históricos da sociedade capitalista, impedindo qualquer abordagem da sociedade civil como um bloco unívoco.

Como de forma entender o Estado eivado das contradições do projeto dominante, Gramsci afirma que:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima de grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida

como uma contínua formação e superação de equilíbrio instável (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos grupos subordinados, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2001b, p.41-42).

Uma leitura liberal do marxista sardo tem buscado definir sociedade civil como pólo antagônico ao Estado. Mais ainda uma leitura muito apressada que apresenta a sociedade civil como portador da vontade única do conjunto dos movimentos dos trabalhadores ao passo que o Estado seria por si a instância da dominação burguesa.

As teses neoliberais de terceira via que consideram os organismos na sociedade civil como bloco único contribuem para negar os conflitos históricos do capitalismo. Por isso, a divulgação das ações do chamado "terceiro setor" é extremamente funcional a este projeto societário (MELO, 2005; NEVES, 2005, MONTANO, 2002).

As conseqüências políticas dessa concepção se expressam numa incapacidade, deliberada ou não, de conceber a sociedade civil como uma arena atravessada pelos conflitos de classes que fundam a sociedade capitalista. Longe de estar acima destes conflitos, é na sociedade civil, através dos aparelhos privados de hegemonia das classes e suas frações, que os embates por adesões aos seus projetos de sociedade acontecem. Tanto a burguesia e suas frações como o conjunto dos movimentos dos trabalhadores se organizam na sociedade civil. Isto impede qualquer leitura angelical de sociedade civil, como esta por si, a instância de luta da esquerda.

Como aponta Gramsci (2001b, p. 20-21).

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', planos que correspondem, respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado

e no governo 'jurídico'. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os 'prepostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.

Assim, a luta política, direta ou indireta, implementada pelo chamado terceiro setor e por seus intelectuais orgânicos se insere nessa defesa do projeto neoliberal de novo tipo. Isso em geral é acompanhado por uma crítica ao Estado, tomado sempre como um ente autônomo movido por vontade própria. A crítica ao Estado não se localiza na função que cumpre na consecução da sociedade capitalista, mas apenas em algumas dimensões que a aparelhagem estatal cumpre na sociedade. Assim, essa crítica ao Estado é amplamente funcional aos postulados neoliberais.

Por mais contraditório que pareça, na atual fase do capitalismo, defender uma atuação do Estado como garantidor de políticas sociais universais não precarizadas e provisórias, configurando direitos sociais como educação, saúde, esporte, lazer, assistência social, significa uma postura de esquerda. O ataque sistemático à noção de direito social ocorre tanto de forma direta como indireta. Sua forma direta está expressa na conhecida frase do economista americano Milton Friedman de que "não há almoço grátis". Por outro lado, os partidários da terceira via substituíram essa ênfase no ambíguo termo de que não deve nem pode haver direito sem obrigação para não configurar situações de acomodação por parte dos beneficiários dos direitos (GIDDENS, 1996, 2001). Assim, direitos garantidos pelo Estado poderiam levar a essa acomodação. Daí o ataque sistemático as políticas sociais estatais e a emergência do chamado terceiro setor.

ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA E O CHAMADO TERCEIRO SETOR

As políticas públicas de esporte são amplamente influenciadas por esse novo momento histórico. Atuação do Estado e sua relação com organismos na sociedade civil alteram sobremaneira a natureza e forma das intervenções no âmbito das políticas públicas de esporte. A configuração do esporte como um direito social, num contexto onde a

própria noção de direito social encontra-se seriamente ameaçada pelo atual projeto histórico dominante, tem fornecido relevantes elementos para a apreensão do papel do Estado e de sua lógica de atuação nos anos de neoliberalismo.

Tanto na produção do conhecimento, como em documentos de organismos internacionais, as bases do pensamento neoliberal de terceira via começam a se fazer presentes. Os termos da moda – as parcerias, voluntariado, responsabilidade social – encontram nas políticas públicas de esporte e lazer local privilegiado de realização.

O campo da Educação Física pouco problematizou tais questões, apesar da área ser profícua em exemplos da incidência das teses neoliberais de terceira via nas políticas públicas de esporte e lazer. A ênfase nos chamados “projetos sociais”, com base em ações de organizações que se intitulam do chamado “terceiro setor”; a profusão de campanhas e textos pela atuação de voluntários na área de esporte e lazer; a difusão da noção de responsabilidade social empresarial tendo o esporte e lazer como mote central ou mesmo a apaixonada defesa das parcerias entre organismos na sociedade civil e Estado na execução de políticas públicas de esporte e lazer (MELO, 2007).

As intervenções públicas garantidoras de direitos sociais das mais variadas áreas como educação (em suas múltiplas manifestações e modalidades), saúde, esporte, lazer, artes, dentre outros deixam de ser apresentadas como políticas públicas para ganharem a terminação genérica e abstrata de projetos sociais. A própria abstração representada pela expressão “social” contempla essa tarefa aparentemente despolitizada. Um “social” completamente desvinculado de uma dimensão política e menos ainda influenciado por qualquer dimensão econômica. Uma dimensão da vida humana que pairaria no ar, sem qualquer determinação de outra natureza.

É possível notar tal posição na defesa da atuação do chamado terceiro setor como possível promotor de uma nova concepção de cidadania. Assim, a participação do aluno em determinado programa de esportes e lazer seria elemento central de sua afirmação como

cidadão. Uma relação direta e umbilical é estabelecida entre os chamados “projetos sociais” e a promoção ou desenvolvimento da cidadania, em geral como atributo individual do sujeito participante, por meio de mudanças de comportamento.

Mais do que a individualização da cidadania, tomada como uma possível e simples mudança de comportamento, o central é a educação política da despolitização via esporte. A condição cidadão seria definida por determinados comportamentos sociais obtidos a partir da prática esportiva. Francamente!

Os organismos internacionais não se descuidaram da área de esporte e lazer, sendo o documento da ONU “Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio (2003)” um emblema disso que apontamos. Cabe ressaltar, contudo, os preceitos apontados na produção teórica também estão presentes nas diretrizes da ONU para as políticas públicas de esporte e lazer.

O trabalho voluntário e a participação ativa são considerados temas potenciais de serem desenvolvidos e incentivados via esporte, já que este “ajuda a criar relações sociais, conexões e melhora a comunicação entre indivíduos e grupos. O esporte também mobiliza voluntários e promove a participação ativa da comunidade, ajudando a construir capital social e a fortalecer o tecido social”¹³ (ONU, 2003, p. 5, grifo nosso).

Nesse sentido, uma certa idealização da participação como redentora dos problemas sociais pode servir como panacéia das contradições vivenciadas no cotidiano. Essa participação também pode tornar-se mecanismo educativo de auto-responsabilização popular no tocante aos seus direitos sociais. Não é incomum essa apologia da participação tornar-se a porta de entrada da precarização

¹³ “[...] o esporte deve ser usado para promover o voluntariado, especialmente entre os jovens cuja participação é forte indicativo do voluntariado em sua vida futura. O voluntariado fornece benefícios ao indivíduo, tais como auto-satisfação, a aquisição de habilidades, o aumento da compreensão e a integração social” (ONU, 2003, p. 13).

do trabalho nas políticas públicas. Essa despolitização da participação culmina em última instância com o trabalho voluntário.

As parcerias não poderiam ter sido esquecidas. Como pode ser visto na conclusão do documento, o 4º item é todo destinado à recomendação das parcerias como mecanismos de implementação das ações, tendo as organizações da sociedade civil e setor privado na criação de uma “rede global de esporte para o desenvolvimento” (p, 21).

Essa relação entre esporte, lazer e a legitimação do projeto societário dominante a partir das ações dos governos, do movimento de responsabilidade social empresarial em consonância aos preceitos dos organismos internacionais do capital assume uma dimensão muito importante nesse projeto. O enfrentamento crítico dessas questões poderá representar um desafio e uma contribuição teórica e política.

É possível notar tal posição no texto de Silva; Terra; Votre, publicado na Revista do CBCE em 2006, no primeiro número do volume 28. Certamente poderiam ser apontadas outras produções no âmbito da educação física. Em tal texto os autores defendem o que chamam de modelo da hélice tríplice, através da união e parceria entre “Universidade, empresas e governos”, já que estas “desempenham papéis de protagonistas cívicos, educacionais e de desenvolvimento” (p.168).

O emblemático desse texto é a defesa da relação entre empresa, universidade e governo na produção da chamada responsabilidade social, visto ser isso “inerente às necessidades empresariais, que hoje têm apoio dos governos locais, estaduais e nacional” (p. 169). Não obstante, a universidade contribuiria ao formar profissionais com as características necessárias à atuação com responsabilidade social, uma vez que “[...] existe uma demanda reprimida por profissionais capazes de assumir o papel de protagonistas em projetos de desenvolvimento, como empreendedores cívicos, que venham a interferir decisivamente no processo local de mudança” (SILVA; TERRA; VOTRE, 2006, p. 170).

Continuando, os autores apontam a necessidade de formação de profissionais “[...] capazes de formar novos líderes empreendedores e orientá-los, dentro do contexto empresarial brasileiro, para criação e manutenção de negócios, com responsabilidade social, na área de educação física, do esporte e do lazer [...]” (176, grifo nosso).

Seguindo, os autores apresentam suas conclusões e proposições para o desenvolvimento de ações que promovam o desenvolvimento local e iniciem os processos de mudanças sociais, guardando grande confluência com as teses do projeto neoliberal de terceira via. Isso salta aos olhos na defesa de “[...] iniciativas governamentais, com incentivos explícitos de dedução do imposto de renda, para que universidades e as empresas assumam sua nova função no desenvolvimento, conjugadas em objetivos marcados por responsabilidade social” (SILVA; TERRA; VOTRE, 2006, p. 178, grifo nosso). Isso deve ser conjugado às ações empresariais no sentido de utilizarem as “vantagens da legislação de responsabilidade social para alavancar seus produtos inovadores na sociedade por meio de ações de educação física, esporte e lazer” (SILVA; TERRA; VOTRE, 2006, p. 179, grifo nosso).

Por fim, mas não menos importante, o papel do Estado apontado por Silva; Terra; Votre (2006) limita-se a aperfeiçoarem:

[...] seu aparato legal, de forma a concentrar investimentos em propostas de conscientização, divulgação e estímulo à pesquisa, que contemplem a aplicação dos resultados no desenvolvimento regional e local e promover incentivos para empresas que desenvolvem pesquisas em conjunto com Universidades de suas regiões” (2006, p. 179, grifo nosso).

Diante dessas questões, é lícito apontar que as políticas públicas de esporte e lazer ocupam lugar privilegiado na disseminação e implementação do projeto neoliberal de terceira via. Pululam informações na grande mídia acerca de programas de esporte onde encontram-se exemplos de trabalho voluntário, ou alguma empresa “cidadã”.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que a ideologia do terceiro setor encontrou um vasto campo para desfilar no âmbito da Educação Física. São poucos os trabalhos que se propõem a enfrentar detidamente essa concepção. É mais comum a apologia direta, que significa a aceitação e proposição do chamado terceiro setor como a expressão atual de execução das políticas públicas de esporte e lazer. Por outro lado, também se nota uma postura que podemos chamar de apologia indireta. Ao mesmo tempo em que se mantém uma postura aparentemente crítica ao modelo do chamado terceiro setor, a natureza dessa crítica localiza-se mais numa possível desvirtuação do que num apontamento umbilical dessa ideologia com o projeto capitalista de sociedade, atualmente em sua fase neoliberal.

Essa apologia indireta se localiza nas críticas ao fato das políticas públicas executadas pelo terceiro setor serem ações fragmentadas, focalizadas, valendo-se do trabalho precário. Apontar tais dimensões é fundamental e necessário. Contudo, é preciso ter claro que tais questões não são extemporâneas da atuação do chamado terceiro setor. São elementos constitutivos. Não é possível pensar na execução das políticas públicas pelos organismos do chamado terceiro setor sem que tais características se apresentem.

Tais posições podem soar deterministas e a históricas. Contudo, analisando o papel político desempenhado pelo chamado terceiro setor, conjugando com as transmutações da atuação do Estado capitalista em nosso tempo, veremos que tais dimensões aparecem intimamente ligadas.

A alegada tese de que a atuação do chamado terceiro setor implica no fortalecimento da sociedade civil também deve ser considerada com cautela. A primeira questão é a pauperização do conceito de sociedade civil expresso nas teses monolíticas sem divisões de nenhuma natureza do terceiro setor: sociedade civil torna-se-ia um bloco portador de uma vontade única. Segundo, como aponta com propriedade Durighetto (2005), esse fortalecimento da sociedade civil, via o chamado terceiro setor, implica no

enfraquecimento e na diminuição quantitativa e qualitativa das responsabilidades do Estado capitalista na reprodução da existência social dos trabalhadores, além de enfraquecer a possibilidade de organização de organismos na sociedade civil com caráter anti-capitalista por meio de ação conciliatória e negadora dos conflitos de classes.

Novamente Gramsci nos auxilia a compreender essa dimensão de luta política não debatendo se o chamado terceiro setor teria ou não capacidade de ser um pretense substituto das tarefas e obrigações que caberiam ao Estado. Como aponta o marxista italiano (2001a, p. 387), o salto de qualidade dado pelo marxismo foi a necessidade de dar materialidade às ideologias, saindo da abstração idealista para o terreno da práxis. Com isso, o enfrentamento das concepções de mundo burguesas, ou nos termos do pensador sardo:

as ideologias não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade etc., mas precisamente por razões de lutas políticas: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis.

A afirmação do chamado terceiro setor ser uma ideologia não representa uma aproximação da concepção marxiana de falsificação do real. Estamos mais próximas da concepção de Gramsci que toma a ideologia como uma concepção de mundo – ou projeto societário, podemos dizer – orientador de ações políticas concretas. Nesse quadro, pensar o papel do chamado terceiro setor e do Estado implica no duro enfrentamento teórico e político das concepções que tentam naturalizar seu aparecimento na vida social como algo dado sem vinculação com o atual projeto histórico capitalista, o neoliberalismo.

Como aponta com muita propriedade Fontes (2006, p. 260), os embates entre as classes sociais raramente se dão:

[...]como exércitos se defrontando, onde cada um conhece bem seu campo e sabe qual o seu papel. Nas lutas de classes, muitas vezes, a maioria dos

combatentes está tão ocupada em fabricar e polir armas, assegurar a intendência – plantar, colher, tecer, fiar – proteger e educar dos próximos combatentes e cuidar dos feridos, que mal sobra tempo para se dar conta da batalha na qual estão mergulhados”.

Diante dessas questões, é lícito apontar que as políticas públicas de esporte e lazer ocupam lugar privilegiado na disseminação e implementação do projeto neoliberal de terceira via.

Esse é o desafio para uma esquerda não domesticada.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial 1997: El Estado em um mundo em transformacion*, Washington/Madrid : Banco Mundial, 1997.

BRASIL, MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Manual de Diretrizes e orientações do Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério Esporte, 2006.

_____. *Organização estrutural do Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério Esporte, 2005a.

_____. *Manual de Incentivo Fiscal: Fundo Nacional para projetos esportivos sociais- Fundo Nacional da Criança e Adolescente*. Brasília: Ministério Esporte/ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2005b. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/esportesocial/manual.jsp>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COUTINHO, Carlos. Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

DURIGHETO, Maria Lúcia. *Sociedade Civil, Esfera Pública, Terceiro Setor: A dança dos conceitos*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo. pp.. 82-101, 2005.

FONTES, Virginia. *Reflexões Impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

FONTES, Virgínia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. In: NEVES, Lucia e LIMA, Julio Cesar. (orgs). *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil*

Contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/- FioCRUZ, 2006. pp. 240-270.

GARRISON, Jonh. W. *Do Confronto à colaboração*: relações entre sociedade civil, o governo e o Banco Mundial. Brasília: Banco Mundial, 2000.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via*: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Para além da esquerda e da direita*. O futuro da política radical. São Paulo: Edunesp, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. *Cadernos do Cárcere* v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

MELLO, André; VOTRE, Sebastião. Avaliação de projetos sociais comprometidos com a promoção da cidadania ativa. *IN*: CONBRACE, 14, 2005, Porto Alegre, Anais, Porto Alegre : CBCE, 2005 CD ROM.

MELO, Marcelo Paula de. Neoliberalismo de terceira via e seu impacto nas políticas públicas de esporte e lazer: um debate com a produção teórica. *IN*: SILVA, Maurício Roberto (org.) *Esporte, Educação, estado e sociedade*: as políticas públicas em foco. Chapecó: Editora Argus, 2007. (no prelo)

_____. *Esporte e juventude pobre*: a Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de lazer. Campinas: Autores Associados, 2005.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e a questão social*: crítica ao padrão emergente de intervenção social. Rio de Janeiro: Cortez: 2002

NEVES, L. M. W. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia*: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

ONU. *Esporte para o desenvolvimento e paz*: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. S.I.; Nações Unidas, 2003.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. *IN*: NEVES, Lúcia & LIMA, Júlio César. (orgs.) *Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: ED. FioCruz, 2006, pp. 67-105.

SILVA, Carlos Alberto F.; TERRA, Branca Regina C.; VOTRE, Sebastião Josué. *O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do*

esporte e do lazer no desenvolvimento local. Ver. Brás. Cienc. Esporte, Campinas, v. 28, n. 1, p. 167-183, set 2006.

EXERCÍCIO FAZ BEM PARA O CORPO E PARA A ALMA: AS PRÁTICAS CORPORAIS NA CIDADE DE NATAL/RN

Terezinha Petrucia da Nóbrega¹⁴

Nesse texto apresento um recorte da pesquisa intitulada “O corpo e a cidade: aspectos políticos, éticos lúdicos e estéticos das práticas corporais e da Educação Física”¹⁵. Provavelmente apenas tangenciarei as questões específicas das políticas públicas em esporte e lazer, mas espero que as idéias e as reflexões apresentadas sobre a gestão do corpo na cidade, com ênfase nos interesses e motivações dos sujeitos que participam de práticas corporais, possam contribuir para o debate.



Calçadão de Ponta Negra (Zona Sul)

¹⁴ Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Corpo e Cultura de Movimento – GEPEC

¹⁵ Essa pesquisa teve início em agosto de 2006 e o projeto foi aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN. No momento, conto com a participação de 01 bolsista de Iniciação Científica do Programa PIBIC, tendo apoio financeiro do CNPq. O estudante do curso de graduação em Educação Física, Thompson Pereira da Costa, tem sido meu colaborador na pesquisa desde o seu início. Informamos ainda que as fotografias compõem o acervo da pesquisa são de autoria de João Carlos Neves de Souza e Nunes Dias e de Thompson Pereira da Costa. A pesquisa foi renovada em agosto de 2007 e, nesse segundo momento, pretendemos ampliar o campo empírico e aprofundar as reflexões.

Exercício faz bem para o corpo e para a alma. Ao caminhar pelo calçadão da Av. Engenheiro Roberto Freire, zona sul da cidade de Natal/RN, podemos ler essa e outras frases impressas nas placas ao longo do percurso. Frases como:

Cuide bem de sua pressão arterial

Respire o ar mais puro das Américas

O calçadão é de todos. Preserve-o

Quem ama a vida, ama o verde.

Lazer é um direito de todos

Para aqueles que aliam o exercício de caminhar com a experiência da reflexão, talvez já tenha pensado sobre aspectos importantes da produção do corpo saudável e da vida ativa como forma de governo dos sujeitos, do governo do corpo, da saúde e do lazer, contidos nas referidas frases. As frases contêm orientações sobre o exercício, sobre os cuidados com o meio ambiente e sobre as políticas públicas, cuja leitura remete para a ideologia do ser saudável, a cultura do bem-estar e sua atualização nos temas da biopolítica como apresentamos em nossa pesquisa.

O gosto pelo esporte, pela atividade física em geral, expande-se socialmente, adquirindo sentidos relacionados não somente ao desempenho atlético dos profissionais do esporte, mas a outras esferas da existência individual e coletiva, notadamente no campo dos lazeres. Nesse movimento, acentua-se a preocupação com a aparência, alimentando o mercado do corpo e do lazer como exibição.

Cada vez mais, a cidade coloca em cena e exige novos modos de vida que atingem a família, o trabalho, o descanso, as necessidades fisiológicas, o lazer, a educação. No contexto urbano, a atenção ao corpo ocupa boa parte das preocupações da vida social, configurando um sistema que inclui as práticas corporais em si e também o consumo de roupas, alimentos, lazeres, saúde.

Compartilhamos de um entendimento de que o esporte, as práticas corporais, o lazer constituem práticas socioculturais em

permanente construção, são formas de conhecimentos, saberes culturais cuja linguagem expressa e comunica diferentes sentidos. São formas modernas de significação coletiva do mundo e são também possibilidades éticas e estéticas de humanização. Se realizadas como experiências educativas, essas práticas podem contribuir para a emancipação dos sujeitos e da própria sociedade (LINHALES; ISAYAMA, 2006).

Na maioria das vezes não é isso que ocorre e os sentidos das práticas corporais vão sendo capturados pela indústria do corpo, da saúde e do bem-estar. Por isso, há a necessidade de investimentos que possam contribuir para uma relação autônoma dos sujeitos com seus corpos. É nesse contexto que se insere a nossa pesquisa sobre as práticas corporais na cidade de Natal.

Até o momento contamos com depoimentos de cem participantes de várias práticas corporais na cidade do Natal/RN. São pessoas de ambos os sexos, com idades entre 14 e 74 anos e que exercem diferentes atividades profissionais. São advogadas, bancárias, barman, cabeleireiras, artistas, comerciantes, dentistas, professores, vigilantes. Encontramos também no grupo pessoas já aposentadas, estudantes e alguns desempregados.

São homens e mulheres que se dedicam ao exercício do corpo em vários espaços da cidade, tais como: o calçadão da Av. Engenheiro Roberto Freire, a praia de Ponta Negra, o Campus Universitário da UFRN, o Parque das Dunas, a praia do Meio, a área de lazer do conjunto Panatis, uma academia de dança em Candelária, entre outros espaços públicos e privados. As práticas corporais são realizadas com maior frequência de uma a três vezes por semana, mas há os que se exercitam diariamente.

Apresentamos algumas fotografias dos espaços visitados durante a pesquisa. Nota-se que os diferentes espaços constituem diferentes maneiras de produção de sentidos e de intensidades na experimentação do corpo. Essas intensidades aparecem nas falas dos sujeitos sobre os seus interesses na realização das práticas,

relacionadas a sentidos como saúde, lazer, autoconhecimento, boa forma, entre outros cuidados com o corpo.



Praia do Meio (Zona Leste) – futevôlei



Conjunto Panatis (Zona Norte) – Ralf



Praça Cívica da UFRN (Zona Sul)
Tai-Chi-Chuan



Academia de Dança, Candelária
(Zona Sul) – dança de salão

O corpo é um objeto de preocupação e análise, alvo de vigilância e controle. Mas, nos investimentos do poder sobre o corpo também se cria espaços de resistência, novas reivindicações de liberdade e de novos desejos. Vejamos o que nos diz Foucault sobre esse controle-resistência e o poder-corpo:

O domínio, a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... Tudo isso conduz ao

desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado meticoloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu esse efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas de sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado (FOUCAULT, 1979, p.146).

As técnicas do poder tendem a construir o sujeito, mas este reage e cria uma cultura de si, uma nova maneira de governar o corpo na vida cotidiana. Tendo como referência essa compreensão sobre a tecnologia política do corpo, sobre a analítica dos poderes e sobre a biopolítica indagamos sobre como se estabelece a relação de verdade entre o exercício, a saúde, o lazer; bem como, sobre como é possível compreender os estilos de vida nesse processo de constituição dos sujeitos que nunca termina de se completar e que transita por modalidades de assujeitamento e de resistência.

Na pesquisa demarcamos nosso interesse em compreender a relação entre o corpo e a alma nos processos de subjetivação desencadeados pelas práticas corporais; bem como compreender a cidade com um espaço para habitar, para trabalhar, para circular e como tema específico da nossa pesquisa, a cidade como um espaço para cultivar o corpo.

Cabe esclarecer que compreendemos o cultivo do corpo na esteira das artes do exercício, cuja natureza requer um bom regime somático, um regime completo da alma e do corpo. Não se trata de instaurar uma luta da alma contra o corpo, ao modo dualista da questão, mas sim de conduzir o corpo segundo uma lei que é a do próprio corpo. Esse regime discutido por Foucault (1985), em relação aos prazeres sexuais, aplica-se também ao regime das práticas corporais, ao exercício do corpo e da alma em que a produção de um estilo de vida excitado, no sentido lúdico e contemplativo do termo, possa ultrapassar a gestão disciplinadora da vida.

Nessa primeira fase da pesquisa, perguntamos a essas pessoas sobre o que as motivava a participar das atividades. A interpretação dos depoimentos revelou a preocupação com uma vida saudável, com o bem-estar, com a longevidade, com a sociabilidade, com a aparência do corpo.

Foucault chama a atenção para o fato de que esses temas do cuidado de si e da atenção ao corpo permanecem extraordinariamente contínuos desde a época clássica: a saúde, a longevidade, o viver bem. Logicamente, eles foram desenvolvidos, detalhados, aprimorados. Esses princípios propõem um ajuste da vida mais estrito e solicitam da parte daqueles que querem observá-los uma atenção ao corpo mais constantemente vigilante.

As motivações apresentadas pelos sujeitos estão situadas em práticas de si históricas e socialmente localizáveis. O futebol, a dança, a caminhada, o *surf*, a *yoga*, o *tai chi chuan*, cada uma dessas práticas possui um programa que atende a tecnologia disciplinar, com indicações sobre os usos do corpo, do espaço, o controle do tempo, das emoções que vêm se configurando ao longo dos processos sócio-históricos, sendo investidas por determinações sociais, culturais, científicas, políticas.

Também notamos que as relações de poder na realização dessas práticas corporais não se reduzem à orientação médica ou pedagógica, à pressão midiática, ao controle, ao comando, à disciplina. As relações de poder adotam a forma de instabilidade, apresentando estratégias de saída de um estado de dominação para outras possibilidades de ser sujeito, de ter prazer com o seu corpo, de sentir-se bem, de conviver com outras pessoas.

Mesmo sendo levadas às práticas corporais por orientação médica - o que acontece na maioria dos casos, o lazer aparece como segunda motivação - os sujeitos podem encontrar espaços de convivência com o corpo e a descoberta criativa de novas maneiras de viver, de formar laços afetivos, de gostar de si mesmo, de conviver. Os sentidos atribuídos aos exercícios também são

condicionados pela experiência dos sujeitos em outros domínios da vida, sua cultura, suas preferências estéticas, suas emoções.

Consideramos importante ouvir os sujeitos sobre as suas necessidades, interesses, motivações. Quando solicitados a justificarem a sua dedicação a uma determinada prática corporal, portanto quando exigidos em algum nível de reflexividade, os sujeitos apontam para temas gerais dos discursos que circulam sobre a saúde e a beleza, mas logo completam suas falas com aspectos mais lúdicos, afetivos, singulares, criando um espaço para a resistência, outros territórios para a Educação Física, para o lazer, para as políticas públicas nesse campo.

Nas falas dos sujeitos podemos compreender a visibilidade da disciplina, caracterizando poderes sociais que se instalam de modo eficaz no corpo, submetendo-o aos controles no campo ético, no campo social, no campo estético, exigindo um trabalho de resistência sobre os padrões de saúde, beleza, divertimento e afetividade que nos assujeitam.

Mesmo inseridos em um processo de medicalização da vida e mercadorização do corpo, as falas apontam para momentos importantes de resistência. Desse modo, os sentidos e as motivações dos sujeitos ultrapassam a significação do exercício vinculada ao campo da aptidão física. Os sujeitos atribuem outros sentidos para as práticas corporais, aproximando-se das artes do exercício, cujo regime inclui o cuidado de si e a formação de laços de amizade.

Esses aspectos aparecem à medida em que as pessoas demonstram o interesse para conhecer o corpo, perceber seus sinais; ou ainda na busca do autoconhecimento; no interesse por conhecer novas culturas, no desejo de encontrar com os amigos, de fazer novas amizades, de estar em contato com a natureza, entre outros. De alguma maneira, nesses interesses encontramos um indício de que podemos nos libertar, ainda que em alguns momentos, do controle do médico, dos remédios, dos hospitais, das imagens da mídia e da publicidade que nos sorriem, nos seduzem e nos atormentam.

Cada vez mais a publicidade condiciona o interesse pelo corpo e as formas de lazer. Vejamos uma cena de um comercial veiculado na televisão, na internet e em outras mídias. Trata-se do comercial do principal plano de saúde privado do nosso país. O comercial mostra cenas de pessoas de várias idades em situações de conforto, bem-estar, aventura. As imagens têm como fundo uma música instrumental calma, agradável. Frases são sobrepostas às imagens remetem-nos às comemorações de aniversários, viagens, festas, aventuras, prazeres. Ao final, a mensagem: *O melhor plano de saúde é viver. O segundo é Unimed*¹⁶.

A beleza das imagens esconde as diferenças sociais e o acesso à saúde e ao lazer em nosso país, reforçando a idéia de auto-regulação da saúde e de outras esferas da existência do indivíduo, ao sabor das leis do mercado; minimizando o papel do Estado e das próprias políticas públicas nesse campo.

As imagens buscam seduzir os expectadores, mas é preciso atentar para o fato de que a valorização unilateral das atividades de lazer, sem refletir sobre a sua utilização como fuga ou como consumo precisa ser questionada. Sobre os significados do lazer, consideramos a seguinte reflexão:

O lazer não pode ser entendido como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais. Pascal, nos seus pensamentos sobre divertimento, colocava que "o rei está rodeado de pessoas que só pensam em diverti-lo e em impedi-lo de pensar em si mesmo". O lazer não pode ser pensado como o ruído que nos desvia de pensar na nossa condição e nos diverte, ou seja, como instrumento de dominação (MARCELLINO, 1996, p. 16).

Concordamos com Stigger (2002), ao enfatizar que o lazer se insere numa sociedade que traz consigo muitos constrangimentos relativos à sua apropriação, mas que, mesmo assim, nesse espaço e tempo, o indivíduo tem a possibilidade de realizar escolhas, de buscar atividades que lhe dão prazer. Penso que essa questão do prazer é importante e por isso gostaria de refletir um pouco mais sobre a

¹⁶Para apreciar o comercial, consultar o site: www.youtube.com

excitação, a emoção e a sensibilidade em nossa vida, particularmente no campo do lazer.

Nobert Elias nos apresenta uma importante tipologia do lazer, cuja configuração contribui para diferenciarmos trabalho, tempo livre e lazer. Referindo-se ao contexto social urbano na Europa do final dos anos sessenta do século XX, Elias (1992) afirma o que se considera habitualmente como trabalho diz respeito ao que as pessoas executam como modo de ganhar a vida. O trabalho é altamente regulado e altamente especializado. Já no tempo livre, boa parte do trabalho realizado não recebe nenhum tipo de remuneração, tais como o trabalho e as horas passadas com a administração da família, o repouso, as necessidades biológicas. Somente uma porção desse tempo livre pode ser dedicada ao lazer, no sentido de uma ocupação escolhida livremente, sem remuneração e que traz prazer aos indivíduos.

Nessa classificação o trabalho é uma profissão e, por mais prazerosa que seja essa atividade, pelo menos para alguns, ela não está liberada da regulação social presente nas sociedades. De acordo com Elias (1992), essa regulação também configura as relações familiares e afetivas. Em sociedades como essas - que são também, em alguma medida, a nossa sociedade, as inclinações para a excitação em sua forma de jogo aumentou com o advento do esporte moderno e, mais recentemente, com o gosto pelos esportes radicais.

Em algumas práticas corporais, a excitação se apresenta como possibilidade de experimentar o risco. Nesses casos, a adrenalina possibilita a renovação emocional, catártica. O gosto pelas aventuras radicais, encontradas nos esportes de aventura ou esportes deslizantes, as *raves*, os videogames, a banalização da violência nas imagens da televisão ou do cinema, as terapias corporais, entre outras atividades compõem o culto da emoção em nossa época, como aponta Lacroix (2006). No entanto, nem sempre essas experiências afetivas, emocionais concorrem para o cultivo da sensibilidade no sentido lírico ou contemplativo do termo.

Lacroix (2006) chama a atenção para o fato de que nesse culto da emoção vivido em nossas sociedades urbanas, nem sempre estamos disponíveis para sentir, para contemplar, para nos admirarmos perante a beleza do mundo e perante a própria humanidade, nem sempre estamos disponíveis para conviver.

Para ilustrar a diferença entre a emoção choque e a emoção contemplação, o autor conta uma história oriental em que um monge, um bandido, um avarento, um artista e um sábio viajavam juntos. Ao cair da noite, pararam para descansar em uma gruta.

- Que belo esconderijo, exclamou o bandido!

-É um lugar perfeito para esconder um tesouro, observou o avarento.

- Ah! Que belo tema para um quadro, as luzes, as sombras na parede, suspirou o pintor.

- É um lugar propício à meditação, poderíamos construir um convento aqui. Sugeriu o monge

O sábio proferiu estas simples palavras: - Que bela gruta!

Trata-se de uma fábula instrutiva. O bandido e o avarento são alheios à contemplação e não há nada de surpreendente nisso. Mas, o que dizer dos que se dedicam à arte e à espiritualidade? Quem duvidaria de que o monge e o artista estariam aptos à contemplação? No entanto, somente o sábio, cujo olhar está livre de qualquer projeto, vibra autenticamente com a experiência, somente ele está realmente disponível para contemplar, para se admirar simplesmente com uma bela gruta.

Essa fábula instrutiva narrada para diferenciar a emoção choque da emoção contemplação, pode nos ajudar em relação às práticas corporais, as artes do exercício e ao lazer, no sentido da contemplação. Precisamos aprofundar a reflexão sobre as condições sociais objetivas e subjetivas do lazer para promover ações que contribuam efetivamente para estar juntos, para construir a cidade como espaço humano de convivência. Muitas ações vêm sendo

realizadas por diferentes grupos, em diferentes lugares e por meio de diferentes projetos. Mas, os desafios ainda são muitos e a tarefa é permanente.

Para se configurar políticas públicas nesse campo, precisamos pensar sobre as condições sociais objetivas e subjetivas do lazer por meio da invenção de novas formas de estar junto, tendo a cidade como espaço de convivência. Trago mais uma vez a contribuição de Marcellino (2006), dessa vez sobre o tema do lazer e os espaços na cidade. O autor chama a atenção para o fato de que nas grandes cidades há poucas oportunidades de convivência. O mau arranjo urbano contribui para a atração exercida pelos espaços situados fora das cidades. Mas, mesmo saqueada e esvaziada dos valores do encontro humano a cidade não é eliminada. Ela resiste.

Algumas iniciativas têm ocorrido para a promoção da convivência na área do esporte e lazer. Nesse evento foram apresentados vários trabalhos nessa direção: os círculos de convivência social; a preocupação com a formação profissional, com a formação dos gestores; a importância de se ouvir os usuários, de se ouvir a comunidade a respeito da relação com os espaços e com os equipamentos de lazer; a defesa dos espaços públicos na cidade e muitas outras iniciativas que precisam ser ampliadas, atentando-se para a necessidade de espaços vazios, de áreas abertas que, diferentemente da individualização do lazer, promovam o encontro nas cidades.

Em algumas das práticas observadas e em alguns depoimentos colhidos em nossa pesquisa é possível ver o espaço público (praças, praias) como um espaço singular que propicia ao sujeito uma possibilidade de participar da vida da cidade, de dedicar-se a uma atividade considerada saudável, permitida socialmente e que lhe dá prazer, como é o caso da prática esportiva.

O esporte torna-se um *locus* privilegiado do contato social, de participação possível na vida da cidade, de renovação emocional. Na quadra de *futevôlei* na praia do meio ou no *ralf no Panatis* eles e elas conquistam seu espaço social, sua condição de sujeitos e expressam

sua maneira de viver, constroem sentidos e significados para a existência individual e coletiva.

Na yoga, no tai chi é possível experimentar outras intensidades corporais. Nessas práticas podemos experimentar a lentidão, diminuir a velocidade dos gestos, da respiração. Na experimentação dessas intensidades do corpo podemos aprofundar o contato consigo mesmo e com o outro. Na dança de salão, por exemplo, podemos experimentar o contato com o outro de modo mais íntimo, o par enlaçado, os deslocamentos, o abraço. Esse outro não é necessariamente o namorado, a namorada, o esposo, mas um novo amigo, até então desconhecido.

Nessas práticas podemos conhecer outras culturas, outras experiências sociais e históricas e podemos experimentar formas afetivas de convivência que podem se tornar momentos de resistência frente à individualização dos sujeitos. Esses sentidos podem contribuir para recriar a existência individual e coletiva com novos interesses e com outras sensibilidades e merecem ser considerados nas políticas públicas em esporte e lazer.

Destacamos também que nas práticas corporais os sujeitos criam significados para a sua vida, desde o sentir-se bem, ser saudável, melhorar a qualidade de vida; bem como a valorização dos espaços públicos, como ocorre, por exemplo, no espaço da área de lazer do Conjunto Panatis, zona norte da cidade, atualmente denominado de Espaço Cultural Francisco Bezerra das Chagas.



Área de Lazer do Panatis (Zona Norte) – pista para

Podem público, campo de futebol (à esquerda);

interfaces na construção de políticas de esporte e lazer

Esse espaço - além da utilização espontânea dos moradores para caminhadas e outras práticas corporais - abriga importantes projetos culturais, como o Projeto da Escola Municipal de Teatro. Esse projeto contribui para descentralizar a formação cultural e artística da cidade e propicia aos moradores dessa região urbana o acesso mais fácil aos locais de produção de cultura; assim como promove o deslocamento de moradores de outras áreas da cidade para esse espaço. Tal fato, aparentemente simples, é na verdade uma importante ação de resistência, haja vista os preconceitos existentes em relação à zona norte da cidade.

Quando apresentamos esses dados muitos questionamentos sobre o acesso às práticas corporais, sobre o direito ao corpo, à saúde, ao lazer, à educação e à cultura em nossa cidade e em nosso país vêm à tona. Não desconhecemos ou negamos as inúmeras contradições sociais ligadas ao fenômeno das práticas corporais, dos bens culturais, do lazer no espaço urbano. Muitas dessas contradições configuram diretamente a minha experiência de vida: morei na zona norte da cidade por mais de vinte anos, fui usuária dos transportes coletivos, fui estudante da escola pública e atualmente sou professora de uma universidade pública, entre outros condicionantes sociais e existenciais que poderia citar em um texto dessa natureza. Mesmo diante das contradições, compreendemos que as questões da subjetividade, a experiência da beleza, o cultivo da sensibilidade, de maneiras diferentes para cada sujeito, não se aliena.

Cada vez mais tenho acreditado e investido na idéia segundo a qual os sujeitos, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, mesmo diante das contradições, conseguem encontrar na existência motivos e possibilidades para buscar a felicidade, para transformar as dificuldades sociais em linhas de fuga que lhes permitam o bem viver e a possibilidade de encontrar realização pessoal e coletiva também nas coisas simples. Penso que nesse espaço subjetivo, o sonho, a esperança e a resistência renovam-se constantemente, possibilitando

forças para lutar e para criar outras racionalidades, outras lógicas sociais, novas realidades¹⁷.

A idéia da biopolítica, explicitada no início desse texto, também nos ajuda a pensar sobre o contexto social de forma mais ampla, posto que ao se deslocar de uma compreensão predominantemente biológica da vida e de uma racionalidade que considera o corpo da população, suas condições de vida e também do lazer como um objeto passivo, a biopolítica ganha uma amplitude capaz de incluir a cooperação social e subjetiva no contexto da produção material e imaterial, assim como a luta contra os padrões sociais de assujeitamento em vários os campos da vida na cidade (PELBART, 2003).

Sennett (2001) também apresenta uma importante história da cidade por meio da experiência corporal dos sujeitos e de suas experiências cotidianas, as formas de vestir-se, a higiene, as práticas sociais e religiosas, entre outras que configuram a relação do corpo com os espaços, a experiência do tempo, da velocidade, dos deslocamentos. Para o autor, o corpo humano é um caleidoscópio de épocas, uma divisão de sexo, culturas. Desse modo, cada época tem o seu modelo de corpo; bem como uma forma de reação a esse modelo.

O corpo do cidadão na Atenas de Péricles é o corpo masculino e jovem. No entanto, as mulheres, nesse mesmo período, constroem espaços de resistência em rituais específicos como o culto a deusa Deméter, deusa da fertilidade, cuja participação é interdita aos homens. Nesses cultos, as mulheres também ocupavam o espaço público, permitindo uma fuga de seus corpos para além da ordem dominante em Atenas. Da Atenas de Péricles, passando pela Roma de Adriano, pelas cidades européias medievais, pela moderna Londres e pela Nova York contemporânea, podemos perceber "como a forma dos espaços urbanos deriva das vivências corporais específicas a cada povo" (SENNETT, 2001, p. 300).

¹⁷ Alguns estudiosos denominam esse espaço de produção da subjetividade de imaginário, como é o caso de Castoriadis (1999).

Devemos então nos perguntar sobre a compreensão de corpo que temos em nossa cidade e em nossa cultura. A publicidade, o mercado do corpo, da saúde e do lazer, cada um a seu modo, tem contribuído para divulgar um modelo do corpo magro, jovem e voltado para si mesmo, bem ao modo individualista.

O individualismo moderno sedimentou o silêncio dos cidadãos na cidade. A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus, o metrô são lugares para se passar a vista mais que cenários destinados a conversações (SENNETT, 2001, p. 289).

A leitura contemporânea de Foucault, sobretudo dos conceitos de cuidado de si e de amizade, contribui significativamente para pensarmos e vivermos o lazer como experiência humana significativa. A citação seguinte reforça a nossa compreensão:

Trata-se aqui de uma maneira diferenciada de se compreender a relação com o desejo, com o corpo e com o usufruto do tempo livre. À busca individualista e narcisística do prazer, é possível contrapor-se a invenção de novas formas de relação social, fundadas em laços de amizade, em formas de subjetividades mais inteiras, saudáveis e felizes. Penso que já não é difícil perceber, encontrar, ou inventar os caminhos, a observarmos as experiências libertárias esparsas, mas produtivas, existentes cá e lá, ou ao nosso lado, que compõem os repertórios que circulam nas redes conspirativas. Trata-se, agora de praticá-las e de reforçá-las (RAGO, 2000, p. 13).

As reflexões aqui apresentadas por meio da pesquisa de campo, das falas dos sujeitos, dos diferentes autores citados certamente merecem discussão e aprofundamento no campo das ações, das políticas públicas e mesmo no campo da formação profissional em áreas ligadas ao estudo da sociedade, da cultura, da educação, do corpo e do lazer. Compreendo que os conceitos, as diferentes teorias apresentam-se como ferramentas para escavarmos as realidades. Essas estruturas cognitivas são, portanto, instrumentos de trabalho e não dogmas que nos impedem de pensar e de agir. Faço essa ressalva, pois não raro há uma recusa a essa ação reflexiva quando

nos defrontamos com os constrangimentos sociais e mesmo no campo da discussão teórica.

Precisamos manter a racionalidade suficientemente alargada para acolher o pensamento e a prática como componentes de uma mesma ação, evitando assim os dualismos tão ao gosto da modernidade, cujos contornos nos impedem de pensar sobre os fenômenos e nos movem para ações fragmentadas, maniqueístas ou unilaterais. Talvez essa dicotomia seja uma das razões pela qual ocorre uma diluição das discussões teóricas e práticas no campo da educação física, do lazer e do esporte em nossa cultura e que por isso mesmo precisamos enfrentá-las com rigor e sensibilidade. Espero que possamos nesse e em outros fóruns dar continuidade a essa investigação, no sentido de alimentar o debate e apresentar linhas de fuga para a questão.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Tradução Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: DIFEL, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V*. Tradução Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

LACROIX, Michel. *O culto da emoção: ensaios*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LINHAIRES, Meily; ISAYAMA, Hélder (Orgs). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Tradução Armando Braio Ara. São Paulo: Manole, 2005.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. O lazer e os espaços na cidade IN: LINHALES, Meily; ISAYAMA, Hélder (Orgs). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RAGO, Margareth. O cassino americano ou reflexões sobre o lazer em tempos pós-modernos. IN BRUHNS, Heloisa e GUTIERREZ, Luiz. (Orgs). *O corpo e o lúdico*. Ciclo de debates sobre lazer e motricidade. Campinas: Autores associados, 2000.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

STIGGER, Marco Paulo. *Esporte, lazer e estilo de vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados; CBCE, 2002.

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima¹⁸

INTRODUÇÃO

É no espaço que o tempo se concretiza pelas ações individuais ou coletivas em formas, nas quais os processos podem ser compreendidos, relacionando-se no dia-a-dia de acordo com as condições materiais existentes. A organização do espaço é não apenas um produto social, mas, simultaneamente, repercute na moldagem das relações sociais.

O espaço é, nesse sentido, um campo de possibilidades concretas onde o tempo vivido ganha existência material. É concebido como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Segundo Santos (1998, p. 42): “Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”.

O lazer, considerado como ação humana, não pode, assim, extrapolar a existência espacial das ações - mesmo que do ponto de vista filosófico possa ser pensado como atitude em relação às atividades do cotidiano. Os tipos de trabalho, de percursos e de moradia representam, muitas vezes, empecilhos para as atividades lúdicas preferidas, mesmo que essas requeiram apenas contemplação ou descanso, devido às limitações espaciais, como residências precárias, paisagem degradada, poluição, etc.

A obtenção do tempo livre e sua distribuição entre as classes sociais tanto quantitativamente quanto qualitativamente, são decorrentes de forças que produzem a sociedade, e as atividades

¹⁸ Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Doutora em Ciências Sociais - Professora do CEFET-RN.

desenvolvidas nesse tempo guardam profundas ligações com a distribuição dos espaços públicos de lazer nas cidades.

Como a sociedade atual se encontra ainda longe da meta da liberdade e dos direitos universais para todos, dificilmente alguém pode dizer-se totalmente livre para a escolha do seu tipo de lazer, porque, na prática, as possibilidades temporais e espaciais reais limitam, muitas vezes, as preferências individuais.

Assim, o lugar interfere nas possibilidades individuais de exercício do lazer, independentes da personalidade, virtualidade ou qualquer outro diferencial na forma individual, pois as possibilidades não são as mesmas em todos os lugares. O lazer na cidade é restrito em alternativas, para os que não podem pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, pela praia e pelo ar puro, que deveriam ser públicos porque são essenciais.

Os desejos e a necessidade de lazer, unidos à capacidade econômico-financeira que o viabiliza na medida do tempo livre real, determinam a criação e/ou a adoção da diversidade de tipos de recreação pelo indivíduo. Assim, as possibilidades do lazer urbano relacionam-se diretamente às questões referentes às desigualdades sociais, pois, da mesma maneira que os ricos, também os pobres almejam possibilidades de entretenimento e repouso no seu cotidiano; o que diferencia essas práticas está intrinsecamente relacionado às condições materiais e culturais que permitam o seu exercício. O espaço público de lazer urbano surge, então, como a possibilidade material para a democratização das oportunidades de lazer nas cidades atuais.

Para analisar o lazer como uma problemática das cidades atuais, torna-se necessário considerar suas características, como também é indispensável estabelecer os vínculos existentes entre a distribuição dos espaços públicos de lazer intra-urbanos e a estratificação social; o desnível de poder econômico e político entre as classes nas cidades; e a forma das cidades, que reproduzem as relações sociais.

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NO CONTEXTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

A crise da realidade urbana é a mais importante e mais central na atualidade. Isso representa um enorme desafio para o entendimento dos processos que interferem na organização do espaço urbano, pois se constata uma verdadeira metamorfose nos aspectos econômicos, sociais e culturais mundiais, que têm como principais causas dessas mudanças, a revolução tecnológica da informação, as crises econômicas do capitalismo e do estatismo; e o fortalecimento de movimentos sociais e culturais.

Nas cidades atuais, ocorre uma série de processos sociais, dos quais destacam-se a acumulação de capital e a reprodução social. Para Lefebvre, (2001a) a cidade e a realidade urbana seriam o lugar por excelência e o conjunto de lugares onde se realizam os ciclos de reprodução das relações capitalistas.

A noção de reprodução do espaço urbano vem do desenvolvimento da noção de produção e revela o fato de que não se trata apenas de produção de mercadorias e concentração de meios de produção nas cidades, e sim uma reprodução da cidade integral. Para Carlos (1994), é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade. Assim, a reprodução inerente à marcha e ao funcionamento da economia atual não exclui mudanças que a contrariem, porém ela, de alguma maneira, tem se mantido no espaço urbano.

Além disso, a cidade hoje apresenta-se como um paradoxo, entre estender-se para fora do urbano, para o global, e estender-se para dentro, do global para o local. Segundo Sassen (1998), ao analisar as cidades no contexto da economia mundial na atualidade, os processos globais, que se localizam nos territórios nacionais, provocam impactos na estrutura social das cidades, alterando a organização do trabalho, a estrutura do consumo, e criam novos padrões de desigualdades sociais urbanas.

As formas espaciais urbanas refletem a espacialização da estrutura social, e se apresentam na paisagem urbana atualmente,

em forma de centralização, descentralização, áreas especializadas, segregação, fragmentação, etc. As principais preocupações tratadas aqui se referem à questão da fragmentação social e à segregação espacial, que se reproduzem flagrantemente no espaço urbano, e que interferem na disposição e nas condições de uso do espaço pelo cidadão.

A segregação socioespacial reflete as diferentes condições encontradas pelas classes sociais para estabelecer moradia nas cidades. As restrições ou privilégios, em vários aspectos da vida, existentes em certos locais da cidade, quanto ao transporte, à infraestrutura, ao lazer, etc, provocam menor possibilidade de mudanças nas suas condições de vida.

Compreender como ocorre a distribuição e o uso dos espaços públicos de lazer na cidade contemporânea requer o entendimento dos vários fatores que influenciam na estruturação do espaço urbano no contexto atual, desde os globais até os locais, perpassando pelas possibilidades econômicas do lugar, pela interferência do Estado na infra-estrutura disponível, como também pelas características ambientais e tensões sociais decorrentes da organização reivindicatória local. Esses fatores dependem do país e de cada cidade, pois se articulam de maneira diferenciada no espaço urbano, e são mediados, na sociedade capitalista, direta ou indiretamente pelo mercado.

O ESTADO E PLANEJAMENTO URBANO ATUAL

O papel do Estado, na instância municipal, com relação aos processos de produção do espaço urbano, como também as políticas de organização do território, políticas governamentais em matéria de instituições regionais e urbanas, devem ser analisadas para a compreensão dos processos que possibilitem a reprodução do espaço das cidades.

Entre os modelos de planejamento estatal para as cidades, o do tipo estratégico vem sendo muito difundido atualmente. Existe a

criação de diversas estratégias que procuram implementar novas atividades econômicas, havendo grande empenho das elites em instrumentalizar as cidades com vistas à indústria de alta tecnologia, bem como do turismo, atividades importantes nessa fase da globalização.

De acordo com o planejamento urbano estratégico, as cidades necessitam competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; na atração de novas indústrias e negócios; no preço e na qualidade dos serviços e na formação de força de trabalho qualificada.

A cidade, nesse sentido, seria uma empresa, uma mercadoria. Esse projeto de cidade implica a apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados. Ela é promovida para o exterior, oferecendo infra-estrutura e serviços para atrair investidores de fora, atrelada a uma imagem de cidade justa e democrática.

No entanto, a cidade-empresa é uma negação da cidade enquanto espaço político. Os governos locais, para viabilizarem a cidade-empresa, engendram a coalizão, usando técnicas eficientes de mídia e publicidade na manipulação da opinião pública. Segundo Vainer (2000), esses tipos de planos são tecnologias como outras de produção de *marketing* urbano, de instalação de mecanismos de legitimação e coação artificial, de geração de uma unidade por cima das diferenças.

Para unir toda a população em torno dessas propostas, surge a alegação da criação de novos empregos, supostamente decorrentes do oferecimento de condições para as empresas exógenas se aloquem. Esse argumento torna-se mais eficaz na medida em que seja maior a massa de desempregados entre os trabalhadores que residem nas cidades.

Porém, o que se percebe em muitos casos é uma criação de empregos locais muitas vezes desprezível ou incompatível com as características da mão-de-obra disponível, tornando esse argumento enganoso se forem levados em conta os altos custos que as alterações necessárias a implementações das empresas requerem do

poder público. Esse aspecto abrange desde os incentivos fiscais até os sociais, que muitas vezes se refletem em menores investimentos nas obras de interesse da população local, com a queda de investimentos públicos em serviços e equipamentos coletivos.

As políticas públicas na maioria das cidades que adotam esse modelo de planejamento têm-se deslocado gradualmente de considerações distributivas e de proteção social e provisão direta de serviços públicos, para enfoques voltados à promoção competitiva.

O Estado também recebe influência do setor imobiliário, à medida em que este atua sobre o espaço como regulador do desenvolvimento do uso da terra e na distribuição da arrecadação tributária em forma de artefatos, que muitas vezes beneficiam uma corporação de empresas construtoras em prol do desenvolvimento econômico. O processo especulativo cresce com a implantação diferenciada dos serviços públicos pelo Estado. A má distribuição dos serviços coletivos privilegia, assim, a dinâmica econômica em vez da vida social (CORRÊA, 1989).

Dessa maneira, o poder político e econômico sobre o Estado interferem na distribuição desigual dos investimentos em infraestrutura. A distribuição dos investimentos nas cidades obedece à lógica dos que comandam essa distribuição.

Nessa nova época, no campo da arquitetura e do projeto urbano, o pós-modernismo apresenta-se nas cidades contemporâneas como uma ruptura com a idéia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala. O tecido urbano apresenta-se fortemente fragmentado. Segundo Harvey (2003, p. 96), "ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos infundidos de um sentido de efemeridade e de caos são, talvez, os temas que dominam as atuais práticas de arquitetura e de projeto urbano".

Os projetos pós-modernos estão fortemente orientados para o mercado e atendem principalmente aos consumidores ricos e de classe média, afastando-se, assim, das concepções modernistas sobre

a cidade que era pensada como algo a ser moldado para propósitos sociais.

As cidades, na conjuntura atual, refletem enormes contrastes que vão desde o tipo de utilização que se faz da própria cidade, até a diversidade dos usos do seu solo. Esses traços diferenciados da morfologia urbana estão dialeticamente relacionados à produção do espaço urbano que se fundamenta num processo complexo de forças econômicas, políticas e culturais, interligadas.

A QUESTÃO DO LAZER NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Considerando que o arranjo físico dos objetos nas cidades é condição necessária para que as práticas sociais se exerçam, aqui serão priorizadas as análises do espaço público tanto quanto à sua configuração física, quanto ao tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem.

O lazer pensado na perspectiva do tempo livre e uma ação exercida neste remetem a um dos problemas que se apresenta na cidade contemporânea: o de organização dos espaços destinados a tal fim e sua utilização. As reflexões sobre o espaço vital têm geralmente uma ênfase voltada para os espaços de trabalho e de moradia, ficando a utilização de espaços disponíveis, no tempo livre, à mercê das condições econômicas do indivíduo.

Então, a análise dos espaços urbanos de lazer deve enfatizar o direito de todos, sendo necessário observar tanto os aspectos físicos e mecânicos das atividades neles desenvolvidas, bem como as carências da comunidade que os utiliza.

A questão do lazer urbano não se restringe apenas à existência de condições ambientais favoráveis, como a existência de praias, rios, lagoas e reservas florestais, sendo necessária, nas cidades, a implantação de certos sistemas de circulação, infra-estrutura, parques, etc, que permitam os seus usos pelo cidadão no tempo livre disponível.

Nesse sentido, lugares turísticos, tão valorizados atualmente pelo mercado, muitas vezes não apresentam relação direta com oportunidades de lazer para sua população. A principal característica do lazer turístico é seu caráter empresarial e de consumo, mercadoria utilizada principalmente por indivíduos que dispõem de condições financeiras para arcar com as despesas de deslocamento e estada nestes locais. O turismo causa bem-estar para quem o desfruta e muitas vezes agrava os problemas da população local, supostamente beneficiada pela economia gerada por essa atividade, porém marcada geralmente pelo aumento da prostituição, elevação do custo de vida, maior especulação imobiliária, choques culturais e poluição.

O lazer doméstico (localizado na própria residência) é outro fenômeno cada vez mais ampliado na vida contemporânea. No âmbito das classes média e alta, o espaço privado de lazer ganha uma importância crescente, principalmente para os que têm acesso aos bens de consumo, entre eles: a Internet, as áreas nos condomínios fechados, os clubes, etc. No entanto, os espaços privados não se constituem da mesma forma em espaço de múltiplas possibilidades de lazer para a camada de menor poder aquisitivo. Camada essa, que, devido à sua falta de condições materiais, não dispõe, muitas vezes, em suas residências, de áreas que propiciem a recreação.

O lazer ao ganhar importância devido à sua vinculação ao mercado, pode ser tratado como uma rentável fonte de bens e serviços a serem consumidos como produto capaz de gerar lucro para aqueles que detêm o poder social, político e econômico. No espaço urbano, essa forma de lazer, mercantil, materializa-se em formas de *shopping*, bares, boates, festas, shows, eventos esportivos, cinemas, *lan houses* - bares com jogos eletrônicos e Internet, parques temáticos, cassinos, hotéis-fazenda, lugares turísticos e outros.

Como mercadoria, existe, no entanto, um grande paradoxo no próprio desenvolvimento desse tipo de lazer, pois o trabalhador necessita cada vez mais de tempo de trabalho para praticá-lo, sendo necessário trabalhar mais para obter mais rendimentos para adquiri-lo em forma de mercadoria. Isso leva à procura pela maior

quantidade de horas de trabalho, conseqüentemente menor quantidade de tempo livre.

Arelada às questões econômicas e conjunturais, a mídia exerce grande influência na escolha entre os diversos tipos de lazer urbano na atualidade. Sabe-se que as despesas do lazer nos orçamentos das famílias aumentam em função do *marketing*, por meio do qual são criadas necessidades de consumo e impostos novos padrões de comportamento.

As principais experiências de lazer difundidas pela TV, rádio, jornais e revistas, imprimem um processo de padronização cultural que tende a fortalecer e concentrar o poder existente, ao mesmo tempo em que desvaloriza a diversidade cultural (WERNECK, 2000). Muitas experiências de lazer acabam subjugando as pessoas ao modismo e à homogeneização cultural em diferentes perspectivas em termos de linguagem, gestos, comidas, músicas, roupas, atitudes e valores, etc, e ainda enaltece o efêmero, a aparência, a aventura e o erotismo.

Quanto ao lazer de vizinhança, atualmente percebe-se que os espaços livres das proximidades das residências geralmente não são planejados adequadamente com equipamentos públicos de lazer, notando-se, em muitos casos, a ausência de mobiliário, como: bancos, fontes de água e bebedouros, ou arborização, quadras poliesportivas, etc. Nessas condições, não se tornam áreas convidativas à permanência e, conseqüentemente, à convivência social.

Outra questão importante quando se trata do lazer de vizinhança, refere-se às distâncias entre as unidades de moradia e os equipamentos específicos para o lazer, fato que se verifica na maioria das cidades, e são uma barreira socioeconômica para utilização desses equipamentos pelas classes de menor poder aquisitivo, pois os mais pobres necessitam pagar tarifas de transportes urbanos, em seus deslocamentos, para utilizá-los.

O cidadão necessita, nesses termos, de áreas próximas à sua moradia para que lá exerça atividades de lazer, evitando os

deslocamentos, que já consomem parte do tempo disponível para essas atividades.

Sendo assim, com a escassez de espaços públicos de lazer nas cidades, é exatamente a camada mais pobre da população que é empurrada para dentro de suas casas no tempo disponível para o lazer, e a que menos tem condições de desenvolver livremente atividades no âmbito doméstico. Nas residências dos mais pobres, o espaço é exíguo tanto em termos de área construída como de quintais ou áreas coletivas, quando existem. Os espaços públicos de lazer são, então, de uma grande importância para os de menor renda, permitindo-lhes maior convívio social e melhor qualidade de vida. Conseqüentemente, maiores possibilidades do exercício da cidadania.

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E SUAS POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS

O espaço público é, ao mesmo tempo, o local geográfico da ação e a possibilidade social de nela engajar-se. Ele não só representa o local onde ocorrem os eventos, mas também significa a permissão social de engajar-se neles. "Não pode haver cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física" (GOMES, 2002, p. 168).

Atualmente, nas cidades, a desvalorização dos espaços públicos acessíveis é um fenômeno que ocorre paralelamente à privatização da esfera arquitetônica pública: os parques são abandonados ou cercados; as praias tornam-se segregadas e privadas, e, as ruas ficam desoladas e carregadas de perigos reais ou imaginários. A violência urbana tem sido um dos principais argumentos para a existência do *apartheid* social das cidades atualmente e para a diminuição do uso desses espaços pelos mais favorecidos socialmente.

A violência nos espaços públicos da cidade apresenta-se de várias formas, destacando-se a descaracterização e destruição do patrimônio, os acidentes no trânsito, os roubos, os crimes, a

prostituição, o tráfico de drogas, a luta entre gangues de jovens, etc. Porém, as causas dessa violência têm raízes profundas na forma de vida e na organização da sociedade atualmente.

Muitas explicações têm sido dadas, tanto no plano da existência cotidiana dos indivíduos e grupos, quanto no da interpretação sociológica. Na percepção social da classe dominante, a violência aparece geralmente como um problema funcional de controle social e administração da justiça. Porém, também existe uma relação direta entre a violência e a estrutura social e a organização social da vida cotidiana nas cidades, onde prevalecem a individualização, privatização dos interesses e o egoísmo.

No entanto, a violência vem se expandindo também em áreas de estratos sociais mais favorecidos. Nesses locais, ela é isolada e individualizada, cujos motivos são justificados, em sua maioria, por comportamento patológico. Nos espaços públicos das cidades, a violência guarda uma íntima inter-relação entre criminalidade, pobreza e narcotráfico (RODRIGUES, 2002).

Na arquitetura da cidade atual, predomina no ambiente construído o efeito fortaleza, no qual as construções são cercadas de grandes muros, sistemas de segurança e de vigilância, emergindo como estratégia socioespacial deliberada, dificultando a acessibilidade dos de menor renda a determinadas áreas. Nas grandes cidades os parques públicos sendo murados; as praias segregadas; os centros públicos de diversão, fechados; congregações de jovens e torcidas, proibidas, ruas se tornando cada vez mais perigosas, apresentam como consequência o afastamento da idéia dos espaços públicos como o lócus de sociabilidade, juntamente com as relações de vizinhança.

O enclausuramento de grupos em suas classes e guetos é um empecilho às possibilidades de vivência coletiva e, assim, nega o fato da cidade como *pólis*, que se funda na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer contato político. Instala-se na sociedade, em relação à cidade e ao espaço público, uma espécie de agorafobia coletiva. Em um primeiro momento

acontece a fuga, o não-uso, o esvaziamento da função política simbólica identitária da cidade; posteriormente, essa agorafobia se transforma em medo, rejeição, pavor do espaço público, porque não se caracteriza mais como protetor, conectador e integrador (ROLNIK, 2000).

O planejamento urbano, no que se refere à prioridade dada aos espaços de fluxos em detrimento dos espaços destinados à permanência de comunidades, é reflexo de uma lógica urbana que também menospreza os espaços públicos de lazer. Assim, áreas livres, sem outra função urbana que o lazer, foram cedendo espaço para avenidas e automóveis, prédios, indústrias e até mesmo terrenos para especulação. O convívio real e pessoal nas cidades vai se enfraquecendo (SANTINI, 1993).

Os equipamentos de lazer urbanos têm também apresentado uma tendência à privatização, tornando-se, muitas vezes, produto do mercado. As empresas de entretenimento estão aumentando, significativamente, seu poder em busca de transformar os espaços públicos em projetos empresariais que acabam prejudicando o morador do local, muitas vezes com ajuda do Estado. Os lugares se descaracterizam diante da sobreposição de produtos de lazer que estão na moda no mercado mundial e apresentam pouca identidade com o local.

A verticalização, fenômeno crescente em muitas cidades médias e grandes, também vem se constituindo em formas que desvalorizam os espaços públicos, pois, ao concentrar moradias, não libera áreas livres para atividades coletivas, e muitas vezes, incorpora, indevidamente, como apêndice privado, outros espaços contíguos aos condomínios. A implantação das "áreas de lazer" nos edifícios está longe de corresponder à função de socializar perante a vizinhança, tornando-se áreas privadas, muitas vezes, de pouco convívio entre pares e raramente entre diferentes.

Entretanto, essas constatações da perda de prestígio dos espaços públicos e do isolamento humano não implicam a impossibilidade histórica de mudança, pois existe dentro da sociedade

contradições e conflitos que podem resultar em possibilidade de reação em prol de modificar o futuro a partir das práticas presentes, sendo possível a partir de uma *práxis* inovadora, um processo de redefinição nos quadros da vida social coletiva que, gradativamente, possa modificar as práticas sociais e espaciais a partir da contemporaneidade.

Os espaços públicos de lazer urbano, pensados como espaço social onde se desenvolvem relações entre seres, grupos, meios, classes, são riquíssimos em possibilidades de vivências coletivas revolucionárias, no sentido de possibilitar essa *práxis* social inovadora.

Essa idéia sobre o lazer se contrapõe à percepção mercantilista. Refere-se a uma abordagem como resistência à reprodução social. Nessa perspectiva, por meio das práticas de lazer, os homens podem, conscientes ou inconscientemente, realizar – na extensão de suas possibilidades – a crítica de sua vida cotidiana. O lazer nesse sentido, analisado como fenômeno social, pode apresentar vários significados, o que permite considerar suas possibilidades em termos de atividade transformadora (revolucionária no sentido de mudanças de valores e atitudes).

Ao ser visto como possibilidade revolucionária e enfatizado enquanto direito social (um dos elementos do exercício da cidadania) fundamental para a busca de qualidade de vida, o lazer representa uma alternativa para o enfrentamento dos limites socioculturais históricos de nossa sociedade.

O desafio atual é, portanto, o de retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normalizada e refundá-la como um espaço de política, de uma atividade cotidiana, de um agir relacional, sem deixar de sonhar com as utopias, porém com os pés na realidade, na prática diária consciente. Os espaços públicos urbanos necessitam ser pensados como terrenos privilegiados da matriz de relações entre o público e o privado, pois é o território das práticas sociais, que permite a vivência do direito e justiça (GOMES, 2002).

Para isso, essas áreas necessitam ser construídas com vistas às necessidades da comunidade usuárias do seu entorno, para guardar uma identidade com esta e assim possibilitar um sentimento de pertencimento gerador de responsabilidades frente ao seu uso e sua conservação, além de uma normalização do uso desses espaços, sem descartar um policiamento não ostensivo do lugar.

A violência existente nesses espaços deve ser pensada a partir de uma percepção mais ampla, que extrapole os interesses dos que não necessitam deles para as suas atividades do cotidiano. Deve-se refletir principalmente acerca dos principais motivos do perigo existente nessas áreas, e em que medida poderá ser superada a partir de novas formas de atuação nesses espaços.

Portanto, a ação democrática, em relação aos espaços de lazer, necessita abranger a construção de equipamentos públicos em locais adequados e acessíveis, além de envolver uma mudança da mentalidade na utilização dos equipamentos, na busca de uma maior participação popular em atividades comunitárias, como também deve envolver a luta em defesa de um patrimônio ambiental-urbano e de uma melhor qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade contemporânea deve ser percebida a partir de uma visão ampla, onde os diversos olhares não se excluam e, sim, ampliem o horizonte em prol de uma maior compreensão dos fenômenos urbanos.

Quanto às ciências, não podem evitar o confronto com esse novo objeto - a cidade - sem que renunciem a suas especificidades. Elas travam contato, de maneira cada vez mais premente, com uma existência de totalidade e da síntese. Fato que obriga a conceber uma estratégia do conhecimento, inseparável da estratégia política, ainda que distante dela (LEFEBVRE, 2001b, apresentação da obra).

Para se possibilitar um lazer criativo e participativo para todos, é necessária uma justa distribuição do tempo e do espaço, somada a

uma ação cultural democratizante, tendo por base a cultura popular que apresenta como ponto de referência o patrimônio cultural das artes, das ciências e da filosofia, articulada com uma postura crítica, para evitar o conformismo da imitação e reprodução simples do passado. O resgate do plano cultural, nesse sentido, não implica abandono das questões econômicas e políticas, que podem surgir a partir de movimentos reivindicatórios perante as possibilidades e limitações do cotidiano (MARCELLINO, 2001).

Assim, a democratização qualitativa e quantitativa do lazer não pode estar dissociada da realidade total, bem como da reflexão acerca da superação das contradições existentes na vida social como um todo. É necessário discutir os diversos tipos de privação e as possibilidades de distribuição dos bens materiais e culturais por todos. Dessa forma, ter acesso e oportunidades de lazer e delas usufruir coloca-se no mesmo campo dos anseios e expectativas das outras necessidades humanas.

Os instrumentos de políticas urbanas democráticas não podem deixar de garantir espaço público para o lazer. A valorização dos espaços públicos de lazer nas cidades, parques, praças, equipamentos comunitários, deverá ser premissa para o planejamento dito democrático, feito pelos órgãos responsáveis pelo urbanismo.

Do ponto de vista urbano, existem várias normas e procedimentos que podem influenciar na valorização dos espaços públicos, dependendo de suas aplicações: as leis de uso e ocupação do solo, os códigos de obras, e as posturas municipais que são parâmetros indispensáveis para regular a forma urbana. O que causa maior preocupação em relação ao planejamento dos espaços públicos urbanos de lazer refere-se exatamente ao fato da simples existência física desses espaços, sem o devido uso, conservação e animação, negar a sua própria razão de existir.

É necessário, assim, pensar o planejamento da acessibilidade ao maior número de pessoas aos espaços públicos de lazer disponíveis, baseado num diagnóstico da situação atual que possa encaminhar estratégias no sentido de possibilitar oportunidades de

lazer de forma mais democrática para todas as camadas da população. Isso deve estar articulado às políticas de ocupação do solo que democratizem oportunidades, resgatem a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorem a circulação de pessoas, em prol de favorecer o convívio, a interação e o encontro.

Implica ainda na necessidade de resgatar o papel do social e minimizar os aspectos privatizantes na construção da política urbana, resgatando direitos e princípios de universalidade dos mesmos, numa atuação estatal em prol da diminuição das desigualdades na distribuição da renda e riqueza. Nesse sentido o lazer, como política pública, requer a sua conexão com as outras políticas setoriais, onde as perspectivas vislumbradas carregam uma visão político-ideológica.

Cabe ao poder público, em parceria com a sociedade civil, construir essas políticas sociais para satisfazer as necessidades individuais e coletivas existentes e desenvolver cidadãos ativos, capazes de desfrutar de uma vida saudável baseada no conhecimento, liberdade política, segurança social, participação e direitos humanos garantidos.

Nessa perspectiva, a proximidade física entre as classes causada pela concentração de pessoas nas cidades e as ações desenvolvidas no espaço público, podem reduzir o distanciamento social, facilitar o contato humano, combater o isolamento e diminuir a violência, rompendo a individualização que predomina hoje. Permitindo a superação do sentimento de desamparo, de revolta ou de conformismo aos diversos segmentos da população perante suas reivindicação acerca desses espaços.

Aos vários níveis de atuação do Estado, é indispensável buscar soluções para criação, conservação e animação de espaços de lazer de acordo com as necessidades e reivindicações populares. Os governos locais não podem ficar reféns da política globalizante, que os coloca no insignificante papel de preparar a cidade para receber os novos padrões de produção do mundo global. A cidade deve ser colocada a serviço da sua população, e não representar um simples produto a serviço do desenvolvimento de atividades lucrativas.

As políticas públicas de lazer devem também procurar a participação popular na seleção de prioridades dos lazeres de acordo com suas características locais, o que permite um sentimento de identidade e pertencimento que gera uma solidariedade na ação do uso e, conseqüentemente, na conservação dos equipamentos disponíveis (GOMES, 2002).

Esse tipo de planejamento exige, necessariamente, a interação de órgãos governamentais e a formação de uma equipe interdisciplinar com a participação da população interessada. A simples execução de uma obra pública, como praças, quadras e ginásios, muitas vezes não representa o real desejo da população que passa a não identificar esses espaços como úteis e desejáveis.

Isso implica uma visão do desenvolvimento do lazer na qual o poder público e a comunidade devem construir coletivamente seu uso do tempo livre, e onde são importantes as possibilidades oferecidas pelo poder público em forma de equipamento, bem como o agir comunitário e seu poder de gerir suas formas de organização no tempo livre.

Uma formulação de políticas apropriadas ao lazer na cidade reflete a capacidade coletiva de seus atores, a partir das suas potencialidades de auto-organização e de sua identidade com o território, quanto pelo seu poder reivindicatório frente ao Estado, pois o lazer necessita integrar as discussões locais, regionais e globais, traçando metas e objetivos para uma melhor qualidade de vida do cidadão.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- LEFEBVRE, Henry. *A cidade do capital*. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.
- _____. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001b.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Humanização*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. In: *Licere*, Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 149-164, 2002.
- ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC/WLRA (Org) *Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- SANTINI, Rita de Cássia Giral di. *Dimensão do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas*. São Paulo: Angelotti, 1993.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- WERNECK, Cristianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER

Cláudia Regina Bonalume¹⁹

APRESENTAÇÃO

“A democracia é frágil como prática pela própria natureza de sua proposta: limitar e controlar o poder dos poderosos.” (COSTA, 2002)

Para desencadearmos o debate acerca de como se dá esta participação, lançamos algumas questões:

Controle social sobre as políticas públicas é um tema que vem sendo muito debatido em áreas como a saúde, assistência social e educação, principalmente a partir da década de 80 e, mais especificamente no Brasil, da constituição de 1988. No tocante às políticas públicas de esporte e lazer, falar em controle social ainda significa falar de experiências pontuais que estiveram ou estão em construção e, na maior parte dos casos, encontram dificuldades no que diz respeito às possibilidades de aprofundamento e, especialmente, de continuidade.

1. Como chegar a uma gestão participativa, partilhada com a sociedade civil?
2. Como romper com a visão particularista de atendimento de demandas públicas e fiscalização de governos que gera corporativização e fragmentação da questão social e, em especial, desresponsabilização do Estado?
3. Que aspectos ainda dificultam uma efetiva implementação da participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer?

¹⁹ Professora de Educação Física, Especialista em Educação do Movimento, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, Ministério do Esporte.

PODER, DEMOCRACIA E ESTADO

“Mandar e ser obedecido – sem isto não há poder – e com isto não é necessário qualquer outro atributo para que haja... A coisa essencial sem a qual não há poder: ordens.” (JUVENAL apud ARENDT, 1973, p. 117). “Enquanto Webber define poder como possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio, Arendt, ao contrário, concebe o poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, na comunicação livre de violência”. (HABERNAS, 1980, p. 100)

Para Arendt o poder, a fortaleza, a força, a autoridade e a violência tomaram o lugar da palavra, no domínio do homem sobre o homem, apesar de ser a linguagem a faculdade que mais diferencia o ser humano das outras espécies animais. Acredito, na afirmação da autora de que a verdadeira autoridade é a que tem respeito para com a pessoa ou cargo e o reconhecimento incondicional dos que lhe devem obediência, sem coação nem persuasão.

Estreitando a busca de definição sobre o poder para a relação deste com as políticas públicas encontramos na definição de Bezerra uma síntese muito boa:

O poder é produto da capacidade humana de agir no espaço público e, através de suas ações, representar não apenas desejos individuais, mas aspirações coletivas expressadas pelos movimentos sociais e demais entidades da sociedade. (BEZERRA, 2005).

Habermas distingue a concepção liberal da republicana, no tocante a formação democrática da vontade. Segundo ele “na concepção republicana a formação política da opinião e vontade dos cidadãos forma o médium sobre o qual a sociedade se constitui como um todo firmado politicamente. A sociedade centra-se no estado... Democracia é sinônimo de auto-organização política da sociedade... Segundo a concepção liberal, não há como eliminar essa separação entre o aparato estatal e a sociedade, mas apenas superar a distância entre ambos pela via do processo democrático.” (HABERMAS, 2002, p. 287).

Para o modelo liberal, a normatização jurídico-estatal é central para garantir o bem comum, de forma apolítica, visando à satisfação das expectativas de felicidade dos cidadãos produtivamente ativos. Nele a autodeterminação democrática dos cidadãos deliberantes não ocupa papel central e a função da formação democrática da vontade é a de *legitimar* o exercício do poder político. É na concepção republicana que o povo tem a soberania não delegável. "*O poder constituinte funda-se na práxis autodeterminada de seus cidadãos, não de seus representantes.*" (HABERMAS, 2002, p. 291).

As formas de governo são definidas, desde a antiguidade grega como o "domínio do homem sobre o homem – domínio de um ou poucos na monarquia e oligarquia, e do melhor ou de muitos na aristocracia e na democracia. Hoje devemos acrescentar a última forma de tal domínio e, talvez o mais terrível: a burocracia..." (ARENDDT, 1973, p. 118). O domínio da burocracia é o domínio de ninguém, o que não significa não-domínio. Seria uma tirania sem tirano, na qual não há responsáveis, nem a quem argumentar, queixar-se ou perguntar o que e porque algo está sendo feito. Esta tem sido uma das principais causas da inquietação mundial hoje. Nesta forma de governo ninguém tem poder de agir, ou seja, liberdade política.

O que os elitistas apontam como 'natural' – a desigualdade política, a profunda divisão entre governantes e governados – é fruto de uma organização social que concentra em poucas mãos o capital político. Alguns poucos monopolizam a capacidade de intervir no campo político – exatamente porque os outros internalizam a própria impotência e oferecem o reconhecimento de que aqueles poucos são os 'líderes'.(MIGUEL, 2002, p. 4)

O Estado será democrático na medida em que a população tenha mais consciência de seu dever e do seu direito ao exercício pleno da participação e, conseqüentemente, da democracia e o Estado esteja voltado para o agenciamento da vontade geral, para o interesse público e não para determinados grupos que estão no poder ou mesmo que são parceiros para que este poder se mantenha.

A democracia participativa exige transparência entre a ação política e o resultado. Essa transparência depende da gestão eficaz das ações, da sua relação com os resultados e da capacidade de retorno das estruturas de delegação e representação, enquanto a intensidade da participação depende do desenho institucional e das regras de funcionamento das instâncias participativas.

Buscando uma definição cito Gramsci, para o qual Estado comporta duas esferas: a sociedade política ou Estado, no sentido estrito de coerção, e a sociedade civil, construída pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias. São estas duas esferas que constituem, em conjunto, o Estado no sentido amplo ou sociedade política mais sociedade civil.

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A DEMOCRACIA

Tocqueville, referindo-se à democracia na França no séc. XI faz uma reflexão que pode ser estendida ao Brasil, se considerarmos a opinião da maior parte dos estudiosos nacionais:

Por isso mesmo ficou a democracia abandonada aos seus próprios instintos bárbaros, cresceu como aquelas crianças que, privadas dos cuidados paternos, criam-se sozinhas nas ruas de nossas cidades e da sociedade só conhecem os vícios e as misérias. O resultado disso foi que a revolução democrática operou-se no seio da própria sociedade, sem que se fizesse nas leis, nas idéias, nos hábitos e nos costumes, a transformação que teria sido necessária para tornar útil aquela revolução. (TOCQUEVILLE, 1977, p. 14),

A afirmação de Tocqueville é feita na comparação com os Estados Unidos. O autor defende que a sociedade americana foi forjada no princípio democrático e que isso se deu graças aos emigrantes que lá se fixaram no início do século XII e levaram consigo o princípio da democracia, que então cresceu em liberdade e foi incorporada aos costumes e leis.

Arrisco afirmar que estudiosos como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMata trabalham com a

sociologia da inautenticidade, ao tentar explicar o esforço brasileiro de modernização. Colocam que a formação social do país, influenciada pela herança estatal portuguesa ou ibérica, gerou uma sociedade defeituosa, atrasada social e economicamente. Estes autores, assim como Tocqueville, partem de um modelo considerado ideal, o modelo americano, como se este conseguisse abarcar todos os aspectos do desenvolvimento ocidental e, a partir dele, fazem sua avaliação e acabam por influenciar significativamente a auto imagem negativa do brasileiro. Encontramos muitas constatações e poucas explicações e sugestões nestas análises. Fica a questão: a sociedade brasileira precisa ser pensada na comparação com outras sociedades ou a partir de suas próprias especificidades?

Partimos para uma breve análise do processo de democratização instaurado no Brasil com o fim do regime militar. A década de 80 foi extremamente contraditória para o Brasil. Configurou um período de aprofundamento das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, foi palco de avanços democráticos sem precedentes na história da política brasileira. A sociedade vivenciou um processo de democratização política, acompanhado de uma profunda crise econômica que persiste até hoje. A década ficou marcada pela participação como fato inédito na história. Movimentos sociais e populares criaram e ampliaram o espaço público e a democracia assumiu um lugar central no campo político a partir deste período.

A constituição de 1988 permitiu a incorporação de novos elementos culturais da sociedade, abrindo espaço para a prática da democracia participativa. O processo representou, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais, ao estabelecer mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular e conselhos de gestão setorial.

Analisando a conclusão da pesquisa de Moisés, 1995, é possível perceber que o Brasil vem passando por um processo de transformações democráticas da estrutura, acompanhado por mudanças na cultura política da população. Os segmentos que não

participam ou participam de maneira muito superficial da vida política não compreendem o sentido destas transformações. A educação é apontada como possibilidade de preparação para o exercício da cidadania e, entre os pesquisados, os segmentos com menos acesso a este direito têm mais dificuldade de informar-se e decidir-se frente às alternativas que lhes são apresentadas.

Podemos citar três importantes conquistas da cidadania, no mínimo, referentes à questão legal, nos três últimos séculos: no século XVIII, os direitos civis, no século XIX, os políticos e no século XX, os sociais.

DELEGAÇÃO DE PODER: UMA OPÇÃO, DEFENDIDA POR ALGUNS E CRITICADA POR OUTROS

A tensão entre democracia participativa e representativa parece fazer parte constitutiva das democracias modernas, uma vez que a expansão de qualquer uma implica a redução da outra.

Se a luta política é uma luta de 'classificações', em que os agentes buscam impor os princípios de 'visão e divisão' do mundo social, como diz Bourdieu, então a primeira divisão é aquela que separa um espaço para a própria política. Contribuindo para manter os 'profanos' à parte, esta divisão cumpre um papel estabilizador, isto é, conservador; e propicia sobretudo a proteção daqueles que detêm o papel político contra a concorrência de outros agentes, externos. (MIGUEL, 2002, p. 4).

A citação escolhida para dar início ao desenvolvimento do tema contempla minha opinião acerca deste debate, formulada a partir de experiências pessoais de gestão e fundamentada na análise de estudos com posições diversas, entre os quais destaco aqui breves exemplos.

Webber é um dos maiores defensores da delegação de poder às lideranças legítimas: "esse poder só se efetiva na ação de um ator social específico, de um estadista, capaz de assumir, com responsabilidade pelas conseqüências, as iniciativas que o coloquem à altura das exigências da direção de um Estado nacional soberano."

Percebe-se que o sociólogo leva ao pé da letra a afirmação de Rousseau, para o qual, na representação política o povo só é “soberano” no momento de eleger e deixa de sê-lo no dia seguinte. Para ele os eleitores têm duas participações: o voto e o fato dos programas serem elaborados considerando seus interesses, com vistas a conquistar estes seu voto.

Weber menciona inclusive os riscos de uma democracia de massas: “[...] o perigo político de uma democracia de massas reside, justamente e em primeira linha, na possibilidade de haver um predomínio forte de elementos emocionais na política. A ‘massa’ como tal (não importa que camadas sociais a componham num determinado caso) ‘só pensa até depois de amanhã’. Pois ela, como o ensinaram todas as experiências, está sempre exposta à influência do momento meramente emocional e irracional... a política democrática bem-sucedida é feita... 1. quanto menor for o número de participantes nas decisões; 2. quanto mais claras forem as responsabilidades atribuídas a cada um deles e a seus liderados.” (WEBBER, 1993, p. 129)

Sartori, apud Miguel (2002), segue a mesma linha de raciocínio de Webber, porém com argumentos diferentes. Defende a redução da participação política, rechaça os ideais de autonomia cidadã, de igualdade e de alternância entre governantes e governados e reduz o processo democrático à escolha dos “melhor preparados”. Para justificar tal proposta acusa a incompetência das massas e aponta a influência excessiva da televisão como o principal obstáculo das democracias ocidentais. Cita como problemas interligados: “o controle excessivo dos governos pela opinião pública, reduzindo o nível de racionalidade e a possibilidade de planejamento a médio-longo prazo das decisões políticas e administrativas, e o controle desta mesma opinião pela mídia eletrônica.” (SARTORI, apud MIGUEL, 2002, p. 3) Segundo o autor enquanto a palavra escrita promove a televisão inibe o raciocínio. Se não é possível superar este problema a solução apontada por ele é reduzir, ainda mais, a influência popular sobre as decisões políticas.

Embora tenhamos acordo com o fato da televisão não estimular a participação ativa da população, não ser isenta, até porque é hoje um espaço de luta, um poder, e que a mídia em geral, usualmente, opte por ressaltar o aspecto negativo da ação política, é mais fácil apostar na educação, no sentido amplo da palavra, do expectador, do que limitar-lhe ainda mais o poder de atuação.

[...] na democracia representativa a exclusão política toma a forma de silêncio, esse silêncio não é apenas a ausência de um representante no parlamento. É a ausência de voz na disputa pelas representações do mundo social, que se trava nos meios de comunicação. No entanto, as concepções correntes da democracia tendem a ignorar ou desprezar esse fato.” (NÁDIA URBINATI, apud MIGUEL, 2002, p. 4).

Não acredito na separação estanque, na política, entre representantes e representados, mesmo que a interlocução esteja aquém do desejado acontece em diversos momentos. Miguel, 2002, ao referir-se ao elitismo, que subjaz a ausência da mídia na análise da realidade política, identifica dois momentos distintos na política, os “bastidores”, onde se dariam as verdadeiras negociações, seriam feitos os acordos e aconteceriam os fatos mais relevantes e o “palco”, como jogo de cena que mostraria aos não iniciados, à imprensa e ao povo em geral o que interessa ao pessoal dos bastidores que estes fiquem sabendo. O próprio autor aponta para a relatividade desta distinção, lembrando que a platéia tem voz e a qualquer momento pode se manifestar. Além disso, no mínimo, quem decide quem vai para os bastidores é ela. Ultimamente temos acompanhado o quanto a revelação do que ocorre nos bastidores tem sido crucial no jogo político.

Não se trata de negar as imperfeições da democracia formal, que se caracteriza, de fato, pela limitação da participação popular [...] a representação política coloca uma série de graves problemas para a organização democrática, como os que dizem respeito aos critérios de representatividade, à vinculação entre os representantes e seus constituintes, ao risco de autonomização dos representantes em relação ao conjunto da sociedade, etc. Na medida em que a

superação da necessidade de representação não está colocada no horizonte, o pensamento democrático deve continuar lidando com estas questões e buscando soluções, mesmo que sejam provisórias. (MIGUEL, 2002, p. 4)

Acredito na possibilidade de combinação das duas formas de democracia se houver coexistência e complementaridade, ou seja, convivência de diversas práticas, organização administrativa e variação de formas de gestão, com o reconhecimento, pelos gestores, de que a participação, o controle social, sobre o que é público, e as deliberações coletivas podem substituir boa parte do processo de representação e deliberação.

PARTICIPAÇÃO DIRETA E CONTROLE SOCIAL

quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes. (DAHL, 1998, apud SANTOS, 2002).

O controle social aparece inscrito na constituição do Brasil com o sentido de participação da população na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas.

A importância da participação é reconhecida pela maioria dos autores e mesmo governantes, o que parece ser questionado é sua viabilidade técnica e as formas de operacionalização, dada a magnitude, complexidade e burocratização dos sistemas políticos contemporâneos. Surge, então, a necessidade de criar e institucionalizar procedimentos democráticos viáveis.

A participação requer oportunidades igualitárias de acesso à informação e de capacitação, para que as discussões sejam feitas entre pessoas com entendimento claro das questões para a construção de alternativas e decisões que contribuam para o avanço

coletivo. Se a informação é imprescindível no processo de democratização, cabe ao poder público investir no acesso à mesma, na sua difusão e inteligibilidade, ou seja, garantir que a informação disponível seja informação acessível e não tão técnica que não possa ser compreendida pela população.

[...]o instrumento de poder mais importante da burocracia é transformar as informações oficiais em informações sigilosas, usando o conceito de sigilo profissional. Em última instância, um método para segurar a administração contra qualquer controle. (WEBBER, 1993, p. 73)

Procurar desenvolver uma cultura de participação da sociedade na atual estrutura mundial é um trabalho árduo, significa atuar contra o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem implementado. A globalização também atua como ameaça à democracia por alimentar a tensão permanente entre a prática política de movimentos populares e associações civis e os obstáculos criados pela institucionalidade com sua tendência de fazer prevalecer suas práticas.

Moisés (1995), afirma que a democracia, como parte da política, implica um processo aberto de aprendizado que vai além do simples pactuar normas democráticas e cujo resultado final não é previamente determinável, uma vez que as condições podem mudar sob efeito da ação dos atores políticos. Trata-se de um processo longo, difícil e, por vezes, bastante penoso, para o qual não existem pressupostos/conceitos absolutos.

A cultura política é apontada como uma variável indispensável que, articulada às variáveis estruturais, instrumentais e políticas, contribui significativamente para a compreensão do surgimento, continuidade, estabilidade e até desaparecimento dos regimes políticos. "O termo 'cultura política' refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública." (SANI, 1980, apud MOISÉS, 1995, p. 86).

Desta forma tudo indica que o procedimento democrático tem que ser um exercício coletivo de poder político, baseado em um

processo livre de apresentação de razões entre iguais, para ir além da atuação das instituições, o que requer também iniciativas dos atores sociais para avançar das demandas e reivindicações particulares à questões coletivas capazes de se tornarem políticas públicas, fazendo o Estado atuar na sociedade.

É importante transformar as práticas locais de democracia, por mais simples que sejam, em elos de redes e movimentos mais amplos e, conseqüentemente, com mais capacidade de transformação, pois estes permitem a aprendizagem recíproca e contínua, considerando que não existem soluções que sejam válidas para qualquer contexto.

Segundo Paulo Freire, uma proposta de trabalho democrático exige conhecimentos organizados, mas não cabe em pacotes pré-determinados, está em constante processo de descoberta, ou seja, é necessário refletir sobre a própria situacionalidade, na medida em que, desafiados por ela, agimos sobre ela de forma crítica. Os homens são porque estão em situação. Pensá-la é pensar a própria condição de existir.

O controle social passa a ir além da luta pela garantia de um direito adquirido, pela potencialidade e criatividade dos usuários, reais conhecedores das necessidades e parceiros na elaboração da política. Reivindicar direitos implica questionar a gramática social e estatal de exclusão e propor uma mais inclusiva.

CONTROLE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para *Política Pública* adotamos a definição de Pereira (2000): “[...] linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei.” É através das políticas públicas que os bens e serviços são distribuídos ou redistribuídos, de acordo com as demandas da sociedade. Interessa a este trabalho buscar formas de construir relações de reciprocidade e antagonismo entre as esferas envolvidas, ou seja, Estado e sociedade civil.

É imprescindível que existam mecanismos que permitam ao cidadão intervir continuamente nos processos decisórios.

Encontramos na literatura defesas de que cidadãos informados e que disponham de alternativas institucionais de participação ativa encontram-se em melhores condições de instruir e/ou responsabilizar os seus representantes. Anastásia;Ranulfo, 2002, apontam como inegável os avanços do Brasil quanto às possibilidades de controle do eleitor dos atos dos poderes Executivo e Legislativo, bem como de participação popular. Os exemplos apontados pelos autores são: a criação do SIAFI; a possibilidade de consulta sobre os recursos constitucionalmente destinados aos Estados e municípios; a Lei de Responsabilidade Fiscal; a disponibilização das informações a respeito da implementação do Plano Plurianual; a divulgação dos dados sobre a execução do orçamento da união (via PRODASEN); a criação da Corregedoria-Geral da União; as TVs Câmara e Senado; a ouvidoria dos Ministérios e da Câmara; a criação da Comissão de Legislação Participativa; e a perda da imunidade parlamentar.

É facilmente perceptível que estas medidas não são suficientes para que se possa afirmar que o cidadão brasileiro está participando e/ou fiscalizando, especialmente quando falamos em questões de ordem nacional. Isto se deve principalmente à forma como está organizado o processo de tomada de decisões no país e como são divulgadas as informações ao cidadão eleitor que encontra dificuldades para identificar as responsabilidades individuais e, até mesmo, as verdades.

Quando se busca construir governos dotados de autoridade para gerar políticas públicas necessárias três aspectos são apontados como principais:

em primeiro lugar a importância da construção da autoridade pública necessária para que os governos democráticos sejam eficazes e, ao mesmo tempo, efetivos em suas iniciativas; em segundo lugar, o reconhecimento de que sem autonomia e especialização de suas distintas esferas de decisão essa autoridade funciona mal ou não funciona; e, em terceiro, a necessidade de institucionalizarem-se mecanismos capazes de assegurar que o processo de tomada de decisões, nas democracias, tenha meios para contornar os

bloqueios que, episodicamente, se armam a sua frente. (MOISES, 1995, p. 75)

Com a intensificação do debate a respeito das políticas públicas, especialmente de cunho social, como o esporte e o lazer, dá-se início ao questionamento acerca do padrão histórico que caracterizou a implementação das mesmas até então (seletivo, fragmentado, excludente e setorizado), bem como da necessidade de democratização dos processos decisórios.

Mais especificamente no tocante ao esporte e ao lazer, a ruptura com a tutela do Estado sobre o esporte Brasileiro passou a se concretizar no momento em que a referida Constituição tratou o esporte como “direito de cada um”, garantiu autonomia às entidades e associações e colocou o lazer entre os direitos sociais (Título II, Capítulo II, artigo 6º). No que diz respeito à formulação de ações, encontramos no Título VIII, Capítulo III, Seção III, no Artigo 217, no 3º Parágrafo do Item IV: “O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social.”

Cabe fazer uma ressalva, que não vamos aprofundar aqui, ao caráter assistencialista, utilitarista e descomprometido ainda fortemente presente no texto da Constituição, no que diz respeito às políticas de lazer.

Com relação à descentralização das políticas públicas, importantes dispositivos foram definidos no sentido da criação de um novo pacto federativo. O Município passou a ser tratado como ente autônomo da Federação, transferindo-se, para o âmbito local, novas competências e recursos públicos com o objetivo de fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas. Áreas como educação, saúde e assistência social já garantiram importantes conquistas neste sentido, uma vez que com a Constituição veio a regulamentação desta participação.

A história do esporte e do lazer acompanha a história da sociedade e, no caso do Brasil e do esporte, com forte presença do Estado brasileiro em suas questões. Além dos aspectos legais ocorridos no século XX, o processo de urbanização vivido pela

sociedade brasileira no mesmo período criou necessidades e levou a população a começar a reivindicar, junto aos governantes, políticas públicas de esporte e lazer.

Instituições como associações, ligas e clubes podem e devem ser parceiras na luta pelo controle social das políticas públicas de esporte e lazer, com a intenção de criar mecanismos que contribuam com o objetivo de representar os interesses populares e de ampliar os processos de participação nas decisões referentes às políticas públicas. Citamos alguns exemplos que contribuem com estas metas:

a) CONSELHOS DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE DIREITOS

Diferentes formas de organização de conselho estão em curso atualmente no Brasil, revelando pressões em busca de novos canais de participação da sociedade civil na coisa pública.

Como espaço político por natureza, que congrega representações diversas e, por vezes, antagônicas, o conselho se constitui em espaço de disputa, discussão, negociação e conflito, combina participação direta com participação através de representantes. Visto desta forma, o conselho permite a ampliação dos mecanismos de soberania popular e a diminuição da delegação de poder.

Conselho: espaço tenso em que diferentes interesses estão em disputa. É pautado pela concepção de participação social com base na universalização dos direitos e na ampliação do conceito de cidadania, é uma forma de controle exercida pela sociedade através da presença e da ação organizada de diversos segmentos.

Por serem espaços de participação e controle democrático, os conselhos não devem ser confundidos com instâncias governamentais, nem assumir a função de executores das políticas públicas, em substituição à competência governamental. Vinculados à máquina estatal devem operar através da participação, com poder de planejamento e decisão.

Os conselhos são espaços de interação que se caracterizam por um tipo de distribuição de poder

justificada pela realização de uma tarefa comum, de interesse comum, para o aprimoramento de uma responsabilidade comum.” (COSTA, 2002).

CONFERÊNCIAS

São eventos realizados periodicamente para discutir as políticas públicas, em cada esfera e propor diretrizes de ação. Suas deliberações devem nortear a implantação destas políticas e podem influenciar, inclusive, as discussões dos conselhos.

Conferências são momentos privilegiados de avaliação da política e construção da agenda participativa a ser implementada pelos governos. Contribuem para a definição das diretrizes e princípios, definidos em forma de resoluções, a serem implementados pelo executivo e pela própria sociedade civil.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O processo do orçamento participativo tem por princípio básico a discussão e decisão coletiva dos investimentos públicos. É uma das principais formas de democracia direta. Para tal, é preciso que quem está no governo tome a iniciativa de abrir mão de prerrogativas de poder que até então lhe eram exclusivas, em favor das formas de participação. É a sociedade política decidindo por ampliar a participação pela transferência e devolução de deliberação de prerrogativas decisórias até então sob sua única responsabilidade.

A experiência do OP configura um modelo de co-gestão, ou seja, um modelo de partilha do poder político mediante uma rede de instituições democráticas orientadas para obter decisões por deliberação, por consenso e por compromisso.

Santos (2002) aponta três principais características do orçamento participativo:

- (1) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias;

(2) combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas;

(3) alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros.

Dentro do processo do Orçamento Participativo podem ser realizadas as plenárias temáticas, nas quais governo e população discutem e deliberam a respeito de temas ou determinadas políticas públicas mais específicas, impulsionando o processo democrático por aprofundarem a discussão acerca das carências e necessidades destas para a sociedade em geral.

CONGRESSOS DA CIDADE OU CONGRESSOS CONSTITUINTES

Consistem em um esforço para pensar a cidade como um todo, com a participação direta dos cidadãos e/ou através de seus representantes. Têm como principal objetivo articular os mais diversos setores sociais para planejar o futuro, dialogando com a sociedade, aprofundando a democracia e ampliando os espaços de debate para o âmbito da cidade, estado ou país como um todo.

Os Congressos geralmente vêm sendo realizados como culminância e integração geral de todos os canais de participação e discussão, definindo o modelo de cidade, estado ou país que se quer construir.

O CONTROLE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Uma política de esporte e lazer é feita por diversos atores que, no dia a dia, desenvolvem inúmeras ações voltadas ao público diretamente ligado a elas. Cada uma dessas iniciativas tem seu

mérito e precisa ser valorizada, respeitando-se o papel, a ideologia e o espaço.

No intuito de garantirmos a participação e a construção coletiva, temos a ação comunitária como alternativa imprescindível para dar ao esporte e ao lazer um tratamento especial, que priorize a participação ativa da população e, sobretudo, valorize as manifestações esportivas de nossa cultura, buscando ampliá-las qualitativamente e garantir a apropriação de sua prática, de sua assistência e de seu conhecimento.

A inserção de sujeitos coletivos no processo de construção/realização transforma o lazer em veículo e objeto da cidadania, conquista e vivência do espaço público compartilhado, quando permite aos mesmos desvelar condições possíveis para superar a visão de lazer como produto de consumo, meio de conformismo e instrumento de alienação.

A ação comunitária é uma alternativa operacional nas políticas de lazer, entendida como esforço de mobilização, organização e capacitação da população em busca da co-gestão entre grupos comunitários e o poder público, na prática de lazer e, conseqüentemente, da autonomia. Para que essa ação gere as transformações desejadas, é preciso valorizar a participação consciente, crítica e criativa do sujeito no lazer. Esse processo geralmente passa por três etapas: a primeira é a de despertar a consciência para a necessidade de mudança; a segunda transformar a necessidade em disposição e ação propriamente dita e, como terceiro passo, provocar mudanças cognitivas, de ação, de comportamento e, enfim, de valores.

Podemos apontar como pontos chave do trabalho comunitário: confiança mútua, clareza nos objetivos e disponibilidade de trabalhar com a comunidade e não para ela. Assim, uma alternativa de ação comunitária leva em conta a necessidade do conhecimento da realidade, dos interesses e aspirações de determinada população; a participação efetiva desta população no planejamento, organização,

realização e avaliação das ações e a integração com órgãos e instituições.

Mais do que oferecer programas e atividades, uma política pública precisa criar condições para que o lazer passe a ser um valor indispensável na vida das pessoas, mudando a qualidade dessa vida, e fazendo com que a população passe a buscar este direito, junto ao poder público.

Uma política municipal de esporte e lazer é feita por diversos atores que não devem ser vistos como concorrentes e sim como complementares que, no dia a dia, desenvolvem inúmeras ações voltadas ao público diretamente ligado a elas. Cada uma dessas iniciativas tem seu mérito e precisa ser valorizada, respeitando-se o papel, a ideologia e o próprio espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização do Estado exige abertura de canais de participação acompanhados pela crescente organização da sociedade civil e de sua apropriação dos diversos espaços de discussão. Para que isso ocorra é imprescindível a consolidação de modelos de gestão que combinem democracia direta com democracia representativa, eficiência administrativa e qualificação dos serviços públicos.

Pelo que foi apontado e observando-se o dia a dia da construção, implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, é possível afirmar que, apesar dos avanços contidos na Constituição Federal, se não houver intensa mobilização da sociedade civil, desde a escolha de seus representantes, até a busca da construção de canais diretos de participação, o controle social sobre as políticas públicas permanecerá muito restrito.

Para alterar a tendência histórica de subordinação da sociedade civil ante ao Estado, é preciso que se permita e se estimule a atuação da população como interlocutora, dotada de representatividade e legitimidade, no processo de encaminhamento e tomada de decisões.

Trata-se da construção de uma nova cultura política que consolide a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas em geral.

As experiências de controle social precisam permitir a aprendizagem fundamental de uma dada consciência democrática de valorização da participação ativa, que ajude e/ou estimule os governos a voltar-se para os interesses dos setores populares, socialmente construídos. Trata-se da reconstrução do Estado enquanto pacto de poder, avançando da tradição autoritária para uma concepção democrática de esfera pública.

É a devolução da palavra e da ação a quem a história sonegou o direito de constituir-se como sujeito na sociedade brasileira. (RAICHELIS, 2000)

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Z. W. e FRATI, M. (org.) *Democratização do Parlamento: alargando fronteiras da representação da participação popular*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2005

ANASTÁCIA, F. ; RANULFO, C. "Accountability, representação e estabilidade política no Brasil". In: ABRÚCIO, F. (Org.) *O Estado numa era de reformas: lições dos anos FHC*. Brasília : Ministério do Planejamento, 2002.

ARENDT, H. *Crises da República*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1973.

BEZERRA, Fátima. Cidadania, participação e parlamento, in ABRAMO, Zilah Wendel e FRATI, Mila (org.) *Democratização do Parlamento: alargando fronteiras da representação da participação popular*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2005.

BONALUME, Cláudia R. Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Caxias do Sul: uma vivência construída coletivamente. *Revista Participe*. ano 5 n 8/9, Ijuí : Ed. Unijuí, 2005.

COSTA, Vanda M. Ribeiro. Teoria Democrática e Conselhos de Política Social, In: BRAVO, Maria Inês ; PEREIRA, Potyara A. P., (org.) *Política Social e Democracia*. Rio de Janeiro : Cortez , 2002.

DOWBOR, Ladislau. Governabilidade e descentralização. *Revista São Paulo*. Perspectiva, v.10, nº3, jul-set/1996.

- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo : Ed. Perspectiva, 2000.
- FAORO, R. *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre : Globo, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HABERMAS, J. *Sociologia*. São Paulo : Ática, 1980.
- _____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo, Loyola, 2002
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org). *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. *Capacitação de Animadores Sócio-Culturais*. Campinas, UNICAMP, FEF, DEL; Brasília, D.F.: MED, SEED, PFDC, 1994.
- MIGUEL, L. F. *Os meios de comunicação e a prática política*. Lua Nova. São Paulo, nº 55-56, 2002.
- MOORE, R. ; COSCO, N. Vidas ricas em bairros pobres. In: *Lazer numa sociedade globalizada*, São Paulo : SESC, 2000.
- MOISES, J.A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo : Ática, 1995.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica do Mínimos Sociais*. São Paulo : Cortez, 2000.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Democratizar a Democracia, os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América*. São Paulo : EDUSP, 1977.

VARGAS, Pepe. *A Cidade que Queremos. Governo e Cidadania: reflexões sobre o modo petista de Governar*, São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 1999.

WEBBER, Max. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1993.

REFLEXÕES POLÍTICAS E PARTICIPAÇÃO DO EU TRANSFORMADOR ESTUDO DE CASO: PROGRAMA MULTICULTURAL EM RECIFE

Abel Araújo Nunes de Carvalho²⁰

CONSIDERAÇÕES INICIAIS...

Considerando o contexto desigual do sistema neoliberal atual, no qual se insere a atuação política brasileira, e diante da necessidade de políticas públicas eficazes, não-assistencialistas, que visem sempre contribuir para um processo coletivo de autonomia conquistada, o presente trabalho pretende provocar reflexões quanto à urgência da abertura de novas perspectivas mais humanas, voltadas principalmente para o fortalecimento do *Eu Transformador* de realidades. Para tanto, contou com um estudo bibliográfico que visasse captar a visão sistêmica inerente da problemática exposta, acrescentando considerações pertinentes para melhor elucidação da exposição.

A partir desta problematização, foi analisado o *Programa Multicultural* em Recife, com o objetivo geral de enfatizar aspectos de inclusão social dos participantes, utilizando este objeto de estudo para exemplificar a ação de uma política pública sociocultural e seu viés inclusivo. Desta forma, foram delimitados objetivos específicos que nortearam a pesquisa, sendo estes: análise das relações entre a concepção e materialização do projeto; descrição do trabalho pedagógico desenvolvido pelo programa; e apontamento de resultados sociais proporcionados pelo projeto.

Pretende-se, com isso, provocar reflexões quanto à tamanha significação do agenciamento individual como real fator de mudança planetária, exemplificando que até dentro de uma eficaz política governamental a diferença só surge em contextos pessoais e suas reverberações coletivas.

²⁰ Graduado em Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida.

O ETERNO FLUXO MUTANTE DO TEMPO NOS PERMITE CRERMOS EM MELHORES REALIDADES...

Vivemos em um sistema global, onde cada vez mais fica notório o esfacelamento do liame social (relacionamentos de coesão de tanto significado para nossas existências) e da perda gradual e maciça de viver em condições dignas. Esta vida certamente gira em torno de uma economia que deve participar do completo desenvolvimento de *todos* os homens e mulheres, sendo este seu objetivo principal, assegurando bem-estar material e dignidade. Não é isso que acontece.

O atual sistema neoliberal nasceu após a Segunda Guerra Mundial, em total oposição ao intervencionismo estatal e ao Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), almejando por um livre funcionamento do mercado que agiria como regulador "natural". O autor da obra que conteve as primeiras idéias neoliberais foi Friedrich August von Hayek, que em 1947, fundou a *Sociedade do Mont-Pèlerin* para lançar as idéias de um Estado forte, capaz de quebrar a força dos sindicatos e de implementar uma política monetarista, porém, abstendo-se das intervenções econômicas e moderando as despesas sociais. Para eles, a estabilidade monetária deveria constituir o objetivo supremo de todos os governos.

O primeiro governo capitalista desenvolvido a pôr em prática as idéias neoliberais foi a Inglaterra, em 1979 com Margaret Thatcher. Acontece que antes disso, a América Latina serviu de laboratório de testes do programa neoliberal em 1973, com a ditadura do general Pinochet no Chile. Ele aplicou o modelo de forma muito dura: desregulamentação, desemprego maciço, repressão anti-sindical, redistribuição da riqueza em favor dos ricos, privatização do setor público, entre outras. Além desse caso, a Bolívia também serviu de laboratório depois de 1985. Jeffrey Sachs, um então jovem guru economista americano, aperfeiçoou suas idéias neste país, antes de propor à Polônia e Rússia. Isso sem falar no *Consenso de Washington* que continha uma cartilha para os países latinos americanos seguirem na década de 90, amparada totalmente no modelo neoliberal. Não é à

toa que, de acordo com um relatório do Sistema Econômico Latino - Americano (SELA), em julho de 2001, cada habitante latino-americano devia US\$ 1.550 ao nascer.

Atualmente, fica claro que o neoliberalismo obteve sucesso (para poucos) em determinados objetivos, a saber: deflação, recuperação dos lucros, desfacelamento do movimento sindical, desemprego estrutural - considerado natural e necessário para o funcionamento eficaz de toda a economia de mercado - e aprofundamento das desigualdades. Isto só faz valer a idéia de Bonalume (2002, p. 190), em que:

O projeto neoliberal relegou o social a um plano secundário e residual, introduzindo mecanismos privatizantes na condução da política social, eliminando direitos, quebrando o princípio da universalização dos mesmos e mantendo índices inaceitáveis de pobreza e desigualdades na distribuição de renda e da riqueza.

Em face dessas constatações, não tem como falar em uma secundarização do problema da desigualdade, ou seja, colocá-la em segundo plano, visto que se torna cada vez mais aparente as injustiças de um sistema que não sabe e não quer distribuir sua produção (evitando falar em riquezas) para toda uma maioria necessitada, sabendo que esta produção é bem superior ao necessário para, pelo menos, alimentar a população mundial. Pode-se ilustrar este fato com a produção de soja brasileira, onde a maior parte da safra é exportada para servir de ração animal. Se, ao invés disto, fosse revertida para os subnutridos, ajudaria consideravelmente com a diminuição da fome no mundo, visto que a soja é um alimento altamente protéico e nutritivo. Esse sistema que não dá de comer, tampouco dá de amar, como poeticamente diz Galeano (1989), "a muitos condena a fome de pão e a muitos mais condena a fome de abraços" (tradução livre).

Por ora, de fato há um indescritível "progresso" em determinados setores que proporcionaram avanços extraordinários na melhoria da qualidade de vida humana. Sendo que a grande questão está no fato de que estes "progressos" sempre estão associados ao

acúmulo de riquezas, ocasionando uma ótima qualidade de vida para poucos.

Essa concentração é bem exemplificada por Aguiton, Petrella e Udry (2002, p. 49), quando afirmam que foi construído nesses últimos trinta anos um “*arquipélago capitalista mundial de ilhas*”, grandes ou pequenas, onde

[...] estão concentradas as capacidades científicas e tecnológicas mundiais (mais de 92% das despesas de P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - do mundo, mais de 90% das patentes e da potência informatizada instalada, entre outras), o poderio financeiro, o poder simbólico e midiático contemporâneo (grifo do autor).

Este “*arquipélago capitalista mundial de ilhas*” tem haver com um modelo de regionalização através de alianças dos países mais poderosos nos diferentes segmentos econômicos. No entanto, há que se pensar *para quem serve* essa política de regionalização. Canclini (2003, p. 36) desenvolveu muito bem essa análise, quando disse que:

[...] uma integração pensada desde os cidadãos
[...] Colocaria em primeiro plano a proteção dos trabalhadores e não a competitividade das empresas, o melhoramento da qualidade de vida e não a mobilidade dos capitais. E, naturalmente, a gestão autônoma do patrimônio cultural, social e material de cada sociedade.

A partir destes preceitos que devem se basear as intenções de regionalização. Pois sendo assim, “procuraria desenvolver políticas de inclusão generalizada, não de benefícios seletivos para elites”, contribuindo para uma nova *socie-comuni* (dade), que deve ser galgada em valores mais solidários (a intensificação dos laços comunitários) e menos consumistas, além da adoção de um conhecimento baseado no modelo sustentável da vida, considerando urgente às questões ambientais.

Para a existência desta consciência ambiental, necessitamos de uma educação globalmente voltada para a cultura de paz, formando massas de jovens com outra subjetividade, capazes de gerir nossos “recursos naturais” e a perspectiva do futuro sob o ponto de vista universal da sustentabilidade, inerente às organizações vivas. E, para

garantir a mudança das atitudes, alterando a situação de alheamento em que a maioria se apresenta,

[...] torna-se imperioso que a mudança de consciência se torne epidêmica. A única coisa que podemos fazer é indicar a via a seguir. Para reformar o pensamento, para sermos capazes de resolver os problemas mundiais, é preciso dar todos os elementos para que ocorra essa mudança. Nosso dever é falar, escrever e disseminar essas idéias (MORIN, 2000, p. 35).

Essa nova sociedade se faz mais urgente ainda para todos aqueles que sofrem algum tipo de injustiça desse sistema que expropriou a *pessoa humana* de seus direitos fundamentais; a *sociedade* de sua razão de ser; o *trabalho* de seu papel de criação de valores e de história; o *social* de suas funções de identidade e solidariedade; o *cultural* de sua variedade, dramaticidade e sacralidade; a *cidade* de sua função de espaço comunitário; e a *democracia* de seus valores (AGUITON; PETRELLA e UDRY, 2002).

Para essa questão, vale ressaltar a importância de uma construção coletiva, caracterizada por ser decisiva nas experiências de vida e por se apresentar como um verdadeiro “lençol de retalhos” das relações tecidas pelos atores sociais. O território onde a abriga (pode até mesmo ser um território desterritorializado, ou seja, o mundo virtual) é o espaço da aventura, lugar onde saímos de nós mesmos e dos mais íntimos, para encontrar com pessoas que pareçam ou não conosco; além de ser criado com esforço para que o mundo tenha mais sentido, seja mais razoável.

Parece que a idéia atual de estar inserido em um mundo globalizado retirou das pessoas um pouco o sentido de pertencer a uma nação e a um local de origem, demonstrando a urgência da sociedade civil rever sua forma de *participação*, bem diferente de um certo relaxamento com princípios éticos que percebemos em todas as instâncias de nosso país (atendo-se à nossa realidade local). Estes princípios éticos são fundamentais para gerir o processo de *mudança* que se torna imperioso neste momento de crise atual, pois todo ciclo de declínio da humanidade antecedeu o surgimento de uma nova ordem, caracterizada por uma mutação dos padrões caóticos para

surgimentos espontâneos de criatividade, conhecido na tradição do extremo oriente pela *dança dos opostos* (yin – yang).

Dessa forma, parafraseando Boff (2004), ou levamos a causa da libertação avante, incorporando novas perspectivas, ou nos condenamos a repetir os discursos passados, a ser apenas eco da voz dos antigos dominadores, hábeis em mudar de métodos para garantir sempre sua dominação.

Com isso, esperamos que a conscientização por uma *nova sociedade* torne mais presente, além da busca por uma *nova comunidade* que possibilite o desfrute sadio do convívio social. Consequente, reconhecer o poder pessoal é a “chave-mestra” desta mudança planetária, onde as ações/posturas individuais fazem a diferença coletiva, pois afinal, somos o que fazemos para mudar o que somos. Aliado a isto, uma maior abertura ao amor e à amizade, e uma menor atenção ao dinheiro, ou seja, buscar o *Si-mesmo* ao invés do *Ter-mais*, serão cruciais para que se alcance esses objetivos no *agora* (imediatamente presente, o único que existe).

QUANTO MENOS NECESSIDADES TIVERMOS, MAIS LIBERDADE TEREMOS...

Política é um assunto que incomoda muito as pessoas (grande massa), até por ser visível a referência da mesma a alguma forma de poder, em especial às classes sociais que a detêm (poder econômico, ideológico e/ou político) e ditam as normas. Ocorre que é crescente a insatisfação como tem sido conduzida a política neoliberal brasileira (detendo-se a nível local), geralmente privilegiando poucos e “desamparando” muitos. A forma que o Estado tem para atender os *direitos* destes cidadãos “desamparados” é justamente através das *políticas públicas*.

Esses *direitos*, no caso brasileiro, são declarados e garantidos em lei a partir da Carta Constitucional, reconhecendo como *dever* do Estado a proteção social de todo cidadão, inclusive os não-segurados, ou seja, aqueles que não estão vinculados ao mercado (CUNHA e CUNHA, 2002). Para garantir esse *direito* do cidadão, o Estado atua

através de *políticas públicas sociais*, que busca (pelo menos em tese) desenvolver ações que promovam a autonomia dos sujeitos sociais e a afirmação de uma consciência republicana e cidadã, tendo a universalidade e a equidade como base. Além disto, valoriza a organização popular e a participação como meios legítimos para obter a garantia de todos os direitos. Deve-se ressaltar que, do contrário, as políticas sociais podem facilmente virar práticas de clientelismo particularista, sendo totalmente ineficaz no combate à exclusão social e na garantia de mínimos sociais, além de reproduzir situações de dependência, nas quais os direitos aparecem travestidos de favores ou benesses.

Por isso também cresce a questão da *participação* como necessidade humana e instrumento para solução de problemas. Para isto, é preciso uma participação que dê ao indivíduo o direito de tomar decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas. Pois, para o Estado trabalhar de forma aberta e cooperativa, alcançando resultados mais eficazes, todos os atores envolvidos nas ações devem participar de forma ativa.

Essas iniciativas aproximam a administração pública dos cidadãos; contribuem para o rompimento ou enfraquecimento das redes de clientelismo, trazendo disputas, alianças e conflitos de interesse para arenas mais públicas de decisão; permitem tomadas de decisão mais informadas e realistas; ajudam na identificação mais rápida de problemas e lacunas e a construção de alternativas; aumentam a transparência administrativa e pressionam as diversas áreas do governo em direção a ações mais integradas (COSTA, 2002, p. 53).

Toda essa participação democrática se faz ainda mais urgente atualmente, visto que “as respostas políticas de diversos países à questão social, embora diferenciadas, estão apresentando medidas comuns”, tais como:

[...] o corte de benefícios ou a introdução de medidas de flexibilização do acesso a eles; a maior seletividade (não atende a todos) e a focalização das políticas sociais (atendem aos mais pobres entre os pobres), tornando-as residuais e casuais, ou seja, os programas não são contínuos nem

abrangentes e atingem pequenos grupos por determinado tempo; a privatização dos programas de bem-estar social, isentando o Estado da garantia dos mínimos sociais necessários à sobrevivência humana; e o desmonte da rede de proteção social antes mantida pelo Estado (COSTA, 2002, p. 45).

Essa situação assombrosa muito lembra as premissas neoliberais de *Estado Mínimo*, onde apregoa que a intervenção social pelo Estado deve diminuir gradativamente, cortando a *rede* que tanto significa para o cidadão que dela necessita e ampliando o quadro de exclusão social, fenômeno que precisa ser culturalmente combatido.

A cultura (dentro das limitações conceituais que não permitem abarcar a abrangência de seu significado) é aquilo que os homens criam, atribuem sentido, transformam e podem compreender. É a forma como o homem se apresenta e é compreendido por outros homens (daí sua importância estratégica na atualidade). Ela “controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social” (MORIN, 2003, p. 56), sendo, primordialmente

[...] uma atividade simbólica, vivencial que integra, que dá unidade, que oferece significados e nos faz participar de uma comunidade a partir da inserção, seja na unidade familiar, seja na unidade social na qual estamos integrados. Além disso, concilia afinidades na diversidade das identidades, dando impulso à sociedade democrática, pluralista que faz da diferença o valor da reciprocidade de uma sociedade inclusiva [...] (MANTERO, 2000, p. 190).

É justamente por essa importância de dar sentido Às coisas (aspecto mais transcendente), que o Estado começou a atuar através das políticas públicas, incentivando ações culturais. Muitas vezes esta ação cultural pode nem criar emprego, mas cria lazer criativo, ou pode nem criar desenvolvimento econômico, mas gera segurança. Esses são os efeitos chamados de *mais-valias* e devem ser considerados por todos, em especial os políticos.

Por isso a importância de ações voltadas à promoção da cultura, por parte do poder público, e a idéia da vivência, valorização e circulação da mesma, dando mais significado a existência do

homem. Com isso, pode-se abordar o lazer enquanto manifestação cultural, necessitando também de políticas que o promova e permita um desfrute criativo e libertário. O problema é que as políticas públicas de lazer, na grande maioria dos casos, ainda tem a associação direta e/ou única deste com o desporto, podendo serem resumidas em: distribuição de materiais esportivos; política de atividades; e construção de equipamentos específicos, sem, contudo, preocuparem-se com a participação comunitária, que, de acordo com Pinto (1996, p. 61), “é a vida deste equipamento”. Estas políticas de lazer são utilitaristas, na medida em que o pensamento de quem as executa está naquele velho esquema de “válvula de escape”, ajudando a sociedade a manter o “equilíbrio”. Este tipo de lazer é “conservador da ordem vigente”, ou seja, “não favorece oportunidades de tornar o homem mais criativo e mais consciente que é preciso romper com o círculo vicioso de trabalho alienado à lazer compensatório à trabalho alienado novamente” (PADILHA, 2002, p. 126).

Por isso, seguindo a recomendação da atual Constituição Brasileira, as ofertas de lazer por parte dos órgãos públicos devem ser justas, isto é, trabalhar na perspectiva da educação para e pelo lazer, contemplar a todos, dando prioridade às classes mais carentes. Devem ser “ricas, equilibradas e diversificadas”, indo na direção da “humanização, da solidariedade, da inclusão, da sociabilização, da cooperação, da emancipação e da participação de todos” (MÜLLER, 2002, p. 13), resgatando valores humanos dignos de serem pedagogicamente trabalhados com ludicidade. Além disso, as políticas públicas de lazer não podem ser tratadas de forma isolada de outras questões sociais, visto a ligação direta e necessária destas com outras que possibilitem o desfrute do tempo livre dos cidadãos, como por exemplo, uma política de diminuição da jornada de trabalho. Por fim, elas

[...] devem ser construídas coletivamente a partir dos interesses e necessidades da população, possibilitando o acesso a atividades críticas e prazerosas, que considerem a identidade e a história dos grupos inseridos em um contexto

histórico específico, buscando uma sociedade com identidade cultural arraigada, inter-relacionada, democrática e livre (BONALUME, 2002, p. 212).

Dessa forma, o lazer passa a ser entendido como indicador de qualidade de vida, devendo esta ser compreendida como objetivo das políticas públicas, na essência.

A questão da qualidade de vida atualmente está em evidência nos meios midiáticos, sempre atrelada a determinados fatores que contribuem para o seu alcance. Porém, devido a ela ser uma abordagem em construção (cada autor tem sua opinião a respeito), as associações feitas podem ludibriar o indivíduo desatento. A moda do momento é usar o tema em campanhas de marketing de condomínios que possuem áreas de lazer exclusivas, associando felicidade com abundância (no caso, os equipamentos de lazer), e proporcionando um estado de bem-estar, que seria a prova cabal de ter alcançado a qualidade de vida.

MAS SERÁ QUE SÓ PAGANDO QUE SE PODE TER QUALIDADE DE VIDA?

A qualidade de vida dificilmente se obtém de forma individual. Primeiramente ela estaria ligada à totalidade dos direitos básicos do cidadão (saúde, transporte, educação, saneamento, emprego, lazer e segurança) satisfatoriamente assegurados, direitos estes que dão subsídios para o indivíduo ter uma vida digna e sadia. Para tanto, o sistema de organização de nossa sociedade precisa mudar. Estando este quesito preenchido adequadamente, há que se pensar o indivíduo enquanto uma "ilha" que precisa de pontes (relacionamentos) conectando com outras "ilhas". Esse aspecto se torna complexo, na medida em que varia de pessoa a pessoa o grau de auto-realização - transmitido na auto-estima - que reflete a felicidade (prazer, engajamento e significado) da pessoa em seu meio social (aspectos coletivos) e em "seu lugar" (questão da identidade e do ambiente). Por isso, "relacionar-se com o outro, com o ambiente, com o planeta de forma harmônica e responsável é pré-requisito para a qualidade de vida das pessoas" (BONALUME, 2002, p. 193).

Para o indivíduo chegar a se relacionar com o mundo compreendendo sua fluidez e se integrando a este ritmo de forma harmônica, ele (a), de fato, tem uma noção muito forte de sistemas vivos dentro do ser. É essa noção que o faz perceber sua importância (não predominância) dentro do contexto planetário, já que representa a única espécie auto-reflexiva e capaz de perceber os inter-relacionamentos de todos os seres do universo, tanto micro quanto macrocosmologicamente. Essa sabedoria interior que modifica suas *atitudes*, traduzindo-se em uma sensação de paz interior – manifestação inefável do amor a todos os seres vivos e de uma qualidade alcançada de viver bem consigo mesmo e com todos os demais.

Aliado a isso, a questão do consumo excessivo (ou seja, consumir além das necessidades para se viver bem, uma das maiores causas de inúmeros problemas sócio-ambientais) não deve ser assimilada como necessidade humana, e sim, uma necessidade econômica e egoísta. Estes sentimentos egoístas não cabem para aqueles que almejam alcançar a qualidade de vida, pois esta cada vez mais se mostra como um “compromisso em aperfeiçoar a arte de viver e conviver” (MOREIRA, 2001, p. 25). Desta forma, a qualidade de vida começa em nossas atitudes pessoais, estendendo para os nossos relacionamentos em todos os níveis (cosmológico, planetário, humano, cultural, animal, etc).

MULTICULTURAL: SIGNIFICAÇÕES E CONTEXTOS DO OBJETO PESQUISADO...

As idéias multiculturalistas discutem como se pode entender e até resolver os problemas gerados pela heterogeneidade cultural, política, religiosa, étnica, racial, comportamental e econômica, já que a necessidade de convivência entre as diferenças se faz cada vez mais presente. O movimento resulta de um tipo de “consciência coletiva, para a qual as orientações do agir humano se oporiam a toda forma de ‘centrismos’ culturais, ou seja, etnocentrismos”, no entender de Gonçalves e Silva (1998, p. 14). Seu ponto de partida é “a pluralidade

de experiências culturais, que moldam as interações sociais por inteiro”.

Estes movimentos ensinam (ou pelo menos tentam) que tem que reconhecer a diferença do outro, sabendo que a convivência em uma sociedade democrática depende da aceitação de se compor uma totalidade social heterogênea, onde não pode ocorrer exclusão de nenhum elemento da totalidade, e onde os conflitos de interesses e valores devam ser negociados pacificamente, com as diferenças respeitadas (PRAXEDES, 2004). Sendo assim, é inevitável a associação desses movimentos com as teorias da cidadania, posto que ambos procuram identificar os sentidos e as fontes da identidade, para formar um cidadão democrático e político multicultural. Essas teorias da cidadania, da democracia e do multiculturalismo, de acordo com Torres (2003, p. 65),

[...] contribuem para aumentar a disposição dos indivíduos de exercitar a auto-restrição e responsabilidade pessoal nas suas demandas econômicas e escolhas pessoais que afetem a saúde e a prosperidade da sociedade e do meio ambiente, assim como o processo da formação da(s) comunidade(s).

Dentro dessa idéia de valorização da diversidade cultural que emerge o Programa Multicultural, procurando atender os anseios artísticos expressivos no contexto metropolitano recifense, cenário de reconhecida efervescência cultural. Com isso, o Programa nasce apoiado em uma tendência mundial de utilização de aspectos culturais como forma de evitar a marginalização, de prevenir a violência, e de aproveitar potencialidades de expressão artística focalizando a auto-sustentação no mercado de trabalho através da arte.

Melhor caracterizando, o *Programa Multicultural* é uma política pública sociocultural da Prefeitura Municipal do Recife, que tem João Paulo como prefeito. Este programa é um projeto-piloto e visa aproveitar as identidades culturais para geração de trabalho e renda. Ele funciona desde 2001, englobando todos os 94 bairros da Grande Recife, que são divididos em seis Regiões Político-Administrativas (RPA's). Em linhas gerais, conta com atividades na área de formação,

constituídas por: eventos (espetáculos diversificados, exposições, mesas de debates, etc); cursos em produção e gestão cultural (estimulando a renovação e dinamização da cena cultural da cidade); e oficinas (selecionadas a partir das características culturais da região).

Com isso, para ser mais claro e preciso, o *objetivo geral* desta pesquisa foi *analisar o Programa Multicultural* existente na cidade do Recife, *enfocando aspectos da inclusão social* dos participantes. Para atingir tal objetivo, necessitou de uma delimitação dos objetivos específicos que, por sua vez, orientou a análise do objeto de estudo, dividindo-a em três etapas, sendo elas: *análise das relações entre a concepção e materialização* do projeto, verificando as modificações ao passar do "papel à prática"; *descrição do trabalho pedagógico* desenvolvido pelo programa, método através do qual pode-se detectar as contribuições para a comunidade; e *apontamento de resultados sociais* proporcionados pelo projeto, ilustrando com alguns exemplos significativos.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo no período de janeiro de 2006, onde se coletou, através de entrevistas semi-estruturadas, informações com uma ex-funcionária do Multicultural trabalhando atualmente na *Casa do Carnaval*; com ex-alunos do Curso em Produção e Gestão Cultural que estão com trabalho próprio e à espera do inédito Curso de *Extensão* em Produção e Gestão Cultural; com a ex-coordenadora pedagógica do Programa e responsável pelo último relatório acerca do projeto; com a coordenadora pedagógica do Sítio da Trindade, que oferece oficinas ligadas ao Multicultural; e com a coordenadora geral da gestão atual do Programa.

RELAÇÃO ENTRE CONCEPÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DO PROGRAMA

A idéia geral do *Programa Multicultural* (explicitado no antepenúltimo parágrafo antes deste tópico) permanece até hoje, sendo as maiores modificações no curso em produção e gestão cultural, que já possui três níveis – iniciação, avançado e extensão -,

e nas oficinas – atualmente divididas em básicas, técnicas e temáticas –, pois estas são oferecidas para toda cidade, considerando menos as necessidades culturais das comunidades em favor da manutenção do programa, já que estas servirão de suporte para o mesmo.

Outra modificação diz respeito ao eixo organizacional do Multicultural (Festival, Mercado e Refinaria Multiculturais). A idéia inicial era que o programa trabalhasse realizando o Festival Multicultural em um RPA por vez, garantindo a descentralização e a participação da população em todo o processo. Hoje não acontece mais dessa forma, pois o programa trabalha realizando oficinas para toda a Grande Recife, ficando evidente que o acesso da população foi prejudicado, pois apesar de existirem oficinas descentralizadas, estas não são em número suficiente para toda a cidade e dificilmente atenderá as necessidades culturais das comunidades outrora mais consideradas. Essa descentralização que faz emergir a diversidade escondida, promovendo a participação das minorias de todos os setores da sociedade civil. E esta emergência das minorias é de extrema importância para qualquer região, visto que a capacidade de transformação coletiva dos atores sociais se torna mais poderosa e eficiente, possibilitando uma melhor auto-organização e, com isto, a criação de uma sociedade mais coesa, consciente da identidade sociedade-região, capaz de transformar-se em sujeito/agente de seu próprio desenvolvimento.

Depois de o programa passar por uma RPA com o Festival, ocorria o Mercado Multicultural onde as produções das oficinas eram comercializadas ou exibidas, dando visibilidade às ações e produções do projeto junto à comunidade. Esse Mercado ainda existe, sendo com outro viés, diferente da idéia original. Ele ocorre regularmente no espaço do Sítio da Trindade, com uma diversidade de atrações, não necessariamente o trabalho dos alunos das oficinas. É um evento que deu certo, merecendo a reflexão quanto ao retorno de servir de exposição para os concluintes das oficinas em toda a Recife.

O último eixo do programa é chamado de Refinaria Multicultural, em que se trabalha para dar continuidade aos

participantes, acompanhando-os em busca da autonomia. O único espaço que serve de Refinaria é também o Sítio da Trindade (RPA-3), bem aproveitado pelo Multicultural. A diferença é que o Sítio oferece oficinas complementando o programa (podendo os participantes ser de qualquer região e a partir dos 16 anos), perdendo um pouco o caráter de acompanhamento dos participantes ao término de outras oficinas do projeto. Ainda assim, esse espaço serve de modelo para implantação em outras RPA's, de locais com essa idéia, descentralizando as oficinas e ampliando o acesso da população, podendo essa criação, aliada a novos espaços, atender a solicitação.

Um acréscimo importante diz respeito à necessidade de retomar um processo decisório mais coletivo, haja vista que antes todos os departamentos da Fundação de Cultura participavam das reuniões e avaliações do Multicultural, definindo bem a idéia da interdisciplinaridade que o projeto tem. Hoje essas decisões são tomadas apenas com os funcionários do programa, além de participações de alguns alunos engajados (o que é interessante, mas não deixa de enfraquecer politicamente o programa).

Por fim, é considerada viável e criativa as novas idéias surgidas atualmente, posto que ampliarão a atuação do programa na área cultural, sendo elas: as novas parcerias (diversificando o enfoque e unindo esforços para o alcance de resultados); os Centros em Referência e Memória (valorizando a identidade cultural e o cotidiano); e a rede de cultura (trabalhando através da cooperação mútua e participação ativa). Essas são mudanças interessantes e ainda serão abordadas nos próximos tópicos.

DESCRIÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO

O Programa Multicultural conta com atividades na área de formação realizando cursos em gestão e produção cultural, oficinas e eventos, como já foi mencionado. Metodologicamente abordar-se-á, primeiramente, o desenvolvimento para ocorrer uma oficina, logo em seguida exporei algumas exemplificações de eventos realizados, para

finalizar abordando a “peça chave” do projeto: os cursos em produção e gestão cultural.

As oficinas são meios eficazes de diversificar as abordagens no meio cultural, pois estas assemelham a mini-cursos, variando de acordo com as *necessidades da comunidade* a receber as aulas (idéia no princípio, posteriormente verificando uma modificação na abordagem). Para decidir quais temas abordar nas oficinas, o programa recebe projetos de diferentes professores, contendo toda metodologia da oficina, além do material necessário com o orçamento elaborado. Os projetos passavam pela curadoria paritária onde tinha representantes da prefeitura e do programa (decisão coletiva), para escolherem aqueles nas diversas áreas artístico-culturais – oficinas e eventos. Existiam oficinas itinerantes que eram consideradas obrigatórias para todas RPA’s de Recife, como a oficina de cidadania e a de patrimônio cultural, por exemplo.

Para a realização do curso em produção e gestão, das oficinas e eventos, a equipe do Multicultural mapeia previamente espaços físicos públicos e privados da RPA a abarcar o programa, escolhendo localidades viáveis quanto ao suporte das atividades a serem realizadas, e permitindo uma maior descentralização das mesmas. A ex-coordenadora pedagógica (2001-2003), sugere que os alunos recebam um suporte técnico da prefeitura por um tempo (não necessariamente sendo um apoio financeiro, podendo ser orientações técnicas, palestras, oficinas, cursos, visitas a museus, etc.), dizendo que a carga-horária de 40 horas das oficinas, durante o festival, não são suficientes para a ampliação de uma "visão de mundo" necessária para a transformação e fortalecimento cultural. Apesar dessa ressalva, ela afirmou que as oficinas são consideradas positivas, pois além do acréscimo de conteúdo e experiência para eles, há uma valorização de seus bairros (mais especificamente) no término das mesmas. Para melhor ilustrar isto, ela citou Barbosa (1998, p. 16), quando fala que: "a arte capacita um homem ou uma mulher a não ser um estranho em seu meio ambiente nem estrangeiro no seu próprio país. Ela supera o estado de despersonalização, inserindo o indivíduo no lugar ao qual pertence”.

Existe um lugar que é considerado uma Refinaria Multicultural, onde se busca, de acordo com a coordenadora pedagógica do espaço, dar continuidade ao programa oferecendo ações de formação através das oficinas, nos segmentos educacionais, esportivos e, sobretudo, culturais. Esta Refinaria está localizada no Sítio da Trindade (conjunto paisagístico de valor histórico para a cidade do Recife) e já ofereceu 28 oficinas, um curso de iniciação à produção e gestão cultural (o primeiro do Multicultural), exposições, concertos, apresentações de teatro e dança e o Mercado Multicultural. Em 2006 (ano da pesquisa), o espaço oferecia dez oficinas, sendo elas: artes plásticas, áudio em ambiente digital, criação de sites, mamulengo, danças brasílicas, formação de instrumentistas musicais, teatro, vídeo, cavalo marinho e porcelana. Essas oficinas são ministradas por professores com ligação no mercado de trabalho e tem por objetivo possibilitar que os alunos busquem uma maneira de viabilizar suas questões econômicas através do aprendizado conquistado nelas. Para tanto, o espaço aceita a inscrição gratuita a partir dos 16 anos, tendo este que assinar um compromisso de realizar a oficina até o final, como forma de valorização do benefício conquistado.

A partir de 2005 a escolha das oficinas modificou um pouco, como já foi mencionado no tópico anterior. As oficinas básicas são voltadas para os chamados multimeios, servindo como suporte para os trabalhos do projeto, tais quais: áudio, vídeo, fotografia, criação de sites, jornal e rádio comunitária, etc. As oficinas técnicas estão mais voltadas para a área de linguagens artísticas, trabalhando na “retaguarda” dos espetáculos, como iluminação, cenografia, figurino, maquiagem, dentre outras. Já as oficinas temáticas estão voltadas para os ciclos natalino, junino e o carnaval, formando parceria com a *Casa do Carnaval*, descentralizando o trabalho deles.

Relacionado à área de eventos, a equipe gestora do Multicultural tem a idéia de utilizar os alunos capacitados em oficinas e nos cursos em produção e gestão cultural para disseminarem o que aprenderam na teoria, colocando em prática através dos eventos. Já foram realizadas mais de 200 programações variadas, como espetáculos de dança e teatro, exibições de vídeos, atrações musicais,

exposições, recitais de poesia, encontro de corais, dentre outros. Muitos destes grupos podem apresentar-se no mesmo evento, como é o caso do Mercado Multicultural, onde os organizadores trabalham diversificando as atrações expostas, para atender ao público heterogêneo que frequenta o espaço. No caso dos formados no curso em produção e gestão cultural, cada um deles tem capacidade de organizar seu próprio projeto (evento) na sua comunidade (como de fato ocasionalmente acontece), dinamizando a cena cultural e permitindo um maior acesso da população a esses trabalhos realizados no ambiente em que vivem (descentralização). Exemplificando, pode-se mencionar o projeto *Sexta Básica* - não mais em funcionamento -, onde se apresentava uma banda maior (âncora) escolhida na curadoria, mais três bandas da região, nas sextas-feiras durante o festival. Para as pessoas que aproveitam estes retornos, os eventos têm significado especial e contribuem para uma vida mais alegre (poética do viver).

Há uma área de formação do Multicultural que agrega valor ao programa e participantes, sendo uma das prioridades trabalhadas: o curso em produção e gestão cultural. Primeiramente, realizou-se o curso de iniciação em produção e gestão cultural (C.I.P.G.C.), incorporando alguma prática na organização de eventos contando como carga-horária. Para escolher os participantes do C.I.P.G.C., primeiro fazia-se um levantamento das comunidades e responsáveis pelas diversas áreas (música, artes cênicas e plásticas, literatura, design, multimeios e cultura afro), selecionando pelo menos uma pessoa de cada área e de cada região. Nesta primeira experiência, só uma professora ministrou o curso, falando sobre mercado e produção de eventos, sendo a partir do segundo curso (RPA-4) que entraram disciplinas como captação de recursos e elaboração de projetos. O curso que teve na RPA-4 para o ocorrido na RPA-5 normatizou, ou seja, praticamente não teve modificações; sendo que a partir da RPA-5 foi estipulada uma quantia máxima de R\$ 2.000,00 em dinheiro, para os alunos realizarem seus projetos (eles podiam captar recursos fora, além do garantido), valendo como avaliação final do curso. Como eles já tinham sido escolhidos contemplando todas as

áreas culturais, naturalmente elaboravam seus projetos defendendo suas inclinações, resultando, dessa forma, em uma maior diversificação dos eventos. De acordo com um ex-aluno entrevistado, apesar do C.I.P.G.C. não ter sido o esperado para ele, por considerá-lo burocrático e ter trabalhado com muita “papelada”, ampliou seu “horizonte”, fazendo-o passar a enxergar de outra perspectiva – a do contratante. Além disto, o Multicultural o aproveitava para trabalhar como *apoio* no Mercado Multicultural, ampliando sua rede de contatos.

No final do ano de 2005, em que o programa mudou sua forma de participar de uma RPA por vez passando a abarcar todas as seis ao mesmo tempo, teve seis cursos de iniciação a produção e gestão cultural, com mais de 200 inscritos. Aliado a esta novidade, pela primeira vez teve o curso avançado em produção e gestão cultural (C.A.P.G.C.), donde foram enviadas cartas para 120 alunos que tinham concluído o C.I.P.G.C. convocando-os para inscreverem-se na seleção, pois só podiam participar 30 alunos, sendo analisado o currículo e um projeto de evento elaborado por eles. Referente ao currículo, a experiência na área e a escolaridade tiveram maior peso, sendo considerado também a inserção na comunidade em que vivem, dentro da área da cultura. Se tratando do projeto de evento, o alcance social obteve maior peso, além disso a estrutura, a viabilidade e os custos formaram os outros critérios de seleção.

O curso avançado em produção e gestão cultural, por sua vez, apresenta uma grade de disciplinas mais diversificadas e um aprofundamento em outras do C.I.P.G.C.. Aprofundou na elaboração de projetos (reivindicação geral dos alunos), previsão de contas, planejamento, leis de incentivo à cultura, e acrescentou conhecimento da realidade sócio-cultural de Recife e cultura. Além disto, o C.A.P.G.C. contou com duas abordagens superficialmente divergentes, mas facilitadora para criação de um “meio-termo”, ou até mesmo uma escolha voltada para uma inclinação pessoal. De um lado foi exposta a visão de mercado cultural e investimento em cultura pelo SEBRAE, que foi parceiro do programa ministrando estes dois módulos, e do outro lado teve um módulo sobre economia

solidária, tratando do desenvolvimento do trabalho em rede. O curso durou quase quatro meses contando com a prática, sendo o fator tempo bem criticada pelos alunos, que afirmam ser a carga-horária “nunca suficiente”, como falou outro ex-aluno entrevistado.

Vale salientar que a escolha do conteúdo abordado no C.A.P.G.C. foi muito feliz ao não se limitar à formação de produtores culturais técnicos, valorizando uma formação que perceba a realidade sócio-cultural do Recife (logo estando implícito a responsabilidade deles), o mercado de trabalho extremamente competitivo (abordagem passada pelo SEBRAE) e uma nova visão cooperativa de trabalho em rede (economia solidária). Esta formação multidisciplinar em muito se assemelha à idéia do programa.

O programa já firmou parceria com a UFPE, que cederá o espaço e alguns professores para realizar o inédito curso de *extensão* em produção e gestão cultural, com carga-horária de 200 horas, e o curso de roteiro cinematográfico (também em nível de extensão e ambos com certificação do MEC). Além dessa parceria, o programa está em uma fase de mapeamento para contatos, articulando com outras universidades, CEFET, ONG’s, escolas de artes, dentre outras possíveis. Lembrando que ainda não foi definida a grade disciplinar desses dois cursos (até a realização desta pesquisa / janeiro de 2006), pois será discutida entre professores, funcionários do Multicultural e alguns alunos que representarão a turma.

Uma novidade do programa que disponibiliza de recursos para ser aplicado, restando apenas elaborar melhor em projeto, é a criação de *Centros em Referência e Memória* em cada micro-região (subdivisões das RPA’s). Estes centros trabalharão a memória e a identidade cultural, chamada por eles de “memória do esquecimento”, realizando pesquisas de campo e documentando através de vídeo e áudio histórias da vida (cotidiano). Este acervo, quando criado, servirá para a pesquisa e conhecimento de interessados, valorizando a importância da vida local e construindo um forte sentimento de *pertença* (identidade).

Outra futura criação, esta ainda no campo das idéias, é a formação de uma *rede de cultura*, estimulando o trabalho em grupos articulados. A idéia surgiu ao tomarem conhecimento da experiência realizada na Favela da Maré, no Rio de Janeiro. A diretora do Multicultural, diz que pensa na criação de conselhos multicéfalos, onde exista uma auto-gestão compartilhada, ou seja, participativa, democrática e anti-hierarquizante.

O curso de extensão em produção e gestão cultural é a prova do amadurecimento dos cursos em gestão cultural, sendo o trabalho realizado através de parcerias, uma idéia que pode render bons frutos. Os Centros em Referência e Memória é uma outra boa idéia que valorizará a identidade cultural dos habitantes da Grande Recife, enriquecendo suas vidas através do reconhecimento de suas histórias. Por fim, a criação da rede de cultura é um princípio que merece ser trabalhado, pois só através da cooperação mútua que se pode trilhar um processo de mudança social participativa, valorizando todos os indivíduos com suas subjetividades, e o aspecto coletivo coeso e democrático; a partir disso é que se constroem, sem imposições, histórias com fins semelhantes.

APONTAMENTO DE RESULTADOS SOCIAIS

Para finalizar a análise do Programa Multicultural, nada melhor do que apontar alguns resultados sociais proporcionados nestes quase sete anos.

O programa, através da realização de oficinas e dos cursos em produção e gestão cultural, literalmente modificou a vidas de muitas pessoas, melhorando as perspectivas futuras ou pelo menos a auto-estima dos participantes. A realização de oficinas possibilita o aprofundamento nas diversas áreas oferecidas (para aqueles que já tem um conhecimento específico) ou a introdução de um novo assunto (ampliando o "leque" de possibilidades para estes), como, por exemplo, a realização da oficina de teatro no Sítio da Trindade, onde participaram iniciados e novatos. Após o término desta oficina, os alunos formaram um grupo à parte do projeto, solicitando um espaço

e um professor que pudesse dirigir um espetáculo. Este grupo foi entrevistado e imagina-se, pela baixa faixa etária e desenvoltura dos atores, uma boa expectativa de desenvolvimento. Um fato deve ser considerado em relação a este grupo, pois um dos atores possui necessidades especiais devido à ausência das duas pernas. A inclusão social em relação ao corpo, neste caso, ocorre pelo agenciamento próprio do indivíduo que não se sente limitado (os limites estão em nossas mentes), e pelo programa que entende sua condição, permitindo a inserção do mesmo em uma oficina que trabalha consideravelmente o aspecto corporal, como o teatro.

Esse foi apenas um exemplo de grupo que se formou após uma oficina, havendo outros especificados no relatório elaborado pela ex-coordenadora pedagógica entrevistada, junto com toda a equipe da época, no período em que o programa estava sem direção (primeiro semestre de 2005).

Relacionado aos resultados sociais alcançados através do curso em produção e gestão cultural, a formação de novos produtores tem considerável expressividade. Isto porque o programa forma disseminadores, que elaboram seus próprios projetos nas comunidades, ressignificando o valor da cultura para todos. Pode-se exemplificar com dois ex-alunos entrevistados, que realizaram o curso e participam do *Movimento Alternativo do Jordão* (bairro da RPA-6). Eles relatam que antes do programa não se preocupavam com a questão social, pelo contrário, procuravam manter uma posição de repulsa às representações sociais. Hoje eles organizam, dentro do *Movimento*, campanha de livro e do frio, além de realizarem o movimento cultural contra a fome, sempre havendo a preocupação em divulgarem o nome do bairro, visto ter havido uma conscientização do valor identitário. Organizaram também, em 2006, toda a programação de carnaval do pólo descentralizado do Iburá, juntamente com os carnavalescos do bairro. O trabalho pessoal de um originou um grupo percussivo e 18 bandas, e o outro trabalha com carteira assinada como dj em uma conhecida casa noturna da cidade. Dessa forma, eles assumem que viraram referências para jovens da comunidade que já buscam participar do programa, e são

mais respeitados pelo trabalho que exercem em uma região com alto índice de violência e morte de jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

De acordo com a análise realizada ao objeto de estudo, observa-se que o Programa Multicultural tem um procedimento pedagógico interessante, principalmente referente ao curso avançado em produção e gestão cultural (não se pode emitir opinião do curso de extensão, pois ainda não está definido grade disciplinar deste), onde o processo de conscientização da valorização identitária e da produção cultural é visível, gerando bons frutos para o fortalecimento e dinamização da área na cidade do Recife; apesar de ter havido modificações na idéia do projeto, que prejudicaram principalmente a concepção das oficinas, fazendo o programa focalizar na formação de produtores culturais.

Atentou-se também, para o processo de inclusão social promovido pelo Programa, enquanto política pública sociocultural, relacionado aos Lugares (STOER; MAGALHÃES e RODRIGUES, 2004): do *trabalho*, onde diversos casos fatídicos de empregos foram gerados e houve um crescimento do "potencial de empregabilidade", haja vista o aumento de contatos (relações) traçados pelos alunos ao inserirem-se no meio cultural; da *cidadania*, a partir da conscientização dos direitos e deveres do cidadão, passando os sujeitos a reivindicar suas autonomias, ao agenciarem a si próprios; da *identidade*, com a sensibilização do sentido de pertença, tanto a nível municipal quanto comunitário, percebido através dos depoimentos; do *território*, considerando a participação na rede cultural, ampliando contatos e, conseqüentemente, a abrangência do território coletivo tecido individualmente; e do *corpo*, onde a inclusão de portadores de necessidades especiais trabalhando igualmente comprova isto, além da diversidade de pessoas que atuam no meio cultural, sendo fundamental a "quebra" de determinados *pré-conceitos* arraigados historicamente na sociedade.

Ficou claro que grande parte desse processo reside no agenciamento individual dos participantes, que aproveitam o apoio se conscientizando, logo se fortalecendo e buscando conquistar espaço em um meio que precisa mostrar ter qualidade. Esta é a prova cabal do *Eu Transformador* agindo, mostrando ser capaz, de fato, de mudar o mundo para melhor. Portanto, o *agir* se mostra imprescindível para as pessoas que desejam ver mudanças positivas em suas vidas, conseqüentemente ao seu redor, evidenciando a política individual de não-alheamento à realidade criada cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- AGUITON, Christophe; PETRELLA, Riccardo; UDRY, Charles-André. Expropriados do Mundo, construamos juntos uma outra Mundialização – Primeira parte: os mecanismos da exclusão. In: HOUTART, François; POLET, François (Org.). *O Outro Davos: mundialização de resistência e de lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARBOSA, Ana Mãe. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: c/ arte, 1998.
- BOFF, Leonardo. *A Voz do Arco-Íris*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- _____. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante / GMT editores Ltda., 2004.
- BONALUME, Cláudia. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MÜLLER, Ademir; DaCOSTA, Lamartine (Org.). *Lazer e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- CANCLINI, Nestor et. al. (Org.). *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- COSTA, Bruno L. D. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação. In: CARVALHO, Alysso et. al. (Org.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- CUNHA, Edite; CUNHA, Eleonora. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso et. al. (Org.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- GALEANO, Eduardo. *El Libro de los abrazos*. Santiago del Chile: Catálogos, 1989.

GONÇALVES, Luis Alberto; SILVA, Petronilla. *O Jogo das Diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

MANTERO, Juan Carlos. Turismo e lazer. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC / WLRA, 2000.

MOREIRA, Wagner (Org.). *Qualidade de Vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 2001.

MORIN, Edgar. Qualidade de vida é possível? In: *Revista E*. SESC – São Paulo, nº3, ano 7, out. de 2000.

_____. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

MÜLLER, Ademir. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e desenvolver uma idéia. In: MÜLLER, Ademir; DaCOSTA, Lamartine (Org.). *Lazer e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PADILHA, Valquíria. A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas. In: MÜLLER, Ademir; DaCOSTA, Lamartine (Org.). *Lazer e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PINTO, Leila Mirtes. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência prática da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – M. G. In: MARCELLINO, Nelson (Org.). *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

PRAXEDES, Walter. A diversidade humana na escola: reconhecimento, multiculturalismo e tolerância. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Nº42, ano 4, nov. 2004.

STOER, Stephen; MAGALHÃES, António; RODRIGUES, David. *Os Lugares da Exclusão Social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Carlos Alberto. Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. In: _____(Org.). *Teoria crítica e sociologia política da educação*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. – (Biblioteca Freiriana; v. 6).

ATIVISMOS SOCIAIS EM PARQUES DE CURITIBA: A HORA E A VEZ DOS USUÁRIOS ...

Simone Rechia²¹

Rodrigo França²²

INTRODUÇÃO

“E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso
desorganizar” (Chico Science & Nação Zumbi)

A cidade, segundo Lefebvre (1969), é construída como obra de uma história de pessoas e grupos sociais, não podendo ser, portanto, reduzida a simples produto material. Tomando o termo “produção” em sentido “amplo”, este autor afirma que houve na história a produção de cidades como houve a produção de conhecimentos, de culturas, de obras de arte, de civilização, de bens materiais.

Nesta perspectiva, a cidade, tomada enquanto objeto de pesquisa – analisada abrigando espaços fixos destinados às esferas do trabalho, lazer, esporte, cultura, educação, entre outros e dinamizados pelos fluxos de sujeitos, os quais conferem vitalidade aos mesmos – suscita grandes desafios para qualquer pesquisador interessado nessas nuances.

Ao fazer o recorte, necessário a qualquer trabalho que se pretenda dar conta, deparamo-nos com Curitiba, cidade hoje considerada por muitos como um sucesso de urbanização. Elogios,

²¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, e do curso de graduação em Educação Física da UFPR, membro pesquisador da CEPELS/REDE CEDES/UFPR.

²² Professor da Rede Municipal de Ensino, mestrando do programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação Física da UFPR.

modéstias e exageros de *marketing* à parte, Curitiba se destaca por disponibilizar à população um número significativos de espaços destinados às vivências de esporte e lazer, entre eles os parques públicos.

Inicialmente pensados para conter os avanços demográficos e preservar fundos de vale, matas ciliares e importantes nascentes de rios, os parques acabaram se tornando a “praia” dos curitibanos e atualmente são significativos cartões postais.

Estes espaços, entendidos como *produto* do Estado – uma vez pensados pelos técnicos do IPPUC²³ para serem²⁴, plenos espaços de sociabilidade e contato com a natureza – possuem um significado tal que alguns tornaram-se marcas identitárias da cidade (conforme RECHIA, 2003). Todavia, estes mesmos parques podem vir a ser *obras* dos usuários, dependendo das formas de apropriações.

Indo de encontro a esse entendimento, ou seja, a essas formas de convivência, contestação, cidadania, entre outros, é que existem as chamadas Associações de Moradores (AMA). Caracterizam-se por grupos organizados de cidadãos, os quais defendem seus interesses e atuam junto à administração pública (na forma de denúncia, parceria, entre outros) no sentido de suprir as demandas necessárias à manutenção e melhoria de qualquer ordem.

A abordagem da cidade na condição de obra abre a perspectiva de considerá-la como realidade presente e imediata, como possibilidade de apropriação do espaço e do tempo pela sociedade, mesmo imersa no mundo da mercadoria. Assim, a perspectiva da obra refere-se às possibilidades de **invenção** que faz parte da vida, que **institui o uso**, que **explora o possível** unido a uma prática criadora e não exclusivamente produtivista (CARLOS, 2001, p. 215. *grifos da autora*)

Nesse sentido, tal superação (ou relativização) da visão ideológica da cidade enquanto *produto* para seu entendimento como *obra* se vislumbra na direção dos princípios cívicos, isto é, criando a

²³ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

²⁴ Conforme IPPUC. Plano de Recreação em Curitiba. Pesquisa, Diagnóstico e Propostas. 1973.

condição favorável para os cidadãos participarem da (re)criação coletiva do espaço e da própria cidade.

Entretanto, e geralmente, observa-se (empiricamente e na produção científica a respeito) que, nesses espaços, o binômio *oferta/demanda* – caracterizado pela relação entre o poder público e os usuários – não é devidamente considerado. Nesse sentido, aquilo que os sujeitos anseiam, ou seja, suas aspirações, preferências e desejos de vivências, acaba sendo divergente ao que os administradores e técnicos planejam, propõem e disponibilizam nos espaços em questão. Portanto, identifica-se, de acordo com a teoria, uma **lacuna**, uma inanidade que desagrega o binômio, aberto principalmente pela Tecnocracia.

O saber (tecnocrático) que justifica a ação política, tornando-a necessária, dá a aparência de compromisso do poder público com a sociedade; em realidade, pensa-se e age-se, na metrópole, com base em alianças de compromissos e necessidades de classe, travestidos nos discursos da ação direcionada aos 'interesses da sociedade' visando à instauração plena da modernidade no território (CARLOS, 2001, p. 123)

Corroborando com essa idéia, Fernandes (*apud* RECHIA, 2003, p. 136) aponta que este saber gera uma uniformização, a qual se daria pela redução tecnocrática, de acordo com um padrão estabelecido. Em outras palavras, trata-se da redução a um só tipo de modelo urbanístico, refletindo um só tipo de gestão e de modelo de parques públicos.

Nesse sentido, a metrópole (personificada nos gestores) acaba por reproduzir, em muitos casos, espaços efêmeros, “perfeitos” aos olhos, mas voláteis e sem historicidade, para usuários/consumidores “felizes e satisfeitos”. Tudo isso com o aval da ciência (personificada nos técnicos e engenheiros). Segundo Rechia (2003), padronizar os equipamentos destinados às práticas corporais e experiências no âmbito do lazer, por exemplo, é uma dessas estratégias, pois desse modo o corpo acaba se limitando a fazer o que lhe é pré-determinado, garantindo a perpetuação do cotidiano e eximindo as possibilidades e o imprevisto.

Os espaços públicos imaginados como eventual possibilidade de permitir encontros, na realidade, com sua assepsia e monumentalidade de linhas arrojadas e modernas, acabaram por produzir (dentro das regras estéticas da normatização dos espaços) a ausência e o vazio, estranhos à prática social. (CARLOS, 2001, p. 135)

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é compreender a relação entre a administração pública e os usuários organizados, no que tange às ofertas e demandas para os parques da cidade de Curitiba que contam com associações de moradores e usuários, ou seja, verificar se as aspirações, anseios e preferências da população organizada estão sendo devidamente levadas em consideração pela gestão pública.

É a partir do entendimento da, já anteriormente citada, relevância destes espaços para vivências cotidianas significativas que se justifica tal reflexão, pois corroboramos com a idéia de Lefebvre (1969), onde se deve “pensar” a cidade como lócus de reencontro entre as pessoas, onde possa haver enfrentamentos, mas também parcerias, onde haja a concorrência a uma obra coletiva, enfim, onde o efetivo direito à cidade se apresente como co-participação nas diferentes esferas no controle e na gestão da cidade e na plena participação social, onde a diferença se realize na obra como atividade criadora.

Nesse sentido, a investigação do binômio oferta/demanda no que concerne aos parques, poderá trazer significativas contribuições à comunidade, principalmente aos moradores do entorno e usuários dos espaços em questão, no sentido de fornecer subsídios tanto teóricos (contribuições das pesquisas científicas a respeito), quanto empíricos (destacar as experiências bem sucedidas) com vistas a uma nova prática social, pautada na participação e co-gestão dos espaços urbanos destinados a experiências formativas no âmbito do esporte e lazer.

ATIVISMOS SOCIAIS... REFLEXÕES TEÓRICAS BALIZADORAS DA DISCUSSÃO

Para Souza; Rodrigues (2004), ativismos e movimentos sociais são maneiras que os sujeitos têm de se organizar para entrar em cena e sair da condição de espectadores.

Na qualidade de participantes de ativismos e movimentos, homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa atuação de fato seja. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 82)

Para estes autores deve-se fazer uma distinção entre ativismos sociais e movimentos sociais, pois todo movimento social é um ativismo, mas a recíproca não é verdadeira. Basicamente, a distinção repousa na dimensão do enfoque.

Nesse sentido, os ativismos reivindicatórios compreendem ações que visam obter melhorias coletivas *in loco*, isto é, na rua, no bairro (ou numa favela), ou no nosso caso, no parque ou bosque do bairro. Entretanto, tais melhorias se restringem ao benefício local, não considerando o conjunto da cidade e, menos ainda, ao nível nacional ou internacional. “Essas ações visam a atender uma demanda pontual de um determinado grupo e, ao serem atendidas, acontece geralmente uma desmobilização das pessoas.” (SOUZA ; RODRIGUES, 2004, p. 83).

Já os movimentos sociais são ativismos evoluídos, ou melhor, seus atores sociais revelam uma noção mais ampla, uma dimensão mais elevada (alguns até bastante elevada) de organização e luta. Estes militantes concentram seus esforços buscando alterações mais significativas na sociedade, como maior justiça social, combate à desigualdade, etc. Reivindicações estas as quais não podem ser atendidas por qualquer político oportunista ou com medidas paliativas.

Ainda de acordo com Souza ; Rodrigues (2004), as associações de moradores no Brasil remontam ao início do século XX: eram as chamadas “comissões pró-melhoramentos” no Rio de Janeiro.

Como o nome indica, eram organizações de moradores que reivindicavam infra-estrutura para os bairros novos e afastados do Centro, carentes de tudo. Muitas vezes se manifestavam de forma incisiva na imprensa [...] fazendo publicar cartas abertas às autoridades do Estado. O tom, no entanto, geralmente não era de ataque violento, muito menos de crítica social profunda, mas, sim, de solicitação humilde, quase suplicante, contrastando fortemente com o movimento operário de inspiração anarquista (mais tarde comunista) que, na mesma época, florescia no Rio de Janeiro e São Paulo. (SOUZA;RODRIGUES, 2004, p. 86)

Estas associações, por muito tempo, caíram em descrédito por serem consideradas “currais eleitorais” e pouco faziam o que deveriam. Já na década de 80, no Rio de Janeiro, destacaram-se a Famerj – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Há de se destacar também a Faferj – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – a qual foi decisiva na luta pela urbanização das favelas e contra as remoções. Nessa época, em diversas regiões do Brasil, muitos ativismos de bairros, com lutas pontuais – melhoria de saneamento, iluminação, postos de saúde, etc. – começaram a romper suas fronteiras, encontrar parceiros (formando federações a nível municipal e estadual), militando em dimensões maiores e assumindo, entre outros, uma postura de participação das questões públicas.

Segundo Walzer (*apud* PUTNAM, 2002, p. 101), “o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”. Tal virtude aponta para uma reconhecida dedicação ao bem público, muitas vezes em detrimento de qualquer interesse individual. Entretanto, não devemos confundir interesse individual, próprio e altruísmo, pois temos todos nossas motivações pessoais. Para acontecer em uma comunidade o virtuosismo cívico, seus cidadãos não têm de ser altruístas, mas buscar seus interesses próprios sensíveis e definidos no contexto dos interesses comuns.

Nesse sentido, segundo Putnam (2002), em uma comunidade cívica há, ou para materialização de uma comunidade cívica deve haver: toda uma rede de *direitos e deveres*, obviamente iguais a todos; relações de *reciprocidade coletiva, cooperação e engajamento político*, de maneira horizontal, e não relações verticais de autoritarismo ou dependência; buscar, como já anteriormente supracitado, o *interesse próprio em sintonia com o interesse coletivo*; tanto os cidadãos quanto os governantes devem se aproximar do ideal de *igualdade política*; devem ser priorizados os preceitos de *prestatividade, respeito e confiança mútua* entre os concidadãos; podem (e devem) haver conflitos, mas prevalecendo a *tolerância* entre os posicionamentos divergentes.

A ênfase dada às relações baseadas na confiança mútua assume grande importância, pois estas, segundo Granovetter (*apud* PUTNAM, 2002, p. 103) “[...] permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de ‘oportunismo’, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente”. Nesse sentido emergem as associações civis como geradores e potencializadores dos princípios cívicos anteriormente citados.

Segundo Putnam (2002), as associações desenvolvem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Tal afirmativa pode ser reforçada por uma pesquisa realizada em 5 países, sobre *cultura cívica*, mostrando que os cidadãos organizados em associações têm mais consciência política, confiança social e participação política. Este autor segue afirmando que “[...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos” (PUTNAM, 2002, p. 104).

O associativismo é, para este mesmo autor, um requisito *a priori* para um governo verdadeiramente democrático e, segundo Banfield (*apud* PUTNAM, 2002, p. 105), “a pobreza e o atraso se devem em grande parte (mas não inteiramente) à incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo

visando a qualquer objetivo que transcenda os interesses materiais imediatos”.

Mas como definir se uma comunidade é mais cívica que a outra? Putnam (2002), ao investigar a reforma institucional italiana e o sucesso (ou fracasso) dos respectivos governos regionais por duas décadas, organizou 4 indicadores para “medir” o índice de civismo dessas regiões. São eles: o comparecimento à referendos (de caráter facultativo na Itália); uso do voto preferencial (voto em troca de favores); número de leitores de jornais; e rede de associações civis.

Comparando estatisticamente, ele pôde elencar as regiões mais e as menos cívicas e percebeu uma relação direta com o sucesso/fracasso das instituições regionais. Ou seja, “quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo” (PUTNAM, 2002, p. 112). Por serem governos economicamente equivalentes, a pesquisa mostrou que o sucesso da gestão não depende do desenvolvimento econômico.

A pesquisa de Putnam (2003) contribui reforçando a idéia de que certos espaços públicos, os quais contam com associações de moradores e usuários podem ter o privilégio de contar com uma comunidade do entorno com capital social e perfil cívico.

A respeito do capital social, este pode ser entendido, ou melhor, diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, os quais podem potencializar e qualificar as relações sociais. Segundo Coleman

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos

capital físico sob a forma de utensílios e equipamento. (*apud* PUTNAM, 2003, p. 177).

Vale ressaltar que essa característica se reforça mutuamente, formando um círculo virtuoso, pois a confiança gera cooperação, a qual gera mais confiança e assim por diante. Porém, alerta o autor, tal confiança não se apresenta como “cega”. Ela se baseia em uma previsão do comportamento, ou seja, não se confia em uma pessoa ou instituição, simplesmente porque ela diz que fará algo, mas sim porque, conhecendo sua disposição, capacidade e as conseqüências, você espera que ela prefira agir assim.

Diferente do capital convencional (financeiro), o capital social normalmente se constitui como um bem público. “Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam.” (COLEMAN *apud* PUTNAM, 2003, p. 180). Portanto, por ser fruto da teia de relações sociais de características cívicas, o capital social pode beneficiar reciprocamente todos que fazem parte dela.

A HORA E A VEZ DOS USUÁRIOS DOS PARQUES DE CURITIBA...

Em Curitiba, existem diversas associações de moradores e ativismos de bairro. Entretanto, de moradores do entorno e usuários de parques existem bem poucos. De modo que, dentre todos os 31 parques da cidade, apenas o Parque São Lourenço, o Parque Barigüí e o Parque Bacacheri²⁵ contam com um grupo de ativistas organizados, os quais, entre outras reivindicações, lutam pela melhoria desses privilegiados espaços para a vivência do lazer.

Se fizermos apenas uma análise quantitativa entre o número de parques da cidade e o número de grupos organizados na forma de ativismos sociais, os quais lutam por melhores condições desses espaços, podemos localizar uma fragilidade política do cidadão curitibano no que se refere a participação nas decisões do governo local.

²⁵ Rechia, 2003 - tese de doutorado, pode-se encontrar uma descrição de quase todos os parques da cidade.

Entretanto, após uma análise qualitativa, percebemos que a forma de atuação desses grupos trouxe várias conquistas para os usuários. Existe por exemplo a AMA São Lourenço, do parque de mesmo nome. Com mais de 3.000 parceiros, que em relativa sintonia com a prefeitura, luta pelas preferências dos moradores do entorno e usuários no que tange à qualidade do parque, além de realizar projetos e eventos preconizando a consciência ambiental, fazendo, desse modo, emergir a possibilidade de uma co-gestão dos usuários para com esse espaço.

Nesse sentido, nossa pesquisa aponta que esses grupos de ativismos sociais – como associações de moradores e usuários dos parques da cidade de Curitiba – se beneficiam pelo capital social, pautam suas práticas nos moldes cívicos da confiança, prestatividade, respeito, cooperação, reciprocidade, respeito às normas, entre outros. Tais princípios são geradores de reputação e credibilidade, qualificando as ações destes grupos.

Salientamos dessa forma que não basta a organização de ativismos sociais, faz-se necessário que esses sejam atuantes e bem articulados para que suas reivindicações sejam atendidas.

Dessa forma, a pesquisa aponta que moradores do entorno desses espaços, uma vez organizados em AMA's (Associações de Moradores e Usuários) no seu tempo/espaço de lazer, podem vir a se caracterizar, além de um importante elo para minimizar as usuais distâncias entre o poder público e a população, no que tange seus anseios e vivências, também como potenciais geradores de capital social à guisa de uma comunidade cívica.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: A fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- LEFBVRE, Henry. *O Direito à cidade*. São Paulo: Documenta, 1969.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 3. ed. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RECHIA, Simone. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. Campinas, 2003. Tese de Doutorado.

_____. Transformação de áreas verdes em espaços de esporte, lazer e cultura: marca identitária da cidade de Curitiba. *Revista Movimento*. v.11. nº3. set/dez 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

_____. *O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte lazer e cultura: uma breve análise comparativa entre Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu*. Mimeo. Curitiba, 2006.

_____. *O Pulsar da Vida Urbana: o Espaço, o Lugar e os Detalhes do Cotidiano*. In: *Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. Curitiba, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de ; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MARANHÃO: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER

Silvana Martins de Araújo²⁶

Kytania Lindoso Dominici²

Marconi Neto da Silva²

Nilza Cleide Gama dos Reis²

Samyr Rodrigues Bezerra²

Sylvianne Dias Gomes²

Rafael Carlos Araújo da Silva²

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de um estudo sobre a política pública de esporte e lazer que a atual gestão de São José de Ribamar-MA vem adotando para este Município. O objetivo geral da pesquisa macro é investigar a existência de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios que compõem a microrregião da aglomeração urbana de São Luís. Para isso, utilizou-se como instrumento na coleta das informações um questionário semi-estruturado, aplicado a cento e sete pessoas (30% dos segmentos mapeados), seguindo a classificação adotada na II Conferência Nacional do Esporte-2006.

Considerando a natureza da investigação realizada, pode-se afirmar que ela contribui para a construção de um diagnóstico de política setorial, bem como oferece subsídios para a concretização

²⁶ Mestre em Educação e coordenadora do Núcleo da Rede CEDES/UFMA.

² Discentes do curso de licenciatura em Educação Física da UFMA e bolsistas da Rede CEDES/UFMA.

dessas políticas, uma vez que o campo de pesquisa está localizado em um Estado cujos os indicadores sociais estão entre os piores do país.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2003), o Município de São José de Ribamar, situado a 27,9 km da capital do Estado do Maranhão, possui uma população de 107.384 habitantes, distribuídos numa extensão territorial de 436,1 km². O IDH-M deste município, em 2000, era de 0,700, tornando o 4º melhor do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LAZER

O lazer, como fenômeno historicamente constituído, requer ser pensado e estudado a partir de um dado contexto social (PINTO, 2001 p. 51). No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, buscou-se desenvolver um projeto de controle social o qual visava banir experiências que não correspondiam à ordem e à disciplina exigidas pela lógica do trabalho pautado no capitalismo (GOMES, 2004).

Segundo Marcassa (2003), mais do que depressa, o divertimento passa a ser direcionado, disciplinado e conduzido por uma série de novas atividades lúdicas. Tratava-se de substituir o ócio por uma outra atividade moderna, mais "sadia", mais "organizada", mais "educativa": o lazer. Assim, o tempo de serviço passou a ser controlado, do mesmo modo que o tempo social, ou seja, matematizado, dividido, manipulado, paralisado e definido pelo ritmo tecnológico, em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e do modo de vida urbano, que se processou numa organização mais nítida e mecânica do ponto de vista do trabalho e de todo o tempo social.

Como direito social, o lazer no Brasil somente foi adotado ao final do século XX, por meio da Constituição Brasileira de 1988. Entre os inúmeros direitos citados na Constituição como a Educação, a Saúde, a Assistência, etc, poucos, entre eles o lazer, obtiveram sua inclusão mediante raras reivindicações históricas dos trabalhadores (HÚNGARO; OLIVEIRA, 2005).

Sabe-se que historicamente a classe operária lutou pela redução da jornada de trabalho e contra a exploração exercida pelo capitalista (patrão) e, conseqüentemente, pelo trabalho, na busca de um “tempo de não - trabalho”.

Contudo, o lazer deve ser visto num panorama mais amplo, de modo a se verificar e analisar suas diversas possibilidades, observando a relevância social e cultural que exerce na vida dos indivíduos. Assim, o lazer pode atuar tanto no sentido de superação de conflitos como também de estabelecer aproximações com a natureza, aprimorar relações interpessoais, além de proporcionar o prazer e o descanso. Tal entendimento contrapõe-se a posturas que o afirmam como alienação e conformismo negando a criatividade, a reflexão crítica que se alcança por seu intermédio, possibilitando a inserção de valores éticos, morais e a transformação da realidade social.

Considerado um dos estudiosos pioneiros acerca desta temática, o sociólogo francês, Joffre Dumazedier, afirma:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2004, p 34).

O Dicionário Crítico do Lazer, por exemplo, organizado por Gomes (2004, p.121), relata:

É importante enfatizar que, na vida cotidiana, nem sempre existem fronteiras absolutas entre trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações profissionais, familiares, sociais, políticas, religiosas. Afinal não vivemos em uma sociedade composta por dimensões neutras, estanques e desconectadas uma das outras como o conceito de lazer proposto por Dumazedier nos faz pensar.

Para a autora, trabalho e lazer nem sempre possuem fronteiras absolutas que os distingam e também não se constituem pólos

opostos, uma vez que integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas.

A restrição do conceito de lazer, associada apenas ao tempo para realizá-lo, conduz a definições pouco exploratórias sobre o tema, deixando de contemplar uma outra variável básica: a atitude (PADILHA, 2000). Pela variável *atitude*, o lazer caracteriza-se como uma relação entre o sujeito e a experiência vivida por ele, de forma que ela lhe propicie satisfação.

Há um escasso domínio e conhecimento sobre as possibilidades, a partir do lazer, de mudanças de atitudes e valores frente aos grandes problemas sociais, como: preconceito, racismo, intolerância de ordem religiosa, sexual, cultural, política, entre outros. Desse modo, apesar das crescentes discussões sobre esse tema, o conceito de lazer ainda permanece restrito ao nível de entendimento que contém em sua gênese uma visão conservadora que não questiona a lógica capitalista e neoliberal.

O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Quando se trata de discutir as políticas públicas de esporte e lazer, torna-se necessária a compreensão das mudanças que o Estado tem sofrido nas últimas décadas, de forma a entender as causas objetivas da situação concreta que hoje ocupam as políticas voltadas para essas atividades. É preciso perceber como a omissão do Estado do cenário social tem provocado a relativização e desmonte dos direitos sociais.

Nas décadas anteriores aos anos 90, quando ainda vigoravam políticas de desenvolvimento social apoiadas no ideal de bem-estar e garantia dos direitos individuais do cidadão, eram evidentes algumas intervenções estatais na esfera do lazer, mesmo este sendo concebido de forma funcionalista. Como exemplos podem-se citar a criação, através do Conselho de Desenvolvimento Social, dos Centros Sociais Urbanos e a campanha "Esporte para Todos". Entretanto, com o alvorecer dos anos 90, tem início um processo de liberalização da

economia que desemboca na flexibilização dos direitos sociais e na retração da intervenção estatal no financiamento de programas, espaços e equipamentos de lazer. Nesta perspectiva excludente de redefinição do papel do Estado na condução das políticas sociais, o que se pode vislumbrar é a marginalização da grande maioria do direito ao lazer, uma vez que, segundo Mascarenhas (2006, p. 5):

[...] como conseqüência do vácuo aberto pelo recuo da intervenção e participação estatal, tanto no âmbito da economia como na definição e organização das políticas sociais, o mercado fica livre de interferência, ampliando seus domínios sobre o conjunto da vida social.

A investida do capital contra os direitos dos trabalhadores aponta um cenário contraditório onde, ao mesmo tempo em que cresce a demanda ao lazer, seu acesso é restrito àqueles que possuem uma melhor condição financeira. Nestas circunstâncias, as camadas populares são privadas do acesso ao lazer, uma vez que não detêm os recursos necessários à sua fruição.

A investida do capital contra os direitos dos trabalhadores aponta um cenário contraditório onde, ao mesmo tempo em que cresce a demanda ao lazer, seu acesso é restrito àqueles que possuem uma melhor condição financeira. Nestas circunstâncias, as camadas populares são privadas do acesso ao lazer, uma vez que não detêm os recursos necessários à sua fruição. Para Saldanha Filho (2003, s.p):

Hoje a urbanização toma conta dos espaços das cidades, as poucas opções para o esporte e lazer estão sob responsabilidade da iniciativa privada, tais como clubes, associações, sindicatos, conjuntos residenciais fechados e academias que para sua utilização devem ser pagas, enquanto os espaços e serviços públicos tem sido desqualificados, sucateados, tratados como algo não necessários. É preciso garantir a qualificação, a reestruturação e a ampliação de espaços e equipamentos públicos para a prática do esporte e lazer como opção e alternativa para a parcela da comunidade que não tem como pagar por estes serviços.

Diante desse quadro, é necessária a luta pelo fortalecimento do Estado a fim de que o esporte e o lazer sejam considerados objetos de políticas públicas e se constituam um direito de todos.

A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

A compreensão da implantação de uma política setorial implica a análise de vários elementos. Neste estudo, serão apresentados os resultados obtidos a partir dos instrumentos de pesquisa (questionário, entrevista e análise documental), organizados em diferentes categorias, os quais revelam o ponto de vista da população e gestores sobre as ações governamentais.

A maioria da população consultada (83%) tem conhecimento sobre ações e projetos promovidos pela prefeitura. Isto demonstra que a população consegue identificar na presente gestão ações voltadas para o campo do esporte e lazer. A concretização das atividades de esporte dá-se mediante a ação conjunta de entidades, ONG's e da Prefeitura, esta atuando mais no sentido de apoiar com recursos materiais (bolas, equipagens, troféus e espaços) e arbitragem. Tal constatação vai ao encontro dos postulados de Mezzadri *et al.*, (2006, p. 54), ao retratar que:

As atividades de esporte e lazer desenvolvidas pela sociedade, como eventos esportivos e recreativos, e festas em datas comemorativas, muitas vezes se concretizam com apoio exclusivo dos órgãos públicos. [...] estes apoios ocorrem através do fornecimento de materiais esportivos e recreativos, premiações, espaços e auxílio na organização da parte técnica dos eventos.

Nessa perspectiva, a gestão municipal parece descentralizar suas ações de esporte e lazer, podendo incorrer numa desresponsabilização do poder municipal, o que legitima sua omissão perante a comunidade na condução das políticas públicas de esporte e lazer.

Percebe-se que a forma de descentralização implementada pelo poder público em Ribamar restringe-se a uma descentralização

operacional, em que a participação da comunidade só existe na execução das atividades de esporte e lazer.

No que diz respeito ao tipo de atividades, foi observada a predominância das modalidades esportivas (100%), seguida das festas e shows (29%) e de caminhadas (21%). O discurso do gestor corrobora o que foi explicitado pela comunidade.

O campeonato, são cinco campeonatos que ela realiza no município, todos de futebol e todos esses campeonatos que a Liga Ribamarense faz, a prefeitura entra como patrocinadora.

Nós temos o primeiro carnaval fora de época do país, que é o lava-prato; nós temos o lava-boi que não existe em lugar nenhum do mundo, só aqui, que é sotaque da Ilha, sotaque de matraca, nós temos realmente. Nós temos um período junino que não se fala em outra coisa e eu diria que se São José de Ribamar fechar a porteira talvez não tenha boi pra que o Estado possa fazer o seu próprio. (Secretario de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de São José de Ribamar).

Reiterando a fala do gestor, tem-se o Plano Diretor, instituído como instrumento regulador e essencial do desenvolvimento do município e do seu planejamento. Nele, destacam-se como objetivos sociais a realização de eventos culturais e de lazer, com agendas periódicas que valorizem a atuação cultural dos cidadãos. Com isso, a gestão municipal de São José de Ribamar contempla parcialmente as diretrizes do Plano Diretor, uma vez que atividades como cinema, teatro e artesanato, identificadas como artísticas, tiveram pequena representação.

Quanto à direção das atividades, identificou-se que estas são voltadas a públicos específicos, focalizadas para adultos, crianças/jovens e idosos com percentuais de 100%, 93% e 57% respectivamente. Dados como estes aparentam ser satisfatórios, já que atendem a diversas faixas etárias, contudo contemplam apenas uma das formas de divisão social. Outras perspectivas foram evidenciadas no mesmo questionário, quando citada a participação ínfima de pessoas com deficiência (8%), mulheres (17%) e

comunidades carentes (19%) nas atividades desenvolvidas no Município.

Segundo Oliveira (2004), a partir de uma visão materialista-dialética, o lazer, para as massas excluídas, apresenta-se unicamente como uma possibilidade/aspiração e não como uma realidade histórica.

É necessário partir-se da premissa da possibilidade de lazer para todos, ou melhor, do direito de todos ao lazer, repelindo qualquer forma de apropriação deste mediante condicionantes econômicos, físicos e de gênero. Melo (2003) faz este convite quando afirma:

Temos o grande desafio de tornar as atividades de lazer acessíveis a todos, de forma qualitativamente superior à que hoje encontramos, bem como o de conceber a intervenção no campo de ação do lazer como algo que possa contribuir para superar essa lógica social pautada na diferença e na desigualdade. (MELO, 2003 p. 23).

Tal questionamento é relevante visto sob a perspectiva das possibilidades que o lazer proporciona àqueles que dele fazem uso. Ainda baseada nas análises de Oliveira (2004), a autora traz à tona uma importante constatação sobre o papel do lazer para todos aqueles que de certa forma foram excluídos de sua participação, pois:

[...] o lazer se insere como reivindicação e direito social, uma vez que é resultado da sociedade urbana moderna sendo produto e agente de cultura. Esta visão ousada, orgânica à classe excluída do poder, enquanto direito, se expressa na oferta de programas e projetos mantidos pelos poderes públicos que têm como princípio básico a possibilidade de participação democrática. Tais ações concretas quando destinadas a grupos específicos: pessoas que são alijadas do processo de participação social como, por exemplo, as pessoas deficientes, os idosos, as crianças especialmente aquelas muito pobres que vivem em situação de risco, pessoas portadoras de HIV, entre outros, são, fundamentalmente importantes enquanto ações políticas que estimulam o exercício da cidadania. (OLIVEIRA, 2004, p 24).

Assim, vê-se a importância da participação de todos e, acima de tudo, de uma política pública de esporte e lazer que adote posturas de inclusão nas suas ações e que objetivem o exercício pleno da cidadania, por meio da intervenção ativa visando à transformação, participação e inclusão social de todos.

Para a efetivação do processo de democratização do acesso às políticas públicas de esporte e lazer, o poder municipal deve investir em recursos humanos especializados, além de contar com a colaboração de agentes comunitários. Constatou-se no município a participação dos funcionários da prefeitura (94%), voluntários (33%) e atletas (31%) na realização e execução das atividades desenvolvidas.

Com referência à política de contratação de pessoal, o secretário admite que a sua equipe é composta por um quadro de funcionários mantidos através de cargos comissionados. Segundo o depoente, já foi realizado um concurso e existe previsão para a realização de outros.

Pois é, na realidade quando se fala em contratação, a gente não pode contratar a não ser com concurso. Então nós temos que instituir concurso, e tá previsto. Já foi feito um concurso, já se chamou esses, a prefeitura tá chamando, não é a secretaria, a secretaria não tem esse poder. É tudo para centralizar na secretaria de governo, que é quem faz. Esta secretaria de administração de governo e que faz o concurso, que contrata as pessoas e que envia a secretaria de acordo com as suas necessidades"(Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer).

Outro dado relevante foi a ausência de professores de educação física compondo o quadro de funcionários da prefeitura. Porém, mais importante que a titulação é a formação e a intervenção que estes profissionais irão ter em seu planejamento e prática.

Sobre a formação dos profissionais atuantes na área, a maior parte da população questionada (59%) considerou-a insuficiente, dado significativo, pois um profissional do lazer sem formação adequada torna-se um executor de tarefa e reproduzidor de atividades recreativas. A interdisciplinaridade é uma importante ferramenta na

formação deste profissional, já que é por meio desta que irá conseguir a articulação das disciplinas e saberes necessários ao seu desenvolvimento e atuação profissional. (WERNECK, 1998)

Pinto (2001) aponta que o profissional do lazer precisa ter mais que animação; precisa ter competência político-pedagógica, princípio ético democrático, senso crítico, sensibilidade à compreensão da realidade. E, antes tudo, não basta saber os conteúdos, é necessário mobilizá-los para que possam converter-se em ações pautadas nas diretrizes e reflexões enunciadas.

Além da busca pessoal, o profissional do lazer precisa receber incentivo por parte da administração contratante para que possa se qualificar e atualizar seus conhecimentos. Os números obtidos pela pesquisa demonstram que 95% da população desconhece qualquer tipo de programa de qualificação e/ou atualização desenvolvido pela prefeitura, o que denota falta de interesse por parte do poder público em qualificar o quadro de profissionais. Isto pode ser ratificado pela fala do depoente:

Então a gente não pôde fazer algum tipo de capacitação, até porque essas pessoas que temos aqui ainda são pessoas contratadas. Estamos mantendo cargos comissionados até que se possa ter uma estrutura concursada, toda direitinha e isso com certeza é pensamento da administração.”
(Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer)

De acordo com Marcellino (2001, p. 22), “um dos pilares de uma Política de lazer deve ser a política de formação de quadros para a atuação”, por admitir que é ela um dos principais elementos da política de esporte e lazer consolidada. O autor ressalta ainda que a intervenção dos animadores culturais é imprescindível na composição deste quadro.

Nesse sentido, Dumazedier (2004) elaborou uma estrutura piramidal em cuja base se encontram os animadores voluntários, na posição intermediária, os técnicos, e no topo da pirâmide, os profissionais. Delgado (2001) afirma que todos os animadores da pirâmide (agentes comunitários) são importantes, um dependendo e

servindo de apoio para os outros, trabalhando em equipe, em cooperação, mas cada um com a sua especificidade.

Desse modo, nota-se o papel fundamental dos agentes comunitários na construção e execução das atividades de esporte e lazer nos municípios, em decorrência do conhecimento que estes têm sobre a comunidade e os problemas nela existentes.

De acordo com Santos (2006), normalmente nos estudos do lazer, a análise dos espaços onde as práticas acontecem fica em segundo plano. Para ele, o espaço não tem sido interpretado como uma variável importante na construção do lazer.

Tratando sobre espaços públicos, a população ribamarense citou a existência predominante de campos de futebol, praças, além de um estádio situado em seu território. Parques, complexo esportivo, quadra e teatro, de acordo com os questionários, não são prioridades na política de construção do município. Santos (2006) afirma ainda que o espaço é uma variável interveniente com capacidade de constituir uma determinada cultura corporal com traços bastante singulares. Uma maior diversidade de espaços, além de assegurar participação popular elevada, também assegura um amplo rol de atividades de lazer, garantindo uma vasta vivência das práticas corporais e artísticas.

Quanto à análise dos espaços existentes no município, a população, em sua maioria (82%), considera a quantidade insuficiente para atender a demanda populacional da cidade. A comunidade realiza uma avaliação da administração atual afirmando que a mesma não constrói nem preserva os espaços públicos existentes (42%).

No que se refere à construção, ampliação e conservação de novos espaços específicos, o secretário ressaltou que na sua gestão encontrou poucos benefícios no que diz respeito a espaços de lazer. Apesar disso, eles têm contribuído para a conservação dos mesmos. Enfatizou também a existência de projetos no que concerne a políticas públicas de espaços de lazer no município, mesmo havendo pouco investimento na área. Pode-se perceber na seguinte fala do gestor

que espaços como o Santuário de São José de Ribamar e as praias são os mais requisitados pela população, pois a cidade tem uma forte tendência turística e histórico-cultural.

Olha, o que nós encontramos nós estamos procurando sempre manter porque esta é a política desta administração, e o novo é como eu estou lhe dizendo, nós já temos várias quadras poliesportivas projetadas, nós já temos arquibancadas cobertas para o nosso estádio, nós já temos quadra de beach soccer, quadra polivalente ali na praia. Então, o município é muito grande, se nós tivéssemos tendo uma ajuda, digamos assim, do governo estadual. Desde que assumimos, está administração nunca teve nenhum recurso para o município de São José de Ribamar, nem pra esporte e nem pra qualquer outra área, nem pra cultura, nem turismo, nem pra infra-estrutura, educação, saúde, absolutamente nada (Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer).

Em contrapartida, as informações contidas na pesquisa documental (Lei nº. 645/06 - Plano Diretor, Lei nº. 578/2005 - Plano Plurianual-PPA /2006-2009 e a Lei nº 655/2006 – Lei Orçamentária) apontam programas e ações no desporto e lazer que visam à valorização do esporte.

A despesa orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de São José de Ribamar, para o ano de 2007, está estimada em R\$ 1.382.000,00, o que corresponde a 2,8% do orçamento total da prefeitura.

O PPA destinava, em 2006, o montante de R\$ 420.000,00 para a construção de seis quadras, R\$ 250.000,00, para um complexo esportivo e R\$ 15.000,00 para conservação de estádio e praça esportiva. Em 2007, ressalta-se também R\$ 350.000,00 para a modernização do Estádio Dário Santos e R\$ 60.000,00 para a conservação do estádio e praças até 2009.

A política de construção de espaços e equipamentos está assegurada nas legislações vigentes, contudo sua execução tem-se mostrado insuficiente, considerando as observações realizadas na pesquisa de campo (registros fotográficos, aplicação de questionário e

entrevistas). Pode-se observar, através da Lei nº. 655/2006, que o montante de recursos destinados para a Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer se mostra insignificante em relação a algumas secretarias. Porém, ainda que “ínfimo”, se este recurso fosse aplicado adequadamente, o município de São José de Ribamar teria uma política pública de esporte e lazer melhor estruturada e planejada, de modo a contemplar a construção e a ampliação de seus espaços, além de assegurar a formação e qualificação de seus profissionais de esporte e lazer.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

A realização de atividades de esporte e lazer não assegura a existência de uma política pública estruturada e consolidada para esse fim, principalmente levando-se em conta que esta apresenta um caráter minimalista. Associado a isso, o município apresenta como possibilidades de lazer apenas as festas, shows e a prática do futebol, atividades planejadas pela prefeitura com características excludentes em sua participação.

A falta de formação e atualização dos agentes de esporte e lazer do município é outra realidade constatada na pesquisa realizada. O que desqualifica a atuação destes profissionais, pois a eles é transferida a responsabilidade de sua capacitação.

Deve-se, porém, ressaltar o interesse da comunidade em promover uma política de animação sociocultural, muitas vezes sem formação específica para isso, tornando-se, mesmo assim, um importante reforço para o desenvolvimento das atividades de esporte e lazer da região, apesar da insuficiência de espaços, o que dificulta a possibilidade de participação de mais pessoas e a realização de outras atividades, além daquelas já realizadas.

Diante dos valores orçamentários presentes na Lei nº 655/2006, constata-se que o poder público municipal apresenta um perfil assistencial e desarticulado de outras ações na área do esporte e do lazer. Como materialização desta realidade, a Secretaria

Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer destina recursos para a capacitação de pessoal na área do turismo, o que não acontece com o esporte e lazer.

Portanto, a atual gestão do Município de São José de Ribamar precisa adotar políticas que contemplem uma reestruturação do esporte e lazer, planejando ações que invistam na capacitação e formação de agentes e profissionais da área e busque uma ampliação numérica e diversificada de seus espaços como forma de garantir o esporte e lazer como direito social.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Luis Octávio de Lima. *O que é lazer*. São Paulo : Brasiliense, 2003.

DELGADO, Mônica. Animação e participação cultural como bases para a ação do animador sociocultural. In: XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *Anais*. Caxambu, MG, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo, Perspectiva. 2004.

GOMES, Christianne Luce (Org). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte, Autêntica. 2004.

HÚNGARO, Edson Marcelo,. OLIVEIRA, Bruno Assis de. Esporte e Lazer como direitos social e a ofensiva neoliberal: primeiras aproximações. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14., 1., 2005, Porto Alegre. Educação física e ciências do esporte: ciência para a vida. *Anais*. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Bancos de Dados Cidades@, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 26 maio. 2007.

MARCISSA, Luciana. *As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão*. In: XIII CONBRACE, *Anais*. Caxambu/MG, 2003.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (org). *Lazer e esporte*. Campinas, SP : Autores Associados, 2001. p. 5-29.

MASCARENHAS, Fernando. *Exclusão Social Clube*: problema para as políticas públicas e gestão em esporte e lazer. Obtido em: <<http://www.efdeportes.com/efd95/exclusão.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

MELO, Vitor Andrade de. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo : IBRASA, 2003.

MEZZADRI, Fernando Marinho et. al. *Esporte e lazer*: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP. Fontoura, 2006.

PADILHA, Valquíria. *Tempo Livre e Capitalismo*: um par imperfeito. Campinas SP. Alívea, 2000.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Formação de educadores e educadoras para o lazer: saberes e competências. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, n.3, p. 53-71, maio 2001.

SANTOS, Edmilson Santos dos. *Reflexões Sobre a Utilização de Espaços Públicos para o Lazer Esportivo*. R. RA´E GA, Curitiba, n. 11, p. 25-33, 2006. Editora UFPR.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR / MA. *Lei Orçamentária* - Decreto-lei nº 655/2006, de 13 de Dezembro de 2006

_____. *Plano Diretor* - Decreto-lei nº 645, de 10 de Outubro de 2006.

_____. *Plano Plurianual 2006 a 2009* - Decreto-lei nº 578/2005, de 10 de Novembro de 2005.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo. *Conexões*, v.2, n.1, 2004.

WERNECK, Chrstitianne Luce Gomes. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. *Licere*, Belo Horizonte, v. 1, n.1, .1998, p. 47-65.

OS LIMITES DO CORPO NO TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Maria Isabel Brandão de Souza Mendes²⁷

Lerson Fernando dos Santos Maia²⁸

Marcus Vinicius de Faria Oliveira²⁹

INTRODUÇÃO

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) é uma das Instituições Federais que participa ativamente do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Esse programa foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC), através do Decreto nº 5.840 em 13 de julho de 2006, com base em discussões realizadas desde os anos 80 e que têm como foco a integração entre a formação geral e formação profissional³⁰.

O CEFET-RN oferece os seguintes Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA)³¹:

- Controle Ambiental (Natal / Convênio INCRA/ PRONERA)
- Edificações (Mossoró)
- Eletrotécnica (Zona Norte)

²⁷ Doutora em Educação - Docente do CEFET/RN – pesquisadora da Rede CEDES-CEFET-RN e do Grupo Corpo e Cultura de Movimento (GEPEC).

²⁸ Mestre em Educação-Docente do CEFET/RN - Coordenador da Rede CEDES-CEFET-RN.

²⁹ Doutorando em Educação - Docente do CEFET/RN – pesquisador da Rede CEDES-CEFET-RN.

³⁰ Para maiores informações sobre o histórico do Proeja, consultar <http://portal.mec.gov.br/setec/> Acesso em 17 ago. 2007.

³¹ <http://www.cefetrn.br/ensino/cursos-oferecidos> Acesso em 17 ago. 2007.

- Manutenção de Computadores (Zona Norte)
- Informática (Zona Norte)
- Alimentos (Currais Novos)
- Agroecologia (Ipanguaçu)

Além desses cursos, o CEFET-RN também oferece um Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de EJA.

Como docentes do CEFET-RN nos propomos a contribuir com a produção do conhecimento sobre essa modalidade de ensino, haja vista que um dos desafios do Proeja é a reflexão sobre os seus diversos cenários educativos. Direcionamo-nos para o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroecologia na modalidade EJA da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do CEFET-RN em Ipanguaçu, tendo como foco as discussões sobre as atividades produtivas e de lazer realizadas na Disciplina Educação Física no primeiro semestre de 2007. Tomamos a seguinte questão para nortear a pesquisa: como os jovens e adultos percebem a instauração de políticas que contribuam para o acesso ao lazer, tendo em vista a responsabilidade pública de ocupar o tempo livre dos cidadãos de forma gratuita?

Objetivamos estabelecer uma discussão sobre as atividades produtivas e de lazer e identificar a percepção dos estudantes sobre as políticas públicas de lazer instauradas em suas comunidades.

Ressaltamos que esse estudo ainda poderá contribuir com o campo das políticas públicas ao abrir espaço para as percepções dos jovens e adultos sobre a temática do lazer em suas comunidades, dando voz a esses sujeitos e valorizando as suas experiências vividas.

Os jovens e adultos investigados são estudantes do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroecologia na modalidade EJA da UNED-Ipanguaçu. Esse Curso foi autorizado pelo Conselho Diretor do CEFET-RN através da Resolução nº 24 de 30 de agosto de 2006 com o objetivo de:

Formar profissionais-cidadãos competentes técnica, ética e politicamente, para enfrentar o desafio de manter o homem no campo, elevando a qualidade de vida das famílias rurais e voltando-se para a obtenção de produtos em harmonia com o meio ambiente. Este profissional deverá desempenhar suas atividades, demonstrando um elevado grau de responsabilidade social, no uso de meios naturais ou ecologicamente seguros que garantam a produtividade econômica das culturas, sem causar danos expressivos ao solo, à água e à qualidade dos alimentos, promovendo assim a segurança alimentar e a sustentabilidade da agricultura (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 5).

O desafio de contribuir com a formação desses profissionais-cidadãos perpassa todas as disciplinas que compõem a matriz curricular da estrutura do curso, tanto as disciplinas da Educação Básica, quanto as da Educação Profissional.

Inserida dentre as disciplinas da Educação Básica, a Educação Física, pertencente à área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias, faz parte da organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroecologia na modalidade EJA, sendo oferecida em dois períodos letivos, numa carga horária total de 80 horas/aula.

No primeiro semestre de 2007³², durante a Unidade “O fenômeno do jogo e da ludicidade”, ministrada na referida disciplina, os estudantes, além de participarem de vivências lúdicas, tiveram a oportunidade de refletir sobre as potencialidades e os limites do corpo no trabalho, como também sobre os momentos em que os profissionais não estão trabalhando, através da idéia de que o lazer é um dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

³² No primeiro semestre de 2007 as turmas de AGROEJA estavam cursando o segundo período da Educação Física.



Confecção de brinquedos na aula de Educação Física pelos estudantes do EJA - UNED-Ipangaçu

REFLEXÕES SOBRE AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE LAZER

Ao longo da tradição ocidental, o trabalho tem sido reconhecido de diversas maneiras. Ora como castigo, ao qual os homens precisam se submeter. Ora como presente que trará liberdade para os seres humanos, fazendo-os nascer. Kamper (1998, p. 12), ao referir-se à palavra trabalho, menciona que:

Numa forma mais antiga, essa palavra designa as duras penas, a miséria da vida. Numa etapa posterior da evolução dessa palavra e do seu sentido, trabalho passou a designar o esforço que os homens fazem para superar essas dificuldades, para superar esse esforço do próprio trabalho. Nas sociedades antigas, trabalho era algo de que não se gostava. Tinha uma mácula, era para os escravos. Depois, na Idade Média, era para os artesãos. Só a sociedade burguesa colocou o trabalho num pedestal.

Mas, apesar dessa esperança de liberdade advinda das conquistas do trabalho, como defendia Marx e Hegel, o trabalho se ramificou para todas as esferas da atividade humana, sob uma forma fetichizada e estranhada, intensificando a exploração do trabalhador. Nesse cenário de exploração do ser humano, o trabalho é visto em oposição ao prazer, como denuncia Kamper (1998).

Vivemos numa época em que a sociedade enaltece os pressupostos racionalistas e atribui um valor supremo às atividades produtivas em detrimento das atividades lúdicas, as quais se transformam conforme a época, como pode ser observado no estudo de Huizinga (2001).

Nesse processo histórico, a vítima legítima é o corpo humano, pois nos últimos séculos acabou sendo alvo de uma rigorosa disciplina (Foucault, 1999).

Com vistas a problematizar o desprestígio dos momentos lúdicos e das atividades de lazer, trazemos as idéias de Kamper (1998), quando destaca a necessidade de refletirmos sobre o trabalho na sociedade atual. Ao problematizar a oposição entre o trabalho e o prazer, o referido autor aponta a compreensão do trabalho “como vida”, como uma forma de não compactuar com a exploração do trabalhador. Nesse sentido, torna-se relevante refletir sobre a possibilidade de conciliar melhor o tempo destinado ao lazer nas nossas vidas e o tempo destinado ao trabalho, estando atento às necessidades do corpo.

As atividades de lazer podem colaborar para despertar o impulso lúdico que fica adormecido nos jovens e adultos, pois a infância que está trancada dentro de nós pode emergir a qualquer momento, basta algo significativo acontecer. O lúdico não está restrito às brincadeiras infantis, podendo se manifestar nas festas, nos esportes, nas apresentações teatrais, nas apresentações musicais, na própria escola, ou em qualquer espaço onde haja divertimento, alegria e prazer.

Cabe ressaltar que o acesso ao lazer é um dos direitos do cidadão garantido pela Constituição Brasileira, no Capítulo II dos Direitos Sociais, como pode ser visualizado abaixo:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma

desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000)³³.

O lazer é um direito fundamental do cidadão e além da garantia constitucional, o lazer é um fenômeno histórico e varia conforme a cultura em que está inserido.

Além de estar associado à busca pelo prazer, como defende Almeida (2005), pode contribuir para despertar sentidos, para a produção de cultura e para a aquisição de novos conhecimentos.

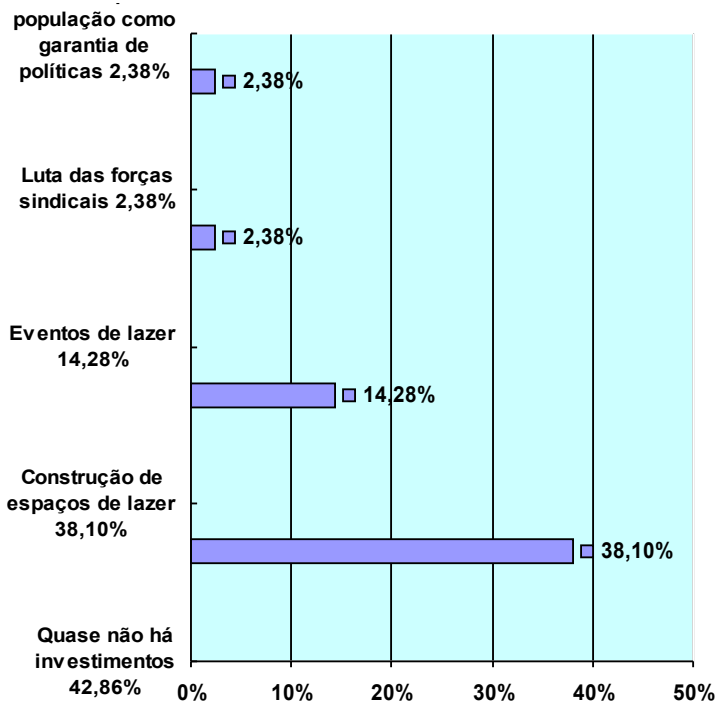
Ressaltamos que o entendimento do lazer, além de perpassar a busca do prazer, se caracteriza como espaço-tempo de conquista de acesso à cultura, enquanto um patrimônio da humanidade, e representa uma busca hegemônica da diversidade de interesse de classes sociais.

OS JOVENS E ADULTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Dos cinquenta estudantes do AGROEJA da UNED-Ipanguaçu que foram interrogados sobre as atividades produtivas e de lazer, quarenta e dois estudantes responderam a questão sobre a identificação das políticas públicas de lazer dos diferentes municípios e comunidades do interior do Rio Grande do Norte em que habitam, destacando-se Assu, Ipanguaçu, Itajá, Pataxó, Alto do Rodrigues e Guamaré.

O gráfico abaixo demonstra a percepção desses jovens e adultos:

³³ Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 17 ago. 2007.



PERCEPÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS SOBRE AS POLÍTICAS DE LAZER

Dos jovens e adultos entrevistados, 42,86% têm percebido a quase inexistência de investimento em políticas públicas de lazer em suas comunidades. Para eles, os políticos não se interessam muito por essa área. Como destaca Rayda Lopes, de Assu:

Nem sempre o poder público se interessa em ocupar o tempo livre do cidadão, pois na maioria das vezes as políticas públicas são deficientes.

Esse desinteresse do poder público reforça as palavras de Maia (2003), ao destacar que as políticas de esporte e lazer se diferenciam das outras políticas sociais, pois ainda buscam seu espaço na sociedade. As políticas de esporte e lazer ainda não são consideradas necessidades primordiais, como as políticas de saúde, segurança e educação.

Com relação aos investimentos realizados, 38,10% dos entrevistados citam a construção de espaços de lazer, mais especificamente, a construção de praças, quadras, ginásios poliesportivos e campos de futebol. Apesar de esses investimentos serem destacados pelos jovens e adultos, eles são considerados insuficientes para o acesso gratuito ao lazer de todos os moradores das comunidades e, em algumas situações, alguns espaços encontram-se em má condição de preservação.

Débora Dantas, moradora de Ipanguaçu, fala que na sua comunidade:

Existem poucas opções de lazer, como o ginásio poliesportivo, que praticamente só os homens têm acesso.

Henrique, também morador de Ipanguaçu, além de demonstrar que a prefeitura municipal fez ginásio de esporte, aponta também a construção das praças para a população.

Fábio da Silva, ao falar sobre Guamaré, ressalta que:

Infelizmente não se vê muita contribuição para o acesso ao lazer. Dos governantes, o máximo é uma praça caindo aos pedaços ou uma quadra em reforma. Esperamos que o governo invista de verdade nas atividades de lazer, não crie fachadas quando se aproximarem as eleições.

As palavras do estudante Fábio denunciam as ações que por detrás têm finalidades eleitoreiras e que não se firmam, não apresentando continuidade. Para Maia (2003, p. 88):

As políticas públicas devem ser instituídas na perspectiva de o Estado atender às demandas sociais, portanto, são expressões do compromisso do poder público perante à sociedade. Compromissos estes que devem ultrapassar os palanques eleitorais, os programas de campanhas dos candidatos e ser concretizados na prática social real. É mediante as políticas públicas que são distribuídos os bens e serviços públicos, minimizando as diferenças econômicas e socializando os direitos sociais.

Já na fala de Rosângela da Fonseca, percebemos que em alguns casos a própria população contribui com a falta de preservação dos bens públicos. Rosângela destaca que, em Assu:

As políticas públicas que visam o lazer dos cidadãos é somente a construção de praças, algumas mais equipadas, com quadra de esportes, área destinada a alongamentos, área para passeios, caminhadas, etc. Outras com vista para a lagoa, é o caso da praça construída na comunidade de Porto Piató, que proporciona aos visitantes e aos moradores da comunidade uma visão bem ampla da lagoa. Existe também a “Praça das Crianças”, onde há brinquedos para as crianças se divertirem, como túneis, gangorras, escorregos, mas que infelizmente a própria população é responsável por deteriorar e quebrar esses brinquedos.

A fala dos entrevistados reproduz um aspecto bem evidenciado nas políticas públicas de esporte e lazer, que é o investimento somente em construção de equipamentos específicos, como quadras, campos de futebol, praças e a inexistência de programas e projetos de animação para esses espaços. Conseqüentemente, limitar as políticas públicas de lazer à construção de equipamentos, não representa uma política pública com significado real para a sociedade, servindo realmente só para a colocação de placas de inauguração com o nome das autoridades para serem exibidas como uma obra feita em “benefício” do povo. Essa tendência já é apontada no estudo de Marcellino (2002), ou seja, a construção de equipamentos, sem um efetivo planejamento de animação para o desenvolvimento do lazer.

Diante da pesquisa realizada, percebemos que há pouquíssimos investimentos em eventos de lazer. Somente 14,28% dos estudantes entrevistados se referem às festas, principalmente as de São João, a alguns shows e aos campeonatos de esportes, prevalecendo os campeonatos de futebol.

Esses dados reforçam a lógica da monocultura do futebol, como praticamente o único esporte disponibilizado para a prática da população. Como o futebol apresentada um viés bastante sexista, a

mulher termina sendo excluída ao acesso às manifestações da cultura de movimento. Ressaltamos ainda, que as festas patrocinadas pelo poder público, no geral, estão atreladas à massificação da cultura, tendo em vista a realização de megashows, se afastando em muito de um evento que tenha conotação com a identidade cultural.

Outros estudantes destacam mais alguns pontos importantes para pensarmos no acesso ao lazer. Wilber Barbalho ressalta o esforço das forças sindicais para conseguir a redução de carga horária semanal de trabalho, para que os cidadãos possam aproveitar melhor o tempo livre.

Taildo Barros nos chama a atenção sobre a necessidade da população reivindicar o direito ao lazer, o que pode contribuir com a instauração de políticas públicas. Destacamos que a participação popular através de uma aproximação com o poder público municipal ou estadual é fundamental para a construção de políticas públicas, com base na transparência administrativa e no sentido de atender os interesses reais de cada realidade (Maia, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a discussão sobre as atividades produtivas e de lazer ressaltamos a importância para a formação de profissionais-cidadãos, em não apenas focalizar as reflexões sobre a preparação para o trabalho, mas também abarcar os limites do corpo no trabalho e a necessidade de educação para o lazer, tendo em vista a importância da compreensão da sociedade em suas várias vertentes.

A Educação Física é um espaço privilegiado para a educação para o lazer e, quando está fundamentada no critério de organização do conhecimento da "cultura de movimento"³⁴, amplia a idéia de que as vivências de lazer são fenômenos culturais de uma determinada comunidade. As vivências de lazer não se restringem apenas às

³⁴ O conceito de cultura de movimento foi trazido para a Educação Física brasileira na década de 1990 pelo professor Elenor Kunz da Universidade Federal de Santa Catarina, quando realizou os seus estudos de doutoramento na Alemanha (Kunz, 1991).

práticas esportivas, mas abarcam também os acampamentos, as apresentações teatrais, musicais, cinemas, viagens, festas, exposições artísticas, leituras, dentre outras manifestações. Além disso, a Educação Física é um espaço privilegiado para que os jovens e adultos adquiram maior autonomia nas vivências de lazer e para que possam pleitear políticas públicas e colaborar com as suas implantações.

Consideramos que esse estudo, ao propiciar a identificação da percepção dos estudantes entrevistados sobre as políticas públicas de lazer instauradas em Assu, Ipanguaçu, Itajá, Pataxó, Alto do Rodrigues e Guamaré, poderá contribuir para que os gestores das referidas comunidades tenham mais atenção às políticas públicas de lazer e que estas possam ser consideradas como prioridades para suas ações.

Destacamos ainda que os jovens e adultos entrevistados, ao responderem a nossa questão de estudo, puderam refletir criticamente sobre suas realidades. A participação desses estudantes é fundamental para a construção de políticas públicas de lazer nas suas comunidades, pois é importante que tenham espaço para expressar seus interesses e desejos e para se considerarem como agentes sociais capazes de intervir na realidade.

Uma oportunidade que emerge na contemporaneidade para contemplar os anseios desses estudantes refere-se ao planejamento da implantação em 2007 do núcleo do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)³⁵, do Ministério do Esporte, no município de Assu, que poderá suprir, em parte, as expectativas em relação à instauração de uma política pública de lazer numa dessas regiões, que se contrapõe a uma lógica assistencialista.

³⁵ Para maiores informações consultar http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/default.jsp

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio B. O lazer na reclusão: construção de novos modelos teóricos a partir da estruturação histórico-teórica do lazer. *Revista Digital* - Buenos Aires - Ano 10 - Nº 83 - Abril de 2005. <<http://www.efdeportes.com/>> Acesso em: jul. 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Tradução de João Paulo Monteiro. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KAMPER, Dietmar. *O Trabalho como vida*. São Paulo, SP: Annablume, 1998.
- MAIA, Lerson F. S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. São Paulo: Papirus, 2003.
- MARCELLINO, Nelson C. *Estudos do lazer: uma introdução*. SP: Autores Associados, 2002.
- CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de Curso. Curso. Técnico de Nível Médio em Agroecologia na Modalidade EJA*. CEFET-RN, 2006.